

MIRIAM DE SOUZA LEÃO ALBUQUERQUE

A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO
FORMAL DE TRABALHO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Campinas, agosto de 2003

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título: A Inserção do Jovem no Mercado Formal de Trabalho

Autora: Miriam de Souza Leão Albuquerque
Orientadora: Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Miriam de Souza Leão Albuquerque e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

Assinatura:.....

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

COMISSÃO JULGADORA:

2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPTº DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS EM EDUCAÇÃO

A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

Trabalho apresentado como exigência parcial para obtenção do título de mestre na área Educação, Sociedade e Cultura sob a orientação da professora Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini.

Miriam de Souza Leão Albuquerque

Campinas - 2003

A meu pai e minha mãe (in memoriam) pela vida. Infelizmente ela não poderá estar comigo nesta conquista, mas o seu exemplo e seus 33 anos de vida universitária, sua dedicação e sabedoria estão na minha lembrança e na de todos que com ela conviveram.

A Rebeca e Débora, minhas filhas adolescentes, cujas vidas me propiciaram a oportunidade de aprender sobre a juventude.

A Antônio, esposo e companheiro, exemplo de luta e resistência no projeto da construção de uma sociedade melhor, mais humana e fraterna.

Agradecimentos

Aos jovens do COMEC, pela oportunidade de trabalho conjunto e de construção de uma vivência ocupacional que ultrapassou os limites profissionais e acadêmicos, favorecendo o surgimento do novo “olhar” sobre o que é ser jovem nos dias atuais.

Às famílias pesquisadas, por confiarem e compartilharem suas experiências de vida.

Às empresas envolvidas neste estudo, pela receptividade deste trabalho.

À assistente social Alexandra Bartelli, pelo companheirismo e pela preocupação constante com o bem estar dos jovens nas empresas.

A toda equipe do COMEC, pela parceria e colaboração na construção deste estudo. Dada a impossibilidade de mencionar todos a quem deveria agradecer, peço-lhes compreensão.

À professora Liliana Segnini, minha orientadora, pela sensibilidade de reconhecer a riqueza empírica do trabalho com os jovens do COMEC e por acreditar no meu potencial, ajudando-me a transformar esse conhecimento em produção acadêmica. Obrigada pelo estímulo e confiança.

Aos professores da Faculdade de Educação da UNICAMP que colaboraram com o meu aprendizado ao longo dos anos. Gostaria de agradecer à professora Márcia de Paula Leite, permanente estimuladora na construção de uma nova sociedade; à professora Olga de Moraes von Simson Rodrigues, pelas reflexões acerca da metodologia escolhida para este estudo.

Ao professor Ricardo Couto Antunes do IFCH da UNICAMP, pelas suas brilhantes reflexões marxistas e inestimáveis contribuições.

Aos professores Dirce Maria Falcone Garcia, Márcia de Paula Leite, e Robert Cabanes, pelos questionamentos e sugestões no Exame de Qualificação.

Aos colegas de mestrado e doutorado, com os quais tive o privilégio de debater inúmeras idéias e conceitos ao longo dos anos, na minha formação acadêmica.

À querida amiga Roseli Nespoli, companheira desses anos de mestrado, agradeço todos os momentos de angústias, preocupações e sucessos compartilhados. Obrigada, também, pela impecável presença e apoio na construção deste trabalho.

A meus familiares e amigos, em especial ao querido primo Antônio Carlos (Tunico) que, com sua inteligência, iluminou o diálogo frutífero sobre este trabalho; a Rafael e

Maria das Neves por suas observações valiosas e, finalmente, a Luciana Bueno, por sua disponibilidade e contribuições na revisão final do texto.

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	IX
SUMÁRIO.....	XI
ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS.....	XIII
RESUMO:.....	XV
ABSTRACT:.....	XV
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 HISTÓRICO DO COMEC	4
1.2 HISTÓRICO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA E PELO TRABALHO.....	6
1.3 OBJETIVO GERAL DO COMEC.....	7
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO COMEC	7
1.5 DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA ENTIDADE, SEGUNDO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2002 DO COMEC	8
1.5.1 Seleção.....	8
1.5.2 Treinamento.....	8
1.5.3 Colocação no mercado de trabalho.....	9
1.5.4 Grupos de acompanhamento de jovens	9
1.5.5 Grupos de acompanhamento de responsáveis.....	9
1.6 METODOLOGIA	11
1.6.1 Referencial Teórico	11
1.6.2 Idade Mínima para o Trabalho	18
1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
1.7.1 Definição do campo de pesquisa	24
1.7.2 Etapas da análise temática dos documentos obtidos nas empresas e no COMEC e das entrevistas com seis jovens, seis famílias e três empresas.....	31
2 JUVENTUDE : O QUE É SER JOVEM NOS DIAS ATUAIS ?.....	32
2.1 JUVENTUDE: DO QUE SE TRATA?	34
2.2 JOVENS: QUANTOS SÃO?	37
2.3 SER JOVEM: O QUE SIGNIFICA PARA VOCÊ?	38
2.4 CULTURA E LAZER	46
2.5 SITUAÇÃO ESCOLAR.....	52
3 FAMÍLIA: DESENRAIZAMENTO, PERCURSOS E EXPECTATIVAS.....	64
3.1 A FAMÍLIA, UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	64
3.2 A FAMÍLIA, SUAS REPRESENTAÇÕES E O PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA E PELO TRABALHO DO COMEC.....	72
3.3 CENÁRIOS FAMILIARES: TRAJETÓRIAS, PERCURSOS E MIGRAÇÕES:.....	74
3.4 EXPECTATIVAS: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÕES DE NOVOS CAMINHOS POR MEIO DOS FILHOS	86
3.5 A TRAJETÓRIA DO CASAL JOÃO E MARIA: ADVERSIDADES E HARMONIA FAMILIARES, POSSIBILIDADE DE CONVIVÊNCIA SAUDÁVEL	92
3.6 FLORA: DE TRABALHADORA RURAL A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL	95

4	TRABALHO: A INSERÇÃO OCUPACIONAL AOS 16 ANOS, SUA REALIDADE E SEUS DESAFIOS.....	105
4.1	O QUE PENSAM OS JOVENS, SUAS FAMÍLIAS E AS EMPRESAS SOBRE A INSERÇÃO AOS 16 ANOS DE IDADE NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO.	105
4.2	CENTRALIDADE DO TRABALHO NA VIDA DOS JOVENS E DE SUAS FAMÍLIAS.....	120
4.2.1	<i>Os motivos que levam os jovens a buscarem o trabalho: do mito à realidade.....</i>	<i>122</i>
4.2.2	<i>O jovem e sua relação com o desemprego.....</i>	<i>132</i>
4.3	O AMBIENTE DE TRABALHO: ESPERANÇA, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	BIBLIOGRAFIA.....	145

Índice de quadros e tabelas

Quadro 1: perfil ocupacional dos entrevistados das empresas.....	25
Quadro 2: perfil dos jovens pesquisados	27
Quadro 3: retrato das famílias dos jovens pesquisados	29
Tabela 1: dados de fecundidade no Brasil	69
Tabela 2: dados de fecundidade no Estado de São Paulo	70
Tabela 3: idade e escolaridade no momento da migração dos familiares	77
Tabela 4: ocupação dos familiares ao chegarem em Campinas.....	79
Tabela 5: escolaridade e ocupação atual dos familiares	80
Tabela 6: índices de distribuição de renda no Brasil (1960-1990)	103
Tabela 7: distribuição de ocupados nas regiões metropolitanas brasileiras	109

Resumo:

Esta pesquisa procurou apreender os aspectos preponderantes das representações dos jovens da faixa etária de 16 a 18 anos, estudantes e participantes do Projeto de Educação para e pelo Trabalho do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) e a sua inserção no mercado formal de trabalho. São jovens estudantes e trabalhadores de famílias de baixa renda que encontram-se freqüentando o Ensino Médio da rede pública municipal no período noturno.

Procurou-se analisar os interesses dos jovens, das suas famílias e das empresas em contratar essa força de trabalho juvenil num mundo do trabalho seletivo, precarizado e excludente.

A abordagem selecionada para desenvolver a pesquisa de campo foi a metodologia qualitativa, tendo sido utilizado a entrevista semi-estruturada com o uso do gravador, além de documentos oficiais e uma vasta bibliografia.

Abstract:

This study addresses the main issues related to young people in the 16-18 age group who were students and participants in an Education Project, part of work by the Campinas Centre for Teenage Guidance (COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas), and their integration on the formal work market. They are young students and workers from low-income families and attend the local public secondary school during the night period. This work aims to analyse these young people's and their families' interests as well as those of companies seeking to hire this young work force in a selective, precarious and excluding work market. A qualitative methodological approach was adopted, including taped semi-structured interviews. Moreover, official documents as well as an extensive bibliography were used.

1 Introdução

Este estudo busca compreender e analisar as contribuições referentes à inserção do jovem, de 16 a 18 anos, proveniente de família de baixa renda, no mercado formal de trabalho, ainda enquanto estudante, mediada por uma instituição denominada Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas-COMEC.

A hipótese norteadora deste trabalho é a de que esse tipo de projeto não pode ser entendido de modo unilateral, pois expressa contradições e consensos entre os segmentos envolvidos: os próprios jovens, suas famílias e as empresas que contratam, cujas percepções serão apresentadas ao longo dos capítulos correspondentes.

Assim, o universo pesquisado é composto por adolescentes - de 16 a 18 anos - que buscam inserção formal no mercado de trabalho, em condições compatíveis com a manutenção de seus vínculos escolares; pelas famílias dos adolescentes, que são marcadas por condições sócio-econômicas de baixa renda e que necessitam daquela inserção profissional dos seus filhos e pelas empresas contratantes, na trama tecida por suas formas de racionalização.

A fim de mediar a interação entre adolescente e trabalho, criou-se o *Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC*, no qual a pesquisadora desenvolveu a função de assistente social durante 10 anos.

O COMEC é uma ONG (Organização Não Governamental) criada e desenvolvida no âmbito de um contexto de desemprego e precarização do trabalho, questões que atingem intensamente os jovens. É importante salientar que neste contexto é possível observar a presença de discursos apoiados na convicção de que a escolaridade é capaz de ultrapassar os problemas sociais apontados. Neste sentido, este trabalho pretende colaborar com essa discussão, demonstrando que as correlações entre escolaridade e trabalho

tampouco se reduzem a esse tipo de linearidade conforme as considerações de Segnini, referidas no capítulo Juventude.

Este trabalho tem por suporte, em termos teóricos, a análise desenvolvida por diversos autores que estudaram as mudanças no mundo do trabalho e as implicações que essas mudanças acarretaram para a inserção do jovem no mercado, dentre os quais destaco, preliminarmente, Robert Castel e Ricardo Antunes.

Castel analisa a constituição da sociedade salarial e a crise da questão social no desenvolvimento capitalista, caracterizado por desigualdades, injustiça social, perda de direitos trabalhistas e cidadania restrita, o que gera, para muitos, trajetórias de “desfiliação” e vulnerabilidade. O autor aborda, ainda, os limites da “inserção”, onde os grupos tidos como “supérfluos”, “excedentes” são vistos pelo estigma da “inutilidade social”.

O Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC, ao determinar como requisito para a inscrição dos jovens em seu âmbito, além da faixa etária e da escolaridade, as condições sócio-econômicas de baixa renda, os qualifica como vulneráveis. Seria o preparo desses jovens para o mercado formal de trabalho uma forma de inclusão social? As trajetórias dos seis envolvidos nesta pesquisa apontam que sim, mas essa inserção se dá de maneira precarizada, mantendo o risco dos mesmos virem a ter suas trajetórias marcadas por descontinuidades e constantes recomeços.

As contribuições de Antunes vêm a orientar este estudo por destacar a centralidade do trabalho nas vidas destas pessoas, percepção confirmada nas entrevistas realizadas com jovens e famílias. Antunes afirma que “houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho” (Antunes, 2000, p. 209).

Este trabalho divide-se em três capítulos. No capítulo referente a Juventude, o enfoque se dá através de algumas concepções teóricas sobre o tema. Ressalta-se que não existe consenso entre os pesquisadores sobre a definição da categoria juventude. Este estudo inclui três perspectivas: a de faixa etária; classe social e diferenciações histórica e social no interior da mesma classe.

No referido capítulo, abordam-se as contribuições de Bourdieu (1993); Groppo (2000) e Machado Pais (1996) para se obter uma análise extensa do contexto de juventude como categoria sociológica que se constrói ao longo do processo histórico e cultural.

Confronta-se, a seguir, as experiências relatadas pelos sujeitos desta pesquisa com as referências teóricas mencionadas.

No capítulo que versa sobre Família, o objetivo é apreender aquilo que os jovens compreendem por família, assim como as próprias famílias e as empresas. Para tanto, elabora-se a compreensão teórica a respeito de família, incorporando uma bibliografia clássica que parte das reflexões de Engels (1976) e amplia essa discussão com as contribuições de Bilac (1978); Goldani (1994) e Sarti (1996). Informam estes autores que a família se mantém hoje como instituição com bastante força social, embora se expresse por meio de novos arranjos familiares.

No capítulo sobre Trabalho, procura-se analisar de que maneira os jovens, seus familiares e as empresas envolvidas neste estudo percebem o trabalho e qual o seu significado nas suas vidas.

Para tanto, busca-se um referencial teórico de autores como Antunes (2000); Castel (1998); Mattoso (2001); Pochmann (1998); Segnini (2003) e outros a fim de compreender as mudanças no mundo do trabalho e suas conseqüências.

Nas considerações finais, retomam-se essas questões à luz do contexto sócio-econômico brasileiro, no período estudado, articulando as experiências dos sujeitos envolvidos neste trabalho com o contexto em que se encontram,

para então avaliar o *Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC* na realidade em que se insere.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para posteriores estudos que possam emergir desse tema de trabalho. Dessa maneira, acredita-se que essas reflexões ajudem na compreensão das questões sociais que enfrentam os jovens trabalhadores e estudantes das famílias de baixa renda no Brasil.

1.1 Histórico do Comec

O COMEC é uma organização não governamental (ONG), particular, sem fins lucrativos, fundada em 08 de maio de 1980 pelo juiz e curador do poder judiciário da cidade de Campinas, após discussão com profissionais da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), PUCC (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Secretaria da Família, da Criança, do Adolescente e Ação Social de Campinas, com o objetivo de atender adequadamente os adolescentes, autores de atos infracionais, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude.

Num primeiro momento, a entidade recebeu o nome de COMI (Centro de Orientação ao Menor Infrator) e posteriormente passou a ser denominada de COMEC (Centro de Orientação ao Menor de Campinas), devido às conseqüências negativas que o antigo nome trazia.

Em 1987, o COMEC adquiriu sua sede própria, localizada na rua Abolição, 92, Ponte Preta, Campinas/SP, onde funciona até a presente data.

Em 2000, o COMEC, acompanhando as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mudou pela terceira vez o seu nome para Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, retirando o termo MENOR que estava diretamente vinculado ao antigo Código de Menores que, por possuir um modelo assistencial e correccional - repressivo, foi substituído pelo referido Estatuto.

O COMEC é composto por uma diretoria executiva, equipe técnica e equipe administrativa. Seu órgão máximo é a Assembléia Geral que é composta pelos sócios contribuintes. Este órgão tem a competência de decidir sobre as questões de patrimônio e eleger a diretoria executiva que possui um mandato de dois anos, podendo ser reeleita uma vez. Essa diretoria executiva é constituída por voluntários.

A equipe técnica é multidisciplinar, constituída por profissionais de várias áreas. Atualmente o COMEC possui três assistentes sociais, duas psicólogas, uma pedagoga, três terapeutas ocupacionais, um analista de sistema, um monitor de informática e vários estagiários dos cursos acima e de várias faculdades de Campinas e região.

A equipe administrativa é composta por recepcionista, assistente administrativo, auxiliar administrativo, motorista, merendeira e faxineira. Importante ressaltar que algumas vagas dos cargos de recepcionista, assistente administrativo e auxiliar administrativo são ocupados por adolescentes que passaram pelo *Programa de Educação para e pelo Trabalho da entidade*.

Os recursos financeiros são provenientes de diversos convênios, parceiros e atividades auto-gestoras:

- Convênio com o Governo Federal através da Fundação do Bem Estar do Menor de São Paulo – FEBEM.
- Convênio com o Governo Estadual através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.
- Convênio com o Governo Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas.
- Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – FEAC.
- Administração da taxa operacional do Programa de Educação para e pelo Trabalho.
- Promoção de Eventos.
- Contribuição de Sócios.

- Projeto de auto sustento – reciclagem de alumínio, através do convênio com a LATASA.

Hoje o COMEC desenvolve três projetos de orientação e resgate da cidadania:

- O primeiro, desde 1980, denominado *Liberdade Assistida* – atendimento a adolescentes, autores de ato infracional, em conformidade com os artigos 118 e 119 da Lei 8069/90 (ECA). A capacidade atual de atendimento máximo é de 160 adolescentes/mês.
- O segundo, desde 1991, denominado *Educação para e pelo Trabalho* – colocação e acompanhamento de adolescentes economicamente desfavorecidos no mercado formal de trabalho, nos termos dos artigos 68 e 69, da referida Lei. A capacidade atual de atendimento é de 250 adolescentes/mês.
- O terceiro, desde 2002, denominado *Orientação e Apoio Sócio Familiar (OF)*- atendimento a responsáveis pelos adolescentes conforme o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesta dissertação, aborda-se o segundo projeto, por ser este o objeto de pesquisa. A seguir, apresenta-se uma breve contextualização da *Educação para e pelo Trabalho* para uma melhor compreensão dos leitores.

1.2 Histórico do Projeto de Educação para e pelo Trabalho

Há 22 anos o COMEC iniciou seu trabalho de orientação junto a adolescentes autores de infrações penais. A experiência mostrou que ainda era possível uma intervenção efetiva com esses jovens, cujas carências os tinham transformado em "agressores da sociedade".

Foi essa convicção que levou a Entidade a assumir, em dezembro de 1990, por indicação da Secretaria da Promoção Social de Campinas, um trabalho educativo com adolescentes da Caixa Econômica Federal: se a recuperação era viável, muito mais eficaz ainda seria a prevenção. À Caixa

foram se somando novas empresas públicas e privadas; atualmente, o COMEC conta com 12 novos contratos.

1.3 Objetivo Geral do Comec

- “Propiciar ao adolescente em situação de risco social¹, uma experiência no mercado formal de trabalho, através de programa educativo e de geração de renda que respeite sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e garantir e estimular sua permanência no ensino formal.” (COMEC, 2001).

1.4 Objetivos Específicos do Comec

- “Permitir experiência profissional, buscando o desenvolvimento das habilidades individuais na área de serviços administrativos, adequada à demanda do mercado de trabalho;
- Desenvolver a capacidade do adolescente de refletir sobre a realidade social, as relações de trabalho, e ressaltar a importância da participação nos movimentos sociais;
- Possibilitar o acesso à informação que contribua para o crescimento pessoal do adolescente, favorecendo sua formação cultural e ética;
- Convocar os sujeitos sociais (família, escola, empresa) para dividir a co-responsabilidade no processo de formação profissional e pessoal do adolescente;
- Garantir que o aprendizado do adolescente seja efetivado conforme determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que o ambiente de trabalho seja estimulador e educativo, que o ambiente familiar seja acolhedor e que seja preservado o desenvolvimento físico e psíquico;

¹ Consideramos adolescentes em situação de risco social aqueles limítrofes da marginalidade social. Pessoas de baixa renda, residentes nas periferias desprovidas de atendimentos básicos, tais como educação, saúde, habitação.

- Incentivar a frequência e o bom desempenho escolar do adolescente” (COMEC, 2001).

1.5 Descrição dos trabalhos desenvolvidos na entidade, segundo relatório de atividades de 2002 do COMEC

1.5.1 Seleção

Os jovens, selecionados para participar do processo seletivo, provêm dos seguintes órgãos:

- SENAC – Serviço Nacional do Comércio (oriundos do curso de Educação para o Trabalho).
- Da Rede Municipal de Ensino de Campinas.
- Da Secretaria da Criança e do Adolescente de Paulínia.
- Das Entidades filiadas à FEAC, registradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Campinas (CMDCA).

As condições necessárias para participar são as questões sócio-econômicas do jovem, sua idade e escolaridade.

1.5.2 Treinamento

O treinamento tem por objetivo preparar o jovem para sua inserção no mercado formal de trabalho.

Os grupos de treinamento acontecem sob a coordenação de uma pedagoga quando se discutem e se vivenciam situações relacionadas ao dia a dia profissional do mundo do trabalho.

Nesses grupos, que contêm no máximo 15 jovens, cada um, utilizam-se técnicas de psicodrama pedagógico, objetivando melhor resultado para uma

inserção mais capacitada do jovem. Durante o período de treinamento, que dura cerca de seis meses, o jovem também é capacitado para a informática.

Posteriormente aos três primeiros meses de treinamento, o jovem passa por uma experiência de estágio na própria entidade COMEC quando consegue pôr em prática o conteúdo assimilado nos grupos.

1.5.3 Colocação no mercado de trabalho

Ao completar 16 anos, o jovem é encaminhado para as empresas conveniadas, nas quais se submete a uma entrevista. Posteriormente, inicia sua prática profissional assegurada pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

1.5.4 Grupos de acompanhamento de jovens

São grupos de jovens, já inseridos no mercado de trabalho, que acontecem uma vez por mês. Um técnico da entidade, em parceria com o Departamento de Recursos Humanos da empresa, procura acompanhar as situações vivenciadas no dia a dia ocupacional, como também refletir e analisar temas diversos que envolvem o jovem na sua dinâmica de vida. É importante registrar que o acompanhamento do jovem no seu ambiente profissional é feito rotineiramente, independente dos grupos.

1.5.5 Grupos de acompanhamento de responsáveis

As famílias também recebem orientações mensais acerca da atuação dos filhos no universo do trabalho, como também sobre assuntos diversos, pertinentes às realidades vividas por essas famílias.

Os recursos usados são praticamente os mesmos que são utilizados com os jovens. O objetivo central desse trabalho é uma maior integração entre jovens trabalhadores, seus pais e o COMEC. É importante ressaltar, ainda, que os atendimentos familiares individuais acontecem rotineiramente mediante necessidades surgidas de ambas as partes (família e COMEC).

O público- alvo é constituído de adolescentes pobres², estudantes, em situação de risco social, vivendo um processo de precarização social. São moradores da região de Campinas, em condições físicas e psicológicas de participar de programa de aprendizagem profissional, na faixa etária de 15 e 16 anos (fase de treinamento), incluindo acompanhamento até os 18 anos de idade.

Os adolescentes selecionados, treinados e encaminhados para o mercado formal de trabalho são auxiliares de escritórios, exercem funções administrativas, trabalham 8 horas diárias, percebem o piso da categoria sindical que atualmente é de R\$ 224,00 e são obrigados a freqüentar a escola no período noturno.

Neste trabalho indaga-se até que ponto o encaminhamento desses jovens para o mercado formal de trabalho cumpre os objetivos expressos nos estatutos da instituição enfocada: possibilita a eles condições para uma trajetória de vida digna ou reforça a exploração do trabalho infanto-juvenil em substituição da força de trabalho adulta?

É importante destacar aqui a relevância de se levar em consideração o “olhar” dessas famílias e dos jovens pesquisados, por se tratar de pessoas de baixa renda que possuem objetivos diferentes em relação ao trabalho, valorizando os aspectos da inserção ocupacional por seu caráter de proteção, uma vez que os jovens têm vínculo empregatício, trabalham em grandes empresas com nomes aceitos no mercado e, principalmente, não ficam sujeitos à ociosidade da rua que pode levá-los à criminalidade.

² Aqui tomamos emprestado o que Sarti (1996, p.2) entende por ser pobre: “São os destituídos dos instrumentos que, na sociedade capitalista, conferem poder, riqueza e prestígio”.

Pretende-se, assim, conhecer as contradições dessa inserção, entender e avaliar as contradições do *Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC*.

1.6 Metodologia

1.6.1 Referencial Teórico

No Brasil, é observada intensa desigualdade social. Grande parte da população vivencia níveis alarmantes de miséria: “O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) considera que cerca de 57 milhões de brasileiros – o equivalente a 35% da população – estão anualmente abaixo da linha da pobreza e que entre 16 e 17 milhões de brasileiros vivem em condições de miséria absoluta” (Mattoso, 2001, p.22).

A economia brasileira desenvolveu-se aceleradamente até a década 70, mas não conseguiu eliminar a elevada incidência da pobreza. Mas “apesar de sua intensidade, aquele crescimento produziu uma sociedade desigual e excludente” (Baltar, Dedecca, Henrique, 1996, p. 87).

Observa-se uma modernização sem alterações na distribuição de renda ou nas condições de vida da população. Desenvolve-se o capitalismo periférico, modernidade na indústria e atraso na agricultura para os pequenos produtores e proprietários de terra que não possuem condições de investimentos em tecnologia, maquinaria, etc.

A estrutura agrária brasileira, cujo traço marcante consiste na concepção da propriedade fundiária, juntamente com o avanço tecnológico no campo e a falta de uma reforma agrária, criou condições adversas para o pequeno produtor camponês, favorecendo o processo migratório, uma vez que essas camadas desfavorecidas economicamente não tinham recursos para tais investimentos.

É importante ressaltar aqui que a população brasileira, que exerce a função agropecuária, é bastante heterogênea. Existe uma pequena parcela, cerca de 10% da população rural, que detém grandes propriedades de terra e de outro lado, 90% dessa população, que não dispõem de terra própria, nem de recursos para explorar terras alheias a título de arrendamento ou como autônomos.

O depoimento que segue é de uma das famílias pesquisadas que necessitou migrar, vender a pouca terra que possuía para realizar uma “vida nova” que lhe desse melhores condições de sobrevivência:

“É muito sofrimento para a pessoa que não possui condições de investir para produzir mais. Tem ano que você colhe, mas tem ano que você não aproveita nada, perde tudo. Você fica só no sofrimento. Na minha família chegou uma situação que nem o que a gente plantava dava para nos alimentar. Meu pai não tinha recursos para investir em maquinário e poder concorrer com os fazendeiros ricos. Eles plantavam em grandes quantidades e colhiam tudo. O pobre sem dinheiro para investir nem crédito só leva desvantagem. Tivemos que vender tudo o que tínhamos para sair desse sofrimento” (Família da Alice, 16/10/01).

Esse contexto intensificou o processo migratório que, em menos de três décadas, transformou o mercado de trabalho, predominantemente rural, em mercado de trabalho urbano, embasado em poucos laços de assalariamento (Pochmann, 1995).

O contingente de pessoas que migraram para as cidades industrializadas não conseguiu ser absorvido totalmente pelo mercado de trabalho urbano, acarretando um “excedente” que passou a viver de forma precária, à margem dos direitos sociais. Para essa população restam os trabalhos precários e informais de baixa remuneração e condições não regulamentadas.

A década de 80 foi conhecida como “A década perdida” mediante seu baixo desempenho econômico (aproximadamente 2,9% ao ano).

Por outro lado, foi uma década de grandes conquistas sociais precisamente pós período militar (1964-1984) asseguradas por uma relativa liberdade democrática respaldada pela anistia política.

É importante fixar aqui as diversas lutas populares, objetivando ampliação das liberdades democráticas e garantia dos direitos sociais. Movimentos sociais de mulheres, negros, homossexuais, ecólogos e outros levaram a bandeira da igualdade social.

Neste período eclodiram também os movimentos sindicais, associativos e partidários, tal como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem Terra (MST), além de diferentes mobilizações juvenis que marcaram sua presença na participação assídua nas manifestações das eleições diretas para Presidente da República em 1984 e no processo de impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

Essas são algumas conquistas feitas através dos movimentos sociais da sociedade brasileira, dentre tantas outras, na década de 80 e início dos anos 90.

Em paralelo a esse contexto, instaura-se no país um período de estagnação econômica, com pequenos períodos de recuperação (1985-1986), que fez aumentar o consumo, mas observam-se alterações na forma produtiva do mundo do trabalho, com elevadas taxas de desemprego e acelerada precarização das condições desse trabalho. A alta inflação e o baixo crescimento econômico do país fazem explodir o desemprego nas cidades e o início do desmonte das condições de trabalho.

Mattoso ilustra esse contexto com as seguintes palavras: “com a elevação dos juros norte-americanos em 1979 e a posterior retração dos fluxos financeiros internacionais, o Brasil viu-se diante de uma crise que se estendeu pela década de 1980. As opções de política econômica adotadas (maximizando as exportações e retraindo o mercado interno) visavam assegurar o pagamento da dívida externa. O resultado foi uma década de

estagnação e elevada inflação, sendo que o país, de absorvedor de recursos externos, tornou-se um exportador líquido de divisas”(Mattoso, 2001, p.6).

Essa situação acarretou redução do nível de emprego com carteira assinada, proliferando o trabalho informal.

“Segundo o PREALC, o percentual de trabalhadores informais no Brasil, em 1980, era de 24% da população economicamente ativa (PEA), contra 28,8% em 1990. Segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 1981, o número absoluto de trabalhadores formais atingiu o montante de 22,2 milhões de trabalhadores, equivalente a 49% da PEA daquele ano, aproximando-se do número absoluto de 1998 (22,3 milhões, projeção sobre a RAIS de 1996), porém, nesse caso, equivalente a apenas 29% da PEA.

Esses dados confirmam a contínua substituição do trabalho formal pelo informal no Brasil, sem falar no crescimento do desemprego aberto que, em 1998, atingiu cerca de 7 milhões de pessoas contra menos 2 milhões no início da década. Os dados do CAGED/MTE (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego), por exemplo, confirmam essa tendência ao revelar que a variação de emprego entre 1997 e 1999 provocou a extinção de 813.485 postos de trabalhos formais” (Jakobsen 2001, p.15)³.

Durante o final do século XX, o Brasil viveu profunda desestruturação produtiva que acarretou graves problemas sociais. Um dos mais perversos foi o desemprego que nos anos 90 bateu o recorde da sua história com três milhões de empregos destruídos, atingindo, em 1999, mais de dez milhões de brasileiros (Mattoso, 2001).

O desemprego faz parte do próprio crescimento econômico e o desenvolvimento social fica muito aquém das suas possibilidades, gerando como consequência, condições precárias de vida, penalizando todos, tanto aqueles que são excluídos quanto outros que vivem do medo e da incerteza do

³ PREALC é o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe da OIT – Organização Internacional do trabalho.

amanhã, vivenciando no seu dia a dia o receio da exclusão e da “coisificação” (Martins, 2002).

Instaura-se uma sociedade pautada na insegurança do mundo do trabalho, cuja ponta mais nítida é o crescimento do desemprego que parece ter se instalado no país para ficar. Assim, como nos fala Castel:

“o desemprego é seguramente, hoje, o risco social mais grave, o que tem os efeitos desestabilizadores e dessocializantes mais desastrosos para os que sofrem”(Castel, 1998,p.584).

Maria da Conceição Tavares chama a atenção para a questão do desemprego e suas conseqüências para o país, alertando nossa elite governamental para que leve a sério a problemática social e sugerindo alguns possíveis caminhos:

“O tema desemprego é demasiadamente sério para ser tratado de forma superficial e dogmática, com receitas pré-fabricadas e duvidosa eficácia. O que o país realmente necessita é de uma política de investimento, financiamento e organização social inseridas numa proposta de desenvolvimento global que possibilite enfrentar os gigantescos problemas de exclusão social, agravados dramaticamente pelo atual modelo econômico, cuja permanência põe em risco nossa própria sobrevivência como nação”. (Tavares, 1999, p.250).

É importante perceber que o trabalho assume um caráter central na vida das pessoas, não só economicamente, mas culturalmente, socialmente, psicologicamente, como nos retrata Castel:

“O trabalho é mais do que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco”(Castel, 1998, p.496).

A era do neoliberalismo é mundialmente sabida como a era da crescente deterioração do mercado de trabalho e das condições de trabalho. As mudanças advindas do avanço científico-tecnológico provocam mudanças organizacionais e informacionais e, como conseqüência, dessas

transformações observamos alterações nas ações humanas no trabalho e fora dele.

Surge uma nova forma de produção e organização denominada de capitalismo flexível. Harvey caracteriza essa fase como de acumulação flexível:

“Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional. (...) A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’(...)” (Harvey, 1993,pp.140-141).

Tavares ilustra o debate afirmando que “o mercado de trabalho já é, no Brasil, bastante flexível, como o demonstram tanto os elevados índices de informalização e as altíssimas taxas de rotatividade prevalecentes quanto o baixo nível e a ampla diferenciação das remunerações que são percebidas pelos assalariados. (...) O Brasil é um dos países em que o custo da mão de obra, quando medido pela participação dos salários no custo de produção ou no valor agregado, é um dos mais baixos do mundo” (Tavares, 1999, pp. 244 – 245).

Dos trabalhadores é exigido um novo perfil profissional que tenha condições de se adaptar a mudanças constantes, enfrentar os fortes desafios do mercado, ter potencial criativo, ser polivalente e estar em constante requalificação profissional, além de saber trabalhar em equipe.

Nesse contexto, a estabilidade deixa de existir, o trabalhador passa da situação de empregado para desempregado ou com novos vínculos alternativos, como, por exemplo, os terceirizados, *part-time*, contratos temporários e outros.

Como diz Alain Bihr “essas diferentes categorias de trabalhadores têm em comum a submissão a um conjunto de constrangimentos: instabilidade de emprego e, portanto, de renda; desregulamentação mais ou menos forçada de suas condições jurídicas de emprego e de trabalho (em relação às normas legais ou convencionais); conquistas e direitos sociais em regressão; com frequência, ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo, ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência à individualização extrema da relação salarial” (Bihr, 1998, p. 86).

A partir dessa situação, vivenciada na atualidade por trabalhadores que já foram beneficiados pela condição salarial, Castel (1998) desenvolve o conceito de *desfiliação*, que se refere às pessoas que têm vivido um processo de precarização social. São jovens que vivenciam a condição concreta de serem componentes de famílias socialmente fragilizadas. São pobres, têm dificuldades de acesso à educação, à saúde e às outras coisas que compõem o mínimo de cidadania. Para esse autor, o desemprego não é o mais dramático.

São cada vez mais trabalhadores que vivenciam o desemprego e o retorno ao mercado de trabalho em situações precárias, o que só aumenta o fosso social.

Essa conjuntura é desfavorável ainda mais para famílias de baixa renda, como são as famílias dos jovens pesquisados nesta instituição. Colocar os seus filhos em empregos tem duplo objetivo: ampliação da renda, e proteção, via trabalho, da violência urbana. Desta forma, reafirmam a reflexão de Pochmann de que “a colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil não deixa de expressar direta ou indiretamente as condições prévias da vida familiar” (Pochmann, 2000, p. 31).

Freqüentemente, observa-se um contexto de trabalho precarizado para a formação desse jovem. Ainda segundo Pochmann “Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário e antecipado do

jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional” (Pochmann, 2000, p. 9).

O jovem que busca o mercado de trabalho vive em situação de risco social, pois está exercendo o papel do adulto, ficando, portanto, lesado dos seus direitos de ser criança e adolescente.

Neste sentido, entre a pobreza da família, a violência urbana e os interesses empresariais, inscrevem-se os jovens analisados nesta pesquisa.

1.6.2 Idade Mínima para o Trabalho

A utilização da força de trabalho infantil e juvenil não é recente no mundo. Na Inglaterra do século XVIII, considerava-se oportuno que as crianças pobres trabalhassem por volta dos oito anos de idade, de forma a combater a ociosidade e a criminalidade. As crianças pobres do país representavam, aproximadamente, de 35% a 39% da população, portanto, empregar essas crianças era comum e já possuía o respaldo da lei.

No auge do liberalismo inglês, em 1802, nesse contexto de condições perversas da utilização da força de trabalho infantil, surge a primeira norma trabalhista de combate a essa exploração, com a seguinte denominação: *Act for preservation of health and moral apprentices employed in cotton mills*.

“A legislação na primeira metade do século tinha a intenção de regulamentar o trabalho infantil, mas não proscrever ou criminalizar esse trabalho” (Grunspun, 2000, p. 69).

“Segundo o relatório *Child Labour: Targeting The Intolerable* (Trabalho Infantil: mirando o intolerável), da OIT, divulgado na maior conferência internacional já realizada sobre o tema (junho de 1998), havia em 1995, em cem países, cerca de 73 milhões de crianças trabalhadoras, entre 10 e 14 anos. Acrescentem-se as crianças entre 5 e 10 anos, apenas nos países em desenvolvimento, e esse número cresce para 120 milhões. Se forem computadas ainda crianças que exercem alguma outra atividade e que têm no exercício do trabalho uma atividade secundária, o número chega a 250

milhões. Cerca de 6% dessas crianças estão na Ásia, 32% na África e 7% na América Latina” (Veiga, 1998, p.77).

Esses dados denunciam a situação da exploração da força de trabalho infantil no mundo. São crianças e adolescente pobres orientadas para o trabalho e para o adestramento físico e moral, perdendo a ingenuidade da infância, o sorriso e a brincadeira. O mundo assiste à barbárie perpetrada contra esse segmento da população, roubando-lhes o direito a uma vida digna e marcando seus destinos a ferro e fogo.

No Brasil, “desde o início da colonização, as escolas jesuítas eram poucas e, sobretudo, para poucos. O ensino público só foi instalado, e ainda assim de forma precária, durante o governo do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. No final do século XX, o trabalho infantil continua sendo visto pelas camadas subalternas como ‘a melhor escola’” (Del Priore, 2000, p. 10).

No século XXI, um estudo realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD sobre o trabalho infantil, juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, divulgou que, em 2001, o Brasil tinha 2,2 milhões de crianças de 5 a 14 anos de idade trabalhando. Ao longo de muitos anos, a sociedade e o Estado brasileiro conviveram de maneira pacífica e conivente com a realidade do uso da força de trabalho das crianças brasileiras.

Historicamente, observam-se alguns movimentos de avanço no combate ao trabalho infantil; dentre esses avanços cita-se alguns mais relevantes:

- A regulamentação do trabalho infantil ocorrida em 12/10/1927 com a publicação do Código de Menores, que só passou a vigorar depois de dois anos.

- Em 1934, a nova Constituição brasileira determinou a proibição do trabalho infantil para menores de 14 anos, salvo permissão judicial.

- Em 1937 e 1946, surge a condição de aprendiz e, com a publicação da CLT, Consolidação das Leis Trabalhistas, além da condição de aprendiz, a criança de 14 a 18 anos, trabalhava ganhando meio salário mínimo e realizava serviços perigosos e insalubres, tanto na indústria quanto na construção civil.

- Em 1988, a nova Constituição assegurava a idade mínima para o trabalho infantil a partir dos 14 anos, com salário igual ao do trabalhador adulto.

- Em 15 de dezembro de 1998, é aprovada a Emenda Constitucional número 20, que proíbe o trabalho infantil antes dos 16 anos de idade.

Observa-se que, a partir dos anos 80, as mudanças sociais ficaram mais intensas em virtude de acontecimentos estruturais mundiais, - com o aprofundamento do processo de globalização da economia e a conseqüente abertura desigual de mercado - fazendo eclodir a necessidade de uma nova abordagem em relação à condição social na qual a criança e o adolescente, de origem sócio-econômica fragilizada, se encontram.

Movimentos sociais, entidades governamentais e não governamentais se mobilizaram na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, num esforço conjunto com os anseios mundiais na luta pela erradicação do trabalho infantil. Ressaltamos o papel da Organização Internacional do Trabalho - OIT, do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Criança - UNICEF e da Organização das Nações Unidas - ONU nessa causa.

O Brasil atualmente conta com dois recursos de proteção ao trabalho do jovem:

O primeiro é a própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O segundo é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No Brasil, a Constituição de 1998 foi alterada pela Emenda número 20, de 15 de dezembro do mesmo ano, que reduziu para 16 anos a idade de ingresso no mundo do trabalho e admitiu a aprendizagem a partir dos 14 anos

e o trabalho protegido dos 16 aos 18 anos. Com a Emenda Constitucional n° 20, de 15/11/98, o artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal passou a vigorar com a seguinte redação:

Art7° XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

A aprovação da referida emenda “aconteceu dentro do contexto das votações pela aprovação da Reforma da Previdência (Seguro Social)” (Grunspun, 2000, p. 70).

Como se sabe, a Reforma instituiu a idade mínima para aposentadoria, fixando 65 anos para homens e 60 anos para as mulheres. Com essa alteração o jovem que entrasse aos 14 anos teria que contribuir por 51 anos. No mesmo sentido, o jovem que iniciar no mercado de trabalho aos 16 anos terá que trabalhar por 49 anos para satisfazer as novas normas para aposentadoria.

Sabe-se que aumentar para 16 anos a idade mínima de entrada formal no mercado de trabalho acarretará graves conseqüências, uma vez que milhões de adolescentes, na faixa etária de 14 e 15 anos, irão para o mercado informal de trabalho, com sérias seqüelas para eles próprios e para a própria Previdência Social. Não se defende neste estudo a inserção do jovem no mercado de trabalho aos 14 anos, mas pretende-se “chamar a atenção” para a necessidade urgente de políticas públicas que atinjam esses jovens que terminam o ensino fundamental. O censo de 2000 demonstra que no Estado de São Paulo, das 11 269 593 pessoas que freqüentaram creche ou escola, apenas 5 825 797 chegaram ao ensino fundamental e desses, apenas 2 044 303 estão matriculados no ensino médio.⁴

Na coluna de Gilberto Dimenstein, na Folha on line, de 06 de março de 2001, a matéria “*Permanecer na escola tira jovens do crime*”, diz pesquisa aponta que freqüentar a escola ainda pode ser um caminho para evitar a

⁴ Fonte: IBGE, tabela 2.2.1 do Censo Demográfico 2000. Pessoas que freqüentavam creche ou escola, por nível de ensino, segundo as grandes regiões e as unidades da Federação.

inserção do jovem de baixa renda ao mundo do crime. No Brasil, 96,6% dos adolescentes infratores não concluíram o ensino fundamental, de acordo com levantamento do Ministério da Justiça.

Observa-se, assim, uma pirâmide na educação, além de outras questões graves que colaboram para que esses jovens não estudem ou tenham um aprendizado sofrível.

A Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano, datado de 23 de abril do corrente ano, traz um estudo realizado pelo Ministério da Educação, baseado em dados de 2001, na matéria “*tragédia brasileira*”. O texto relata que o “nível de leitura e o aprendizado de matemática da maior parte dos alunos estão entre intermediário e muito crítico. Entre as características dos que têm grau de aprendizado ‘muito crítico’, a maior parte deles (de 96% a 98%) é da rede pública e está fora da idade adequada para a série que cursa (de 58% a 84%)”.

Outro fator relevante é a necessidade de trabalhar para ajudar em casa; a pesquisa relata que 30% dos estudantes da 4ª série trabalham, 48% dos alunos da 8ª série e o mesmo percentual no 3º ano do ensino médio. Dos alunos do ensino médio, 76% estudam à noite, agravando as dificuldades do aprendizado.

Veiga informa que “a estipulação de uma idade mínima para o trabalho infantil é tratada pela Organização Internacional do *Trabalho* (OIT) na forma de Convenção, ou seja, é considerada um padrão trabalhista e, nesse sentido, está inserida no esforço de sensibilizar a comunidade internacional para o cumprimento de determinados padrões trabalhistas” (Veiga, 1998, p. 15).

Ao longo da história, é observado que no contexto internacional existem sanções legais para os países que não cumprirem os padrões trabalhistas acordados em Convenções. Porém, no caso do Brasil, nem sempre os acordos são cumpridos e tampouco existem sanções legais.

A preocupação com a exploração do trabalho infantil no Brasil ganhou maior atenção e importância a partir dos anos 90. Iniciou-se sob a forma de

denúncia da super-exploração do trabalho de crianças no campo pelo Ministério Público do Trabalho, reforçado por Delegacias Regionais do Trabalho, sindicatos de trabalhadores e outros órgãos públicos que “abraçaram” a luta pela erradicação do trabalho infantil.

A utilização da força de trabalho do jovem tende a possibilitar minimização de custos para o capital, reforçando impedimento para trabalho adequado e remuneração digna para seus pais. “Um posto de trabalho ocupado por uma criança substitui o de um adulto cuja remuneração seria certamente superior à da criança” (Veiga, 1998, p. 31).

1.7 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa foram divididos em três pontos:

- Definição do campo de pesquisa
- Análise dos documentos obtidos nas empresas e no COMEC;
- Entrevistas com os seis jovens participantes do programa, bem como com suas famílias e com as três empresas pesquisadas.

A abordagem selecionada para desenvolver a pesquisa de campo encontrou na pesquisa qualitativa um campo fértil, uma vez que a História Oral, uma “metodologia de pesquisa voltada para o estudo do tempo presente e baseada na voz de testemunhos, vem ganhando adeptos entre os pesquisadores voltados para as ciências humanas” (Lang, 1998, p. 5) que possibilita apresentar “o fato social na sua totalidade, na vivacidade dos sons, na opulência dos detalhes” (Queiroz, 1998, p. 14).

A entrevista qualitativa, semi-estruturada, procurando garantir ao entrevistado o maior espaço possível para a elaboração do seu relato oral,

oferece a possibilidade dos entrevistados falarem e revelarem a complexidade do social e dessas relações.

O relato oral não constitui a verdade absoluta, mas retrata a verdade do entrevistado, é “o testemunho do entrevistado sobre a sua vivência ou participação em determinadas situações ou instituições que se quer estudar” (Lang, 1998, p. 12).

A técnica escolhida foi a entrevista com o uso do gravador “pois este mecanismo permite apanhar com fidelidade os monólogos dos informantes, ou o diálogo entre informante e pesquisador”. (Queiroz, 1991, p.56).

A História Oral utiliza-se desse procedimento; nesse sentido compreende-se por História Oral uma postura diferente do pesquisador frente ao seu campo de estudo. Ele tem que entender quem fala, de onde fala, sobre que ponto de vista fala (Simson, 2000) É respeitar a verdade do outro (diferente da verdade científica do positivismo). A História Oral não é a busca da verdade, mas a busca de discrepância e de visões diversas para a reinterpretação do tecido social (Simson, 1988 e Queiroz, 1991).

1.7.1 Definição do campo de pesquisa

Na ocasião, o COMEC possuía convênio com um total de oito empresas situadas em Campinas e região:

- Três indústrias de grande/médio porte de capital estrangeiro, duas situadas na região de Paulínia e uma na região de Campinas, também de capital estrangeiro. Havia, ainda, duas químicas e uma metalúrgica do setor automobilístico.
- Uma empresa de médio porte, situada na região de Campinas, do ramo da construção civil e empreendimentos imobiliários.
- Um consultório médico e odontológico de pequeno porte, na região de Campinas.

- Uma empresa de Comércio Exterior de médio porte, na região de Campinas.
- Duas outras empresas de pequeno porte que se situavam no mesmo espaço físico de uma das grandes empresas da região de Paulínia que terceirizavam serviços.

Três dessas empresas foram selecionadas e subdivididas em grande e médio porte. Outro critério escolhido foi o número de adolescentes por empresa, ou seja, as duas empresas com maior número de adolescentes foram escolhidas, assim como uma empresa de médio porte, com um número menor de adolescentes.

As entrevistas com o pessoal técnico das empresas foram realizadas no próprio espaço físico das mesmas. Os entrevistados ocupavam diferentes cargos. Foram entrevistados:

Empresa A: Gerente de Recursos Humanos/Controladoria.

Empresa B: Gerente de Recursos Humanos e Assistente Social responsável pelo projeto dentro da empresa.

Empresa C: Diretor de Recursos Humanos e Analista de Recursos Humanos.

Quadro 1: perfil ocupacional dos entrevistados das empresas

CARGOS	EMPRESA		
	A	B	C
Diretor de RH			X
Gerente de Controladoria	X		
Gerente de RH		X	
Assistente Social		X	
Analista de RH			X

Obs.: Buscou-se selecionar as pessoas que tivessem envolvimento direto com o *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* e respondessem por esse projeto dentro e fora da empresa. Na empresa B foram

entrevistadas duas pessoas mediante interesse e disponibilidade dos dois representantes no período da pesquisa.

Na época da entrevista, a Empresa A empregava 05 jovens, a Empresa B, 17, e a Empresa C, 22.

Do *Projeto Educação para e pelo Trabalho* do COMEC participava um total de 44 adolescentes, sendo 17 do sexo feminino e 27 do sexo masculino. Foram entrevistados seis adolescentes, três de cada sexo.

As entrevistas com os adolescentes foram realizadas por uma estagiária de Serviço Social sob a supervisão da pesquisadora. Essa estratégia foi usada devido ao vínculo da pesquisadora, enquanto assistente social do *Projeto de Educação pelo e para o Trabalho*, com os jovens entrevistados. Apesar de quatro deles no período da pesquisa já terem sido desligados do *Projeto*, a pesquisadora resolveu manter essa estratégia devido aos motivos ditos anteriormente.

As entrevistas foram feitas num espaço fora da empresa onde os adolescentes trabalhavam, fora do ambiente familiar e também longe do COMEC. Optou-se por um espaço que fosse neutro para os adolescentes, localizado no centro de Campinas, de fácil acesso às linhas de ônibus. Uma empresa do Município de Campinas, localizada na Av. Francisco Glicério, cedeu uma sala reservada e apropriada para as entrevistas.

As situações dos seis adolescentes entrevistados no momento da realização da pesquisa eram as seguintes:

- Quatro deles já haviam saído do *Projeto de Educação para o Trabalho* por terem completado 18 anos.
- Dois ainda estavam inseridos no projeto e continuavam nas empresas trabalhando.
- Dos quatro adolescentes que haviam saído do projeto, dois estavam cursando faculdade.
- Um já havia concluído o ensino médio e fazia curso técnico de eletrônica.

- Um havia concluído o ensino médio e estava sem estudar.
- Os dois adolescentes que ainda se encontravam no projeto estavam no terceiro ano do ensino médio, no período noturno.
- Dos quatro adolescentes que haviam terminado o projeto, um estava trabalhando, contratado, na própria empresa, por uma firma tercerizada.
- Um estava trabalhando numa outra empresa, em posto de trabalho relacionado com a sua experiência anterior, como recepcionista.
- Um estava trabalhando no mesmo restaurante em que fazia anteriormente “bicos” nos finais de semana, como “barman”.
- Um estava desempregado e aguardando a liberação do serviço militar.

Quadro 2: perfil dos jovens pesquisados

Características	Jovens					
	Alice	Beto	Célio	Dilma	Gilson	Manuela
Sexo	F	M	M	F	M	F
Idade (anos)	18	18	17	18	18	17
Escolaridade	Superior incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	Superior incompleto	Ensino médio completo (1º técnico)	Ensino médio incompleto
Ocupação	Recepcionista	Desempregado	Aux. Administrativo	Estagiária Adm. de Empresas	“Bar-man”	Aux. Administrativo
Projeto - ET	Ex-COMEC	Ex-COMEC	COMEC	Ex-COMEC	Ex-COMEC	COMEC

OBS: As entrevistas com os jovens foram realizadas nos meses de maio e junho de 2002. Conseqüentemente, alguns dados divergem daqueles apresentados na planilha de dados familiares colhidos em outubro de 2001. Os nomes utilizados neste texto são fictícios para preservar a identidade dos jovens.

As seis famílias, nas quais os jovens entrevistados se inseriam, expressam arranjos familiares diferenciados: quatro são consideradas famílias nucleares e duas delas monoparentais; uma delas com os pais separados e a outra em que a mãe era solteira.

As entrevistas familiares foram realizadas nas próprias casas dos entrevistados. Em uma residência, o casal fez questão de participar conjuntamente da entrevista. Das demais famílias, foram entrevistados dois pais e três mães.

Quadro 3: retrato das famílias dos jovens pesquisados

PERFIL FAMILIAR					
Família de Alice (3 filhos, renda familiar = R\$ 1.704,00)					
	Mãe	Pai	Filho A	Filho B	Filho C
Sexo	F	M	F	F	F
Idade	39	43	18	17	04
Escolaridade	Ens.Médio completo	Ens.Médio completo	Ens.Médio completo	Ens.Médio incompleto	Pré-escola
Ocupação	Do lar	Metalúrgico	Aux.administ.	Aux.administ.	-
Renda (R\$)	-	1.300,00	180,00	224,00	-
Família de Beto (2 filhos, renda familiar R\$ 804,00)					
	Mãe	Pai	Filho A	Filho B	-
Sexo	F	M	M	M	
Idade	38	40	17	14	
Escolaridade	Primário comp.	Mobral	Ens.Médio incompleto	Ens.Fundamental	
Ocupação	Faxineira	Pedreiro	Aux.administ.	-	
Renda (R\$)	180,00	400,00	224,00		
Família de Célio (2 filhos, renda familiar R\$ 404,00)					
	Mãe	Avó	Filho A	Filho B	-
Sexo	F	F	M	M	
Idade	39	84	19	17	
Escolaridade	Ens. Fundamental incompleto	Analfabeta	Ens. Médio completo	Ens. Médio incompleto	
Ocupação	Do lar	Aposentada	Desempregado	Aux. administ.	
Renda (R\$)	-	180,00	-	224,00	
Família de Dilma (2 filhos, renda familiar R\$ 904,00)					
	Mãe	Pai	Filho A	Filho B	-
Sexo	F	M	F	F	
Idade	40	43	22	17	

Escolaridade	Primário completo	Fundamental completo	Ensino Médio completo	Ensino Médio incompleto	
Ocupação	Doméstica	Motorista	Aux. administ.	Aux. Administ.	
Renda (R\$)	180,00	500,00	400,00	224,00	OBS: Filho A não reside com os pais
Família de Gilson (2 filhos, renda familiar R\$ 1.104,00)					
	Mãe	Pai	Filho A	Filho B	-
Sexo	F	M	M	M	
Idade	40	41	17	15	
Escolaridade	Fundamental completo	Ens. Médio completo	Ens. Médio incompleto	Ens. Médio incompleto	
Ocupação	Monitora de creche	Metalúrgico	Aux. administrativo	-	
Renda (R\$)	180,00	700,00	224,00	-	
Família de Manuela (3 filhos, renda familiar R\$ 1.784,00)					
	Mãe	Pai	Filho A	Filho B	Filho C
Sexo	F	M	F	F	F
Idade	37	44	21	18	16
Escolaridade	Ens. Médio completo	Primário completo	Superior incompleto	Ens. Médio completo	Ens. Médio incompleto
Ocupação	Funcionária Pública	Aposentado	Estágio	Aux. administrativo	Aux. administrativo
Renda R\$	800,00	400,00	180,00	180,00	224,00

OBS: Salário mínimo R\$ 180,00 (em outubro/2002).
O Filho A da família F cursa Educação Física na PUCCAMP.
As entrevistas com as famílias foram realizadas no mês de outubro de 2001.

1.7.2 Etapas da análise temática dos documentos obtidos nas empresas e no COMEC e das entrevistas com seis jovens, seis famílias e três empresas

Podem-se dividir em três as etapas dos trabalhos com os dados coletados nas entrevistas:

- Transcrição das entrevistas gravadas (empresas, famílias, adolescentes);
- Leitura e (re)leitura das entrevistas;
- Análise temática das entrevistas.

Os temas selecionados foram enfocados considerando-se a representação dos diferentes sujeitos de pesquisa. Os temas que emergiram das entrevistas e que são analisados no âmbito desta dissertação serão:

- Trabalho
- Juventude/Escolaridade
- Família

2 Juventude : o que é ser jovem nos dias atuais ?

“Quem trata com a juventude deve aprender a ser jovem”
(Cecília Meirelles).

Na última década, ocorreram transformações econômicas e sociais no Brasil que acarretaram mudanças no comportamento das pessoas.

A juventude brasileira dos 90 apresenta-se, de maneira geral, relacionada aos traços do individualismo que é resultado de uma cultura que incita o hedonismo, onde o prazer individual e imediato é o único bem possível e muitas vezes esse prazer se encontra vinculado ao consumo de bens materiais.

Observa-se crise de valores sociais, humanitários, morais e falência das instituições socializadoras, imperando a lógica econômica – social da desigualdade entre os indivíduos.

Abramo ilustra significativamente esse contexto com as seguintes palavras: “Na conjuntura atual, dos anos 90, é muito presente e forte a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social. Vítimas do processo de exclusão profunda que marca nossa sociedade e, ao mesmo tempo, do aprofundamento das tendências do individualismo e do hedonismo, se comportam de forma desregrada e amoral, promovendo o aprofundamento da fratura e do esgarçamento social que os vitima. Podem tornar-se, assim, junto com o medo, objeto da nossa compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas e de ações para salvá-los dessa situação. Mas dificilmente como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como interlocutores para decifrar conjuntamente, mesmo que conflituosamente, o significado das tendências sociais do nosso presente e das saídas e soluções para elas”(Abramo, 1997, p.35).

O jovem, hoje, é considerado vítima e, às vezes, protagonista de problemas sociais analisados por autores como Martins (2002), Pochmann (2000), Segnini (2000), entre outros. Citam-se aqui algumas questões sociais relevantes, como por exemplo: drogas, tráfico, violência, prostituição e outros mais.

É importante ressaltar aqui que priorizar o foco sobre a juventude, tida como um caso de polícia, é não reconhecer nem perceber o jovem como sujeito de direitos e deveres sociais. Dessa forma, ao abordar o tema juventude, faz-se necessário saber de qual juventude está se falando, uma vez que os jovens brasileiros são heterogêneos, possuem diferenças quanto às condições de vida, acessos diferenciados na questão do consumo material e cultural. Têm acesso, também diferenciado, quanto a inserção no trabalho e na escola, o que reflete suas origens familiares e sociais.

Para apreender o cotidiano de diversas juventudes é necessário superar a idéia que prevalece no senso comum da juventude como problema para a sociedade (Abramo, 1997).

Busca-se, neste estudo, entender o que é ser jovem para essa população pesquisada, levando em consideração a condição de estudante e de trabalhador. Além disso, procura-se entender as conseqüências desastrosas do desemprego juvenil, sabendo-se que as mudanças ocorridas na última década, no mundo do trabalho provocaram significativas alterações, predominando atualmente a precarização das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira profissional. Do total de pessoas desempregadas no país, 44% são jovens entre 16 e 24 anos.

A taxa de desemprego subiu, segundo dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – de 6,1% em 1995, para 9,3% em 2001. Para a população jovem, com idade de 16 a 24 anos, essa taxa passou de

11,3% para 17,8%. O número de jovens desocupados, em 2001, chega a 34 milhões de pessoas.

2.1 Juventude: do que se trata?

Os estudos que enfocam jovens como objeto de pesquisa, informam diferentes possibilidades analíticas. Neste trabalho é destacada a questão etária, classe social e diferenciações históricas e sociais no interior da mesma classe.

Alguns estudos referem-se à noção de juventude relacionada a uma faixa etária. De fato, esse princípio é relevante na demanda de políticas públicas, nos levantamentos estatísticos, na abordagem escolar obrigatória, na atribuição da idade mínima para inserção no mercado formal de trabalho, na atribuição da idade mínima para responsabilização penal etc.

Porém, Bourdieu analisa as possíveis conseqüências dessa abordagem: “(...) a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente”(Bourdieu, 1983, p.113).

Grosso (2000) define o critério etário como o que delimita a juventude de acordo com as faixas de idade e a cronologização do curso da vida. É um conceito adotado na psicologia pautado nas definições “psicofisiológicas”. Neste trabalho, quando os jovens são denominados adolescentes, refere-se à pessoa entre 12 e 18 anos, com base na Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A juventude também é concebida, para alguns autores, como um período de transição, passagem da fase de criança para a fase adulta, ciclo da vida. Nesta fase de transição, buscam-se as definições de identidade, valores e maneiras de se comportar e agir. É um período de vida com grandes

instabilidades. Ao mesmo tempo que os jovens apresentam comportamentos que são arrojados, inovadores e se entregam à conquistas dos seus objetivos, passam por um período de fortes turbulências e descaminhos que podem levar a comportamentos hedonistas, à violência e às drogas.

Machado Pais destaca para aqueles que querem entender a fase da juventude, a necessidade de levar em consideração as diferenças sociais e a história dos contextos em que os jovens estão inseridos.

Bourdieu ressalta: “o que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas”(Bourdieu, 1983, p.113).

Pais afirma: “no entanto, questão que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre os jovens ou grupos de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também – e, principalmente – as diferenças sociais que entre eles existem” (Pais, 1996, p.22).

Muitos autores elaboram estudos que trazem inúmeras percepções do que é ser jovem na nossa sociedade. O risco dessas representações acerca da juventude é encará-la apenas com os seus lados negativos (juventude vista como fase de conflitos de identidade, de conflitos familiares). A juventude costuma ser vista também como tempo provisório onde é permitido ao jovem experimentar, vivenciar e errar com atitudes e comportamentos exóticos ou, ainda, como período de transitoriedade: “*o que não chegou a ser...*”.

Essas representações, essas imagens acerca da juventude podem dificultar a apreensão dos modos pelos quais os jovens pobres, principalmente aqueles oriundos de famílias desfavorecidas economicamente, constroem suas experiências de jovens inseridos no contexto atual de sociedade.

Numa outra perspectiva é destacada por autores, que analisam a sociologia da juventude, a diferenciação de classe e de situações históricas no

interior da mesma classe. Pais salienta: “a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais etc” (Pais, 1996, p.23).

Para Groppo: “A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social -, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero”(Groppo,2000 p.15).

Com as crises contemporâneas que dificultam a inserção dos jovens no mercado de trabalho a juventude vem sendo alongada para os membros das classes médias e superiores fato reforçado pela valorização social que esse grupo etário encontra na média fazendo com que trintões e quarentões relutem em assumir a maturidade e queiram permanecer nessa fase ou a ela busquem retornar após uma ligação afetiva rompida ou ante ao desemprego.

Para este autor, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, contexto histórico, nacional e regional.

O período da juventude depende da classe social que o jovem ocupa podendo ampliar ou diminuir esse período. O desemprego acarreta desmanche nas relações afetivas dos arranjos familiares e muitas vezes fazem que seus membros retornem ao âmbito familiar da casa dos pais depois de uma separação conjugal. A mídia valoriza o aspecto jovem, o que trás como consequência o culto a permanência juvenil, ou seja, jovens querendo se manter na fase juvenil a até meia idade. Ressalto que esses aspectos que acontecem na sociedade são bem diferentes para as populações de baixa renda.

Neste trabalho, compreende-se a juventude como categoria social que se constrói por meio do processo histórico. A juventude é uma forma de representação social que possui um caráter universal mediante transformações da pessoa numa determinada faixa etária de desenvolvimento físico e psicológico. O jovem se expressa na sociedade de formas diferenciadas, dependendo das relações sociais que se estabelecem e do seu contexto histórico.

É considerado relevante analisar o que bem salienta Pais, que os jovens podem pertencer à mesma classe social, mas vivenciar situações diferentes e particulares. Não existe homogeneidade cultural ou mesma maneira de se viver entre a juventude. Ela é, como já foi citado, caracterizada como “conjunto social” diversificado. A transição da vida jovem para a vida adulta é marcada por diferenças e desigualdades culturais.

Carrano contribui com a seguinte afirmação: “Construir uma noção de juventude na ótica da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento numa perspectiva de totalidade, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim premeditado, muito menos como um momento que será superado ao se entrar na vida adulta” (Carrano, 2003, p.1 e 2).

2.2 Jovens: quantos são?

Apesar de, ao longo dos anos, ter decrescido a taxa de fecundidade das mulheres⁵, observa-se, segundo dados do Censo 2000, que a população jovem do Brasil, na faixa etária de 15 a 24 anos, constitui 34,1 milhões de indivíduos, o que representa 20% dos 170 milhões de brasileiros. A distribuição dos jovens no território brasileiro segue as características da

⁵ Em 1980 – 4 filhos por mulher; em 1990 – 2.7 filhos por mulher e em 2000 – 2.3 filhos por mulher.

população total, ou seja, se concentra na região sudeste, e o mesmo ocorre com os jovens. Segundo dados do Censo 2000, cerca de 38% da população jovem brasileira se concentrava no sudeste. Dados informam que essa proporção tenha decrescido ligeiramente entre os anos de 1980 e 2000. Acredita-se que o desemprego e a recessão econômica contribuíram para a migração a outras regiões. Importante é ressaltar que os jovens constituem o grupo social que mais migra. Dos 34 milhões de jovens brasileiros, em 2000, 12% eram constituídos de pessoas que, naquele ano, não residiam no mesmo município em que moravam anteriormente.

2.3 Ser jovem: o que significa para você?

Foram entrevistados nesta pesquisa seis jovens vinculados a um cotidiano que expressa a condição de pobreza de suas famílias. Dos seis jovens, três deles iniciaram o seu trabalho ainda na infância, quando procuravam ajudar os pais, fazendo “bicos” diversos, seja vendendo sorvetes, ajudando o pai a pintar portões para vendê-los posteriormente, uma vez que o próprio genitor tinha atividades com serralharia- ou, ainda, numa pizzaria de um determinado bairro de classe média alta da cidade de Campinas, onde o jovem desenvolvia a função de ajudante geral.

A família, neste grupo de entrevistados, reafirma a análise de Sarti que será discutida no capítulo sobre Família. Trata-se de um grupo social cujas relações sociais são tecidas “em torno de um eixo moral” (Sarti, 1996, p.63).

O grupo familiar se organiza de tal maneira que todos os seus membros contribuem para que a mesma consiga sobreviver e conquiste “melhores condições de vida”. “A família, como ordem moral, fundada num dar, receber e retribuir contínuos, torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e

atribuindo significado a suas relações dentro e fora de casa” (Sarti, id, ibid, loc cit).

Observa-se aqui que estas pessoas iniciam o trabalho muito cedo, seja por uma questão de necessidade financeira ou por uma questão cultural existente nas famílias, uma vez que o trabalho possui um valor moral, “dignifica” o homem, podendo levá-lo ao “caminho” correto da vida, evitando, assim, a ociosidade que poderá induzi-lo ao mundo do crime (Dauster, 1992). É através do trabalho que o jovem pobre pode se afirmar pelo valor positivo do mesmo, demonstrando suas características de um ser humano honesto e possuidor de muita vontade de vencer na vida. Ainda, segundo Sarti: “o trabalho é muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade. (...) É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si, que lhe permite dizer; eu sou”(Sarti, 1996, p.66). Ressalta-se aqui que, no capítulo Trabalho, discute-se a centralidade do trabalho nas vidas dos jovens e de suas famílias com a contribuição teórica dos autores Antunes(2000) e Castel (1998).

Nos depoimentos que se seguem, dos jovens pesquisados, observa-se , de uma maneira geral, que o entendimento do que é ser jovem traduz-se por poder se divertir e “curtir a vida”, adiando o início da fase adulta que, segundo eles, inicia-se quando o indivíduo constitui família, assume compromissos financeiros e conjugais e, principalmente, têm filhos.

O fato de iniciar o trabalho desde cedo, assumindo responsabilidades antes de estarem preparados para tal e, ainda, adentrar num contexto atual do mundo do trabalho, caracterizado pela instabilidade, precariedade e incertezas, não significa que os jovens trabalhadores perderam nem queimaram essa etapa de vida juvenil principalmente porque a razão das suas responsabilidades na vida ocupacional e seus compromissos e obrigações são com os seus pais. É pertinente aqui ilustrar esse fato com as análises de Sarti: “O trabalho do jovem tem diferenciações em relação ao da criança. É mais formalizado (Madeira, 1993), já que entra num outro circuito das obrigações

familiares, mais próximo ao dos adultos, correspondendo a um papel compartilhado pela mãe, no sentido de ser “secundário” em relação ao do provedor principal, e parte fundamental das obrigações familiares”(Sarti, 1996, p.81). Indagado sobre “o sentido de ser jovem os seis pesquisados responderam”:

“Ser jovem para mim é poder ser livre, é poder fazer o que eu quero com responsabilidade. Mas eu tenho que trabalhar desde muito cedo. Mas, mesmo assim, eu me divirto, eu saio com os meus colegas, eu curto a minha vida. Eu tenho o meu dinheiro, eu ajudo em casa, mas não tenho responsabilidades com uma família feita por mim ou filhos para criar. Eu curto a vida e gosto dela”. (Gilson, 22/05/02).

“Eu não posso reclamar da vida, eu me dou bem com o meu pai, com a minha mãe e irmãs. Acho que sou quem se dá bem com todo mundo. Sou sossegada com a minha família, posso me considerar uma pessoa feliz. O que é ser jovem para mim? Bom, é poder ser feliz. Tem aquele ditado: “não tenho tudo que quero, mas amo tudo que tenho”. Pois é, infelizmente tenho que lutar muito para poder ter as coisas que quero. A vida é difícil, você tem que lutar e lutar muito, mas eu não me canso e sei que sou feliz. Tenho muitos amigos, não é? Saio com eles, a gente se diverte. Gosto de dançar, mas não sei, mas adoro. Eu tento, mas saio muito pouco. Às vezes vou ao cinema, só não gosto de filmes de terror, o resto eu assisto tudo quando dá. Gosto muito de ir na feira, adoro artesanatos, acho a coisa mais linda. Acho que ainda sou muito nova e não pretendo acabar com a “mordomia” da minha vida. Mesmo sendo “mordomia” de pobre (risos). Digo isso porque sei que não tenho família para tratar, não tenho filhos e ainda sou filha. Posso ter o direito de curtir a minha vida mesmo muito limitada, mas eu curto no que dá e sou feliz”. (Manuela, 28/05/02).

“Ser jovem para mim é ser filha (risos). A vida que tenho hoje eu não mudaria, eu continuaria com a vida que estou hoje, trabalhando e estudando. Eu acho que se estivesse só com os estudos eu poderia estar me dedicando só a ele e me capacitando melhor. Mas eu acho que não teria a cabeça, vamos dizer assim, a experiência de vida que eu tenho hoje. Pode ser difícil conciliar; apesar das dificuldades, eu gosto. E ser jovem para mim é isso, é viver bem. Meus pais me apoiam e a minha vida segue de forma tranquila. Quando eu disse que ser jovem é poder ser filha é nesse sentido. É não ter grandes responsabilidades e poder curtir a vida com a minha família e meus amigos, é claro”. (Alice, 21/05/02).

Para estes jovens, perder a juventude é passar a assumir responsabilidades com família e filhos, o que viria a prejudicar o lazer neste período de suas vidas. Desta forma, eles reafirmam o que Sarti (1996) já havia analisado. O trabalho circunscreve-se na possibilidade de adquirir dinheiro para ter acesso ao divertimento mesmo que essa remuneração seja de pequeno valor. O fruto do seu trabalho também é motivo para proporcionar o “auto-investimento”, além da complementação ao orçamento familiar.

Dilma afirma que poderia aproveitar melhor esta fase da sua vida se não tivesse se preocupado tanto, desde a sua infância, com a responsabilidade que chama para si:

“Eu poderia aproveitar mais a minha juventude se eu não tivesse começado a trabalhar e principalmente a me preocupar com essas coisas de trabalho e de pensar todos os dias nas preocupações do dia a dia. Digamos que as responsabilidades surgiram cedo demais.

A preocupação com a responsabilidade que eu já começava desde criança colocar em cima de mim, responsabilidade que talvez não era para eu ter colocado isso na minha cabeça (risos).

Mas eu acho que era devido às circunstâncias de lá de casa. Meu pai desempregado. Ora ele tinha emprego, ora ele era demitido e passava meses sem conseguir novo trabalho. Ele sempre foi um homem trabalhador,

procurava emprego e não conseguia. Procurava fazer alguns “bicos”, o que não era fácil. Ele vendia pastéis na frente da minha escola e com isso foi ganhando a vida. A gente também foi crescendo e eu sempre pensava em poder ajudar a minha família a melhorar de vida. Queria trabalhar desde muito cedo e ficava fazendo planos, contas do que eu faria com o dinheiro que iria receber.

Acho que devido a tudo isso eu procurei me virar e poder ajudar todos de casa. Mas eu não posso reclamar da vida. Eu tive oportunidade de ser criança apesar das preocupações da sobrevivência desde essa fase da minha vida. E hoje tenho a chance de ser jovem. Gosto da minha juventude apesar de saber que é muito limitada. Essa limitação é sempre pela falta do dinheiro. Êta dinheiro! Ê fogo! Tem que se ter dinheiro para tudo nessa vida”. (Dilma, 21/05/02).

Esse depoimento reafirma o que Sarti (1996) acrescentou sobre o significado de “melhorar de vida” das famílias pobres economicamente. No caso das famílias dos jovens pesquisados, ressalta-se que desde o ato de migrar já houve uma determinada “melhoria de vida” dessas famílias envolvidas nesta pesquisa. Continua Sarti: “O jovem pobre urbano tem planos de melhorar de vida, como seus pais que migraram; mas estes planos se formulam dentro de um universo de valores no qual as obrigações morais são fundamentais, porque sua existência está ancorada nesta moralidade” (Sarti, 1996, p.62).

A elaboração de projetos individuais para melhorar de vida, através do trabalho, esbarra nos obstáculos do próprio sistema onde se inserem como pobres e torna-se particularmente problemática diante das obrigações morais em relação a seus familiares ou a seus iguais, com os quais obtêm os recursos para viver. Assim, os projetos, em que a idéia de melhorar de vida está sempre presente, são formulados como projetos familiares. Melhorar de vida é

ver a família progredir. O trabalho é concebido dentro desta lógica familiar, constituindo o instrumento que viabiliza o projeto familiar e não o individual.

A jovem Alice trouxe no seu depoimento uma visão interessante do que era ser jovem no sentido do que Machado Pais classifica de tendência classista sobre a inexistência da homogeneidade cultural. Os jovens podem pertencer à mesma classe social, mas vivenciam experiências diferentes, situações sociais diferentes. São diferentes culturas juvenis.

“Existem várias maneiras de se viver a juventude. Existem aqueles que não estão nem aí para a vida, eles só aprontam e não querem responsabilidades. Mas no mesmo lugar, mesma família, mesmo bairro existem outros jovens que estão querendo ser gente, querendo levar a vida a sério, querendo construir uma vida digna e futuramente ser alguém. Na minha rua tem de tudo. A maioria é muito pobre, mas existem uns que não levam nada a sério e vão para o mundo do crime e da malandragem e existem outros com as mesmas dificuldades que se preocupam com o seu amanhã e vão à luta. Levam a vida a sério com responsabilidade.

Na verdade tem de tudo, mas não dá para generalizar e dizer que todos os jovens são folgados e não querem nada com nada. Ou que também afirmar que todos são bons e são comprometidos com suas vidas”. (Alice, 03/06/02).

Machado Pais continua contribuindo para a discussão da sociologia da juventude ressaltando duas tendências. A primeira, já ilustrada com o depoimento da jovem Alice, é chamada de tendência Classista. Nela, a juventude é concebida como “conjunto social” diversificado, onde os jovens são oriundos de diferentes situações sociais, diferentes situações econômicas, diferentes oportunidades ocupacionais.

O importante dessa tendência é perceber que os jovens podem pertencer à mesma classe social, mas vivenciar situações diferentes e particulares. Não

existe homogeneidade cultural ou a mesma maneira de se viver entre os jovens.

A segunda tendência, a Geracional, procura verificar os aspectos específicos e comuns entre os jovens de uma mesma geração definida em termos etários. As experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros da mesma geração, dos mesmos grupos. São culturas juvenis típicas de uma geração, de uma classe social.

Os jovens pesquisados se assemelham em alguns aspectos. Todos pertencem à mesma faixa etária (16 e 18 anos), conforme exigência do *Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC*. Procuram vestir-se de maneira semelhante, possuem a mesma forma de falar, agir, andar etc. Apresentam cotidianos comuns, buscando as mesmas práticas de socialização, consumo, lazer.

“Sei que não se deve entrar numa de querer comprar tudo o que se vê. Querer consumir tudo que a loja oferece. Mas é muito bom ter o seu dinheiro e poder no final do mês comprar aquela roupa que você namorou há muito tempo. Poder se vestir bem, poder comprar um tênis igual ao que a galera está usando é muito bom. Sei que não se deve consumir por consumir, principalmente por saber que o dinheiro não dá, mas é muito bom ter as coisas e poder comprar. Todo pessoal, seja do trabalho, seus amigos possuem determinada camisa, calça ou mesmo tênis, sei lá, e você ser o diferente não poder ter um igual é triste. A gente se sente inferior”. (Célio, 24/05/02).

Machado Pais acrescenta que “o vestuário, em particular, aparece entre os jovens como um instrumento de integração grupal, um poder simbólico. (...) Com o vestuário, os jovens pretendem afirmar um estilo de vida no sentido em que Weber utilizava esse conceito, isto é, como um meio de afirmação e de diferenciação de status” (Pais, 1996, p.99 e 100).

Tanto a forma de vestir, arrumar os cabelos, utilizar adornos como complemento ao vestuário, constituem signos carregados de significados que objetivam a comunicação. Quanto aos sinais incorporados à maneira do jovem se expressar, andar, comer, estes constituem expressão que sinaliza funções de distinção.

É necessário perceber que a juventude é um período rico em manifestações criativas de práticas de sociabilidade por meio de formas coletivas de expressões concretizadas através da arte, da música, dança, grupos diversos de funk, hip-hop, pagode, grupos religiosos e outros.

Essas práticas ajudam nas construções de identidade, são questões fundamentais para o entendimento e a compreensão dessa fase específica da vida do jovem.

Perceber as diferenças e as semelhanças entre os jovens e afirmar a diferença enquanto indivíduo ou grupo faz parte do crescimento dessa categoria social.

Os jovens possuem necessidade de cultivar amigos, criar laços afetivos que proporcionem auto-afirmação e segurança em relação aos seus pares. Machado Pais ressalta que “(...) os amigos de grupo constituem o espelho da sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação a outros”(Pais, id.ibid.loc.cit).

“Eu gosto de ter amigos. Amigo de verdade, não aqueles que só nos procuram quando está precisando da gente, só por interesse. Eu tenho amigos de verdade que me ajudam e eu também os ajudo. A gente se diverte muito, fazemos bagunça e só damos risadas”. (Beto, 23/05/02).

Machado Pais considera que “uma das funções essenciais dos grupos de amigos seja, não tanto a de desafiar os valores da família ou as gerações mais velhas, mas assegurar aos jovens uma proteção aos assaltos socializantes a que estão sujeitos”(Pais, 1996, p.94).

Fazer amigos é um dos aspectos mais importantes da fase de sociabilidade juvenil. É através dessa convivência que se estabelecem vínculos afetivos, fortalece-se a maneira de ser e agir em relação ao outro e a si próprio, além de ajudar a desenvolver a identidade individual e coletiva.

2.4 Cultura e lazer

Segundo Carrano: “Para os jovens, especialmente, as atividades de lazer se constituem num espaço/tempo privilegiado de elaboração da identidade pessoal e coletiva”(Carrano, 2003, p. 138).

Neste estudo, procura-se conhecer, na medida do possível, a complexidade da condição cultural juvenil das populações de baixa renda da sociedade. Principalmente o que fazem durante o seu tempo livre, como é o seu lazer e o consumo de bens materiais e culturais.

As palavras de Sennett ilustram a complexidade do contexto social contemporâneo: “Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível”(Sennett, 1999, p.10 e 11).

Essa forma de configuração societária, estimula a busca da identidade individual e estimula ainda a independência econômica e financeira dos jovens. Aqui se estabelece mais uma contradição: como ter independência econômica num contexto social de taxas elevadas de desemprego e formas precárias e instáveis de trabalho?

Antes, em outros contextos sociais, ao longo da história, o tempo era mais previsível e podia-se propiciar narrativas de vidas lineares, previsíveis e mais estáveis.

Hoje, as pessoas, de uma maneira geral, e principalmente os jovens aqui pesquisados vivenciam a incerteza do amanhã, as decisões tomadas são a todo momento revistas, fato este característico do capitalismo atual. Sennett contribui para a compreensão disso, afirmando: “Os líderes empresariais e os jornalistas enfatizam o mercado global e o uso de novas tecnologias como as características distintivas do capitalismo de nossa época”(Sennett, 1999, p.21).

Conseqüentemente instaura-se aqui uma sociedade que precariza e instabiliza as relações de trabalho. Sennett continua a sua reflexão: “Quem precisa de mim? É uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em termos dos resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca relação entre o risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas praticas óbvia e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros”⁶ (Sennett, 1999, p.174).

Ressalta-se aqui a importância de como cada cultura juvenil emprega o seu tempo livre neste contexto atual. Segundo Martins: “A sociedade da promessa da integração no princípio do contrato e da igualdade vem se firmando como a sociedade da incerteza e do medo”(Martins, 2002, p.20).

Sabe-se que a maneira de fazer uso do tempo, o tipo de atividade de lazer, os lugares freqüentados denunciam o modo de ser do jovem. Dessa forma, o uso desse tempo de “não fazer nada” para a grande maioria dos jovens pobres, que são oriundos de um sistema educacional onde poucos conseguem concluir o ensino médio, e sem perspectiva de trabalho estável com vínculo, pode levar a práticas de sociabilidades diversas que vão desde

⁶ Aqui abre-se uma grande discussão sobre a sociedade atual já apontada por Marx no qual o capitalismo reduz a pessoa à situação de coisa, ser humano coisificado, de descartado, discussão essa que não será feita neste momento.

manifestações criativas culturais (grupos de dança, música etc) até a práticas ligadas ao tráfico de drogas, prostituição e outros atos ilícitos.

Observa-se, dessa maneira, que existem diversas formas da juventude expressar e vivenciar o tempo. Essas variações vão depender da classe social, do gênero, da etnia, etc.

Ao ser indagado aos sujeitos dessa pesquisa o que eles costumavam fazer nos finais de semana, encontram-se depoimentos que ressaltam os gostos por atividades de diversão e passeios voltados para o consumo de massa (cinema, *shopping*) em oposição à falta de relatos de interesse por formas de cultura erudita e não industrializada, como o teatro, espetáculos de dança, *shows*, museus e outros.

Observa-se o que afirmou Carrano: “a crescente diminuição de áreas livres, face à especulação imobiliária e do solo urbano, e o princípio social que generaliza os sentidos do elogio do mundo confinado, dificultam a constituição dos grupos de lazer. A sociabilidade pública da rua tende a ser transferida para áreas privadas como *shopping centers* e condomínios, assim a ocupação do tempo livre se individualiza cada vez mais na solidão do espaço doméstico”(Carrano, 2003, p.163).

Por outro lado, neste estudo, lida-se com jovens que são trabalhadores e ao mesmo tempo estudantes, que assumem responsabilidades e se comportam de maneira adulta; seus depoimentos foram cheios de denúncias da rotina diária enfrentada por eles com muito cansaço físico e mental, conforme depoimento que se segue:

“Acordo às 05h30, tomo banho para lavar os cabelos. Se não lavar meus cabelos não consigo pentear. Daí vou para o trabalho e fico lá até às 17h30. Saio do serviço e desço na pista John Boy Dunlop e vou caminhando para a escola. São uns 15 minutos é até bom para saúde (risos). Eu caminho muito. Pela manhã, ao sair de casa, ando aproximadamente uns 10 a 15 minutos para pegar o ônibus da empresa que não passa próximo de casa. Ele

passa na pista principal. A empresa B fornece para pessoas que o ônibus não passa próximo de casa, ela fornece passe para o ônibus circular que leva até a pista principal que é a John Boy Dulop. É raro eu conseguir pegar o circular, ele é muito demorado e eu prefiro ir a pé. Para conseguir pegar o circular teria que sair de casa mais cedo e não dá. O cansaço é grande e na época de horário de verão é de madrugada. Bom, vou para escola e chego lá às 17h55 ou até às 18h00. Encontro os meus amigos, a gente conversa e vou assistir aulas. Estudo e às vezes chego a dormir na sala. Depois vou para casa às 22h40 quando acabam as aulas. Chego em casa por volta da meia noite, durmo e começa tudo novamente no outro dia” (Manuela, 28/05/02).

“Eu me levanto às 05h45, saio da minha casa às 06h10 e pego o ônibus da firma às 06h20 ou 06h25. Quando estou disposta vou até o ponto principal andando, mas normalmente tenho preguiça e pego o ônibus de linha até chegar na parada do ônibus da empresa. Chego na empresa às 07h20 e saio de lá às 17h30. Antes, quando eu não fazia faculdade e estudava o ensino médio perto da minha casa, voltava com o ônibus da empresa e ia até em casa. Aproveitava para jantar e às vezes dava para tomar um banho. Na verdade você tem que fazer uma escolha: ou toma banho ou come. Falando francamente eu sempre preferi comer. Assistir aula com a barriga vazia é muito ruim. Agora com a faculdade tenho que ir para casa da minha avó que fica mais perto do caminho da faculdade. Janto lá e vou rapidinho para aula. Saio da faculdade às 22h50 e chego em casa às 23h50 mais ou menos. É cansativo, mas tenho que fazer isso. Às vezes o meu pai me pega no ponto de ônibus quando desço perto da meia noite na pista principal. Quando não dá, volto a pé uns 10 minutos quase correndo. Tenho medo, o bairro nos últimos anos tem ficado muito perigoso. Meu pai geralmente vai a pé me buscar e a gente combina no posto de gasolina. A gente volta a pé, o ruim é quando está chovendo ou muito frio. Sinto dó dele, do seu esforço comigo, mas paciência” (Dilma, 21/05/02).

É possível analisar, a partir desses depoimentos, que esses jovens possuem jornadas diárias de trabalho e de estudo que os levam a uma fadiga cotidiana, agravada nos finais de semana. Muitos deles, quando chegam os finais de semana, ainda aproveitam o sábado para fazer cursos preparatórios para o vestibular, curso de inglês ou computação. E, com isso, sentem-se bastante cansados, não tendo estímulo para sair e se divertir. É importante ressaltar que esses jovens ajudam na arrumação da sua casa, além de residirem nas periferias, o que dificulta o acesso ao centro onde acontecem as programações juvenis. Eles alegam, ainda, gostar de ouvir música, assistir à televisão e sair com os amigos, desde que não tenham gastos.

“Normalmente eu não saio, a gente acaba ficando em casa cansada. É aquele cansaço. Dia de Sábado tem que ir arrumar a casa; é aquela bagunça. Tem que ajudar a limpar a casa. Domingo você tem que descansar se não você não agüenta a segunda feira (risos) nem o resto da semana. Na verdade, você fica meio sem pique para procurar uma diversão ou coisa assim. (...) O ano passado eu considero que foi muito atípico para mim. Entrei numa parafernália de fazer vestibular e fazer cursinho. Esse cursinho era meio loucura, era aos sábados, entrava às 08h00 e saía às 18h00. Isso foi me desgastando muito. Dia de sábado era só esse cursinho, no domingo tinha que estudar para o cursinho e para a escola e ainda tinha as loucuras do meu serviço que ficavam na minha cabeça. Então foi um ano que eu não tive lazer algum” (Dilma, 21/05/02).

“Meu lazer, eu gosto de ir ao cinema. Lazer eu não tenho muito. Na verdade, nos finais de semana, eu estou cansado. Eu não tenho coragem de enfrentar um ônibus e sair de casa. Na maioria das vezes, fico em casa dormindo. Às vezes vou ao cinema e ao shopping com alguns amigos, mas não é tão freqüente” (Célio, 24/05/02).

“Namoro nos finais de semana e também gosto de jogar bola, futebol, num campinho perto de casa” (Beto, 23/05/02).

“Nos finais de semana, geralmente, jogo vídeo-game, assisto televisão. Eu não sou de muito sair. Fico mais em casa” (Gilson, 22/05/02).

Observa-se que os jovens pesquisados possuem uma rotina de vida voltada para o trabalho e as atividades escolares, restando-lhes pouco tempo livre para se dedicar ao lazer e ao divertimento e outras práticas de sociabilidade. E alguns deles ainda usam parte do seu tempo livre para se capacitar profissionalmente fazendo diversos cursos: “parte importante do ‘tempo livre’ dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital” (Antunes 2000, p.131).

Aqui, tem-se claro um exemplo de uma das juventudes que Bourdieu(1983) ressaltou, ou seja, são jovens com condições de vida oposta àquela dos jovens assistidos por seus familiares que possuem determinadas condições financeiras, garantindo-lhes certa “irresponsabilidade provisória”, podendo usufruir de um tempo maior na condição de estudante. Trata-se aqui, portanto, de jovens que possuem restrições econômicas que os levam a ingressar no mercado de trabalho precocemente para a composição do orçamento familiar.

Quanto ao lazer voltado para o grupo familiar em conjunto, observa-se também a inexistência do uso do tempo livre para esse fim. Alguns jovens ressaltaram ter tido na infância recordações de passeios em família, mas, hoje em dia, esse tipo de programação é inexistente na vida familiar. Uma única família relatou que freqüentava a igreja católica e, nos finais de semana, fazia programações conjuntas com os amigos da mesma igreja.

“Desde os meus sete anos, mais ou menos, o nosso lazer é com o pessoal da igreja. Vamos para chácaras, fazemos retiros e confraternizações. Vai todo mundo para a chácara, faz-se almoços é super gostoso” (Alice, 03/06/02).

“Uma atividade de lazer juntos? Foi quando a minha avó estava viva, a gente ia direto no Clube Santa Clara, a gente fazia churrasco nos finais de semana, eu, meu pai, meus tios, a gente jogava bola e as mulheres ficavam conversando. Eu gostava muito, nós éramos crianças” (Gilson, 22/05/02).

“Atualmente é muito difícil. Dia de semana você trabalha o dia inteiro das 07h00 até voltar para casa, às 23h00. Já chego, minha mãe está cansada e meu pai tombado lá, dormindo no sofá, que tem que trabalhar e minha mãe também.. Nos finais de semana é muito raro o lazer na família. Como eu lhe falei, não se tem tempo, não tem pique, não tem nada. (...) Quando eu era criança, em 1994, eu até viajei com o meu pai. Ele era caminhoneiro e eu vivia viajando com ele” (Dilma, 21/05/02).

2.5 Situação escolar

Apesar do avanço quantitativo do número de alunos matriculados na escola, no Brasil, a qualidade de ensino é ainda um espaço de reivindicações. E, segundo Sposito: “o crescente aumento das matrículas não supera um distanciamento existente entre a realidade escolar e o mundo juvenil” (Sposito, 2000, p.187).

A proposta educacional elabora um discurso emancipador, igualitário e é considerada um dos principais acessos ao progresso material e pessoal.

Segundo Segnini: “(...) mesmo em um contexto, como o brasileiro, no qual a educação ainda não é um direito conquistado por todos”. (Segnini, 2000,p. 9).

No contexto das sociedades capitalistas, a educação possui funções de socialização dos indivíduos, de acordo com a ordem estabelecida socialmente. Uma das maiores características, nessa lógica, é a formação do trabalhador objetivando atender à demanda do setor produtivo. Busca-se estender a escolaridade dos jovens brasileiros, tornando obrigatória a formação básica.

Porém a escola pública, nos dias atuais, dificilmente goza de boa reputação. A educação pública no Brasil é representada de maneira piramidal, ou seja, suas bases são constituídas pelo ensino fundamental e médio e o ápice da pirâmide, pelo ensino superior. Ainda é bastante difícil o acesso ao ensino superior para os jovens que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola de boa qualidade. Trata-se de uma formação cara para os que ingressam em universidades particulares. Algumas dessas universidades possuem qualidade duvidosa. Além disso, possuir o diploma superior não significa garantia de trabalho, ou seja, ter escolaridade não significa ter empregabilidade. Nas palavras do Castel: “é ilusório deduzir daí que os não empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade”(Castel, 1998, p.521).

Desta forma, observa-se desigualdade de oportunidade em relação às pessoas que cursam escolas públicas (ensino fundamental e médio) que, raramente, oferecem um ensino de qualidade. Conforme foi citado anteriormente, os jovens pesquisados do *Projeto para e pelo Trabalho* são todos oriundos do ensino público: dos seis pesquisados, na época da entrevista, dois estavam cursando faculdades privadas, dois ainda faziam o terceiro ano do ensino médio, um havia concluído o ensino médio e estava parado sem estudar; por fim o sexto jovem estava fazendo curso técnico e já tinha concluído o ensino médio.

A educação profissional no Brasil, o nível “técnico”, tem como objetivo a preparação do jovem para o mercado de trabalho, sendo reconhecido como curso de qualidade. Possui a lógica do sistema de “Educar para o Trabalho”.

Gilson concluiu o ensino médio e foi cursar o técnico em eletrônica, objetivando, segundo o próprio jovem, aumentar as suas chances no mercado de trabalho. Neste caso, observa-se a inter-relação entre a educação escolar e o conhecimento apreendido no ambiente de trabalho. O fato de procurar realizar esse curso foi devido ao estímulo obtido no próprio ambiente de trabalho, tanto das pessoas, quanto das próprias atividades que realizava, conforme depoimento abaixo:

“Concluí o ensino médio no final do ano passado e. para não ficar sem estudar, resolvi fazer um curso técnico já que não daria para fazer uma faculdade por uma questão de grana.

Eu gosto de números, então estou fazendo um curso de eletrônica. Se eu fizesse uma faculdade, eu faria eletrônica, mecatrônica ou engenharia elétrica. Mas a gente que vem da escola pública não tem condições de passar num vestibular de universidades públicas e chegar e poder pagar faculdades particulares. Os meus pais não possuem condições e eu ainda não consegui juntar dinheiro nem tenho um trabalho que me dê condições para fazer isso.

Na empresa B eu gostei de trabalhar no departamento de controle de qualidade e foi o que me fez animar para fazer esse curso técnico. Muitas coisas que eu vivi na prática na empresa estou agora aprendendo no colégio. Eu levo vantagens diante dos outros colegas. Eu curto muito o meu curso. Eu gostaria de me especializar, saber mais. Tendo o serviço, mesmo o máximo que eu posso eu gostaria de saber.

Eu trabalhava no computador na parte de qualidade e via bastante defeitos. E quando me formar a área que vou trabalhar, se for na indústria é a parte de manutenção. Que é para consertar os defeitos. Então o curso tem

alguma coisa a ver com o que eu trabalhava. Muitas coisas que estou vendo na escola eu já tinha visto lá na empresa.

A empresa B me ajudou bastante, lá tinha o pessoal que era formado nessa área. Então conversando, vendo como era o serviço, o que eles sabiam fazer e tudo mais eu acabei me interessando por essa parte de eletrônica, mais do que a própria mecatrônica” (Gilson 22/05/02).

A educação de uma maneira ampla tem sido apontada por diversos autores como elemento fundamental no processo de desenvolvimento de um país. Neste trabalho, toma-se emprestada a definição feita por Carrano sobre educação: (É)...“Concebida como prática cultural, e não apenas sistema institucional de ensino, por participar desse amplo jogo político e ideológico que atravessa a totalidade da vida social em seus aspectos econômicos e simbólicos. Torna-se, portanto, impossível compreendê-la isoladamente das relações sociais de produção da subjetividade e dos processos que conformam determinada configuração de forças e relações hegemônicas”. (Carrano, 2003, p.11 e 12).

O Censo 2000 apresentou avanços nas taxas de escolarização, em todos os níveis etários, com relação à frequência escolar. De 1991 a 2000, a frequência escolar passou de 37,2% para 71,9% , ou seja, os jovens tiveram mais acesso à escolarização formal. Essa frequência escolar, muitas vezes, é constituída por repetências que geram defasagens entre a idade do jovem e a série cursada.

O tempo médio de permanência do jovem no ensino fundamental, que seria de oito anos, passa para onze anos, acarretando distorções entre idade e série. Outro dado significativo do censo 2000 é que 52% dos jovens da rede pública de ensino, na idade etária de 15 a 17 anos, ainda estão matriculados no ensino fundamental, que se destina a crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos de idade.

A taxa de analfabetismo da população brasileira, acima de dez anos, caiu de 19,7%, em 1991, para 12,8%, em 2000.

Houve também a expansão do número de matrículas no ensino fundamental; a taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos passou de 55,3% para 78,8%. Porém, em relação aos jovens de 18 e 19 anos, a taxa declina para 50,3% a situação se agrava ainda mais na faixa etária entre 20 e 24 anos, em que chega a 26,5% de jovens estudantes. Essa realidade sugere o baixo contingente de jovens cursando o nível superior, em função de circunstâncias adversas como a dificuldade financeira das famílias, responsáveis pelo ingresso precoce dos filhos no mundo do trabalho, acompanhado, muitas vezes, do abandono escolar.

A educação dos pais seria fundamental para incentivo dos filhos a freqüentar a escola. Pais mais escolarizados têm mais informações sobre a importância da educação e tendem a atribuir maior valor ao tempo gasto por seus filhos em atividades escolares.

Os jovens aqui pesquisados obtiveram maior inserção escolar do que seus pais. Porém observa-se também que esses genitores evoluíram na questão escolar em relação aos seus pais, ou seja, ao longo das três gerações ocorre, progressivamente, maior acesso à educação formal. Além da família as relações construídas no ambiente de trabalho contribuem para uma busca mais intensa de oportunidades de educação continuada.

Durante todo o processo de pesquisa, a questão escolar foi enfatizada como prioridade de vida, tanto pelos familiares pesquisados, quanto pelos próprios jovens.

“Se eu tivesse estudado mais teria oportunidade melhor e não seria operador simples de fábrica. Eu falo: se você quer ser alguém e quer ter alguma coisa, tem que estudar. Não adianta você sentar atrás de uma escrivaninha num computador e pensar que você já dominou. Tem que estudar sempre, tem que sempre querer crescer” (Família do Gilson, 23/10/01).

“(...)acho que o estudo é uma coisa que tem que continuar sempre. É chato, mas você tem que fazer a vida inteira se não quiser ficar para trás” (Manuela, 28/05/02).

As famílias pesquisadas desses jovens não dispõem de tantos recursos financeiros para investimentos na educação formal dos filhos. No entanto os resultados financeiros do trabalho dos jovens podem ser parcialmente utilizados em auto-investimento na formação profissional – como ilustram os casos de duas jovens pesquisadas que pagavam seus próprios cursinhos preparatórios para o vestibular. O nível de escolaridade tende a ser um dos fatores mais importantes na vidas desses pesquisados como caminho para ascensão social. É através da escola que esses jovens esperam obter ingresso em ocupações profissionais futuras.

“A minha obrigação é do básico da casa, é minha e dele. O importante é se auto investir. Não quero dinheiro delas; elas investindo nelas já está bom” (Família da Manuela, 12/10/01).

“Cursos, essas coisas tudo que aparece ele quer fazer. Ele esse ano quis fazer inglês. O que ele ganha é para fazer essas coisas que ele quer estudar. Ele fez seis meses de um curso de montar e desmontar computador. Ele estudou e pagava R\$45,00 por mês do seu dinheiro. Esse ano ele quis fazer o inglês e eu disse: você é quem sabe: pense bem nas suas contas. Veja o que você tem ainda para pagar; não dá para acumular” (Família do Beto, 20/10/01).

Alice, Beto, Célio, Dilma, Gilson e Manuela reafirmam que poderão adquirir mobilidade social e principalmente obter elementos necessários para

sobrevivência em um contexto social definido pela informação e escrita, com mecanismos cada dia mais seletivos e excludentes no mercado de trabalho. No entanto esta questão tem sido freqüentemente desconstruída através de análises que apontam aspectos contraditórios na relação entre trabalho e escolaridade.

Segundo Segnini: “Os jovens no Brasil, assim como em outros países no mundo, constituem o grupo social mais escolarizado e mais desempregado; ou mesmo, inseridos em trabalhos precários” (Segnini, 2000, p.12).

A referida autora, ressalta ainda que a educação se “expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, trabalho” (Segnini, 2000, p. 9).

Por outro lado, Alice e Dilma informam que a inserção ou contratação que tiveram posteriormente nas empresas, possibilitando que fossem apontadas como possíveis êxito do *Programa*, bem como os demais jovens contratados que passaram pelo *Programa*, resultou na prestação de serviços de forma precária, conforme depoimentos abaixo que elucidam o que ocorre:

“ (...) ainda bem que eu consegui ficar aqui depois que saí do COMEC. Mas infelizmente não sou funcionária da empresa, fiquei como estagiária. Eu sabia que se estivesse fazendo uma faculdade as chances de ser contratada aumentariam. Por isso fui fazer cursinho aos sábados para entrar numa faculdade e ficar aqui. O que recebo dá para bancar os meus estudos. Por outro lado, não tenho mais férias nem décimo terceiro e continuo fazendo as mesmas tarefas que fazia e às vezes até mais. O ruim é que essas tarefas, muitas vezes, não têm nada haver com o que estou aprendendo na escola, eu penso que, se é estágio, deveria servir para o meu aprendizado na faculdade, não é? Acho que ainda é muito cedo para avaliar, faz um semestre que entrei. Acredito que fui contratada como estagiária para a empresa pagar menos e ganhar em cima de nós. Mas, deixa para lá, pior poderia ser se eu não tivesse essa chance” (Alice, 03/06/02).

“Eu tinha um plano de ficar como estagiária só que foi para roça (risos). Entrou uma lei que só podia contratar estagiários a partir do terceiro ano ou quarto ano, não sei bem sobre essa lei. Daí os meus planos foram para roça. Eu falei: e agora? Não vou poder ficar como estagiária e vou ter de trancar a minha matrícula. Não tenho dinheiro para bancar o curso. Só que a gente conseguiu fazer uma “gambiarra”, vamos dizer assim. Fui contratada como terceiro por outra empresa que presta serviços na empresa B. O meu salário atual é de R\$ 500,00. Minha faculdade é de R\$ 300,00 e me sobra R\$ 200,00” (Dilma 21/05/02).

Outra questão a ser considerada é que os jovens aqui pesquisados, depois de um dia inteiro de trabalho, vão para os seus cursos noturnos e deparam-se com colegas que não estão interessados em aprender o conteúdo transmitido pelos professores e estes, por sua vez, não encontram estímulo por várias razões, principalmente pela falta de cooperação dos alunos, pelo cansaço, pela baixa remuneração e outros tantos motivos que envolvem a classe docente do país. O depoimento dos jovens abaixo ilustra essa situação:

“(...) eu adorava estudar. Agora está difícil (risos). Porque a escola em si está ruim. Você sabe, eu não consigo mais aprender desde o primeiro colegial. A escola que eu estudava era municipal. A escola municipal ela tem um nível diferente, os professores lhe conhecem desde o primeiro ano. A melhor escola que tive foi a escola de primeira a oitava série. Foi uma escola muito boa. Já hoje é uma escola de professores legais, mas os alunos não colaboram. Eles fazem muita bagunça. Principalmente nas matérias relacionadas a cálculo, é bem complicado. Você chega, já está cansada, sabe? Os professores, por mais que lhe estimulem, não sei lá, acho que os alunos não estimulam eles a terem compromisso. Os professores tentam passar para você, mas os alunos não deixam. (...) O que pega mais é que você não consegue ouvir o que os professores falam, tanta bagunça que estão fazendo. Ficam soltando bombinha dentro da escola, andaram soltando um negócio que tem um cheiro que você acaba passando mal lá na escola. Não só

eu reclamo, todo mundo que quer estudar reclama disso. Os alunos não deixam, você não consegue. E os representantes de classe são os mais bagunceiros porque quem escolhe são os próprios alunos. Ao invés de serem eleitos pela responsabilidade, vai pela popularidade, todo mundo se conhece, todo mundo acha legal. (...) eles vão para lá, fazem bagunça, fazem a festa deles. Acham que não precisam aprender nada. Acham que o mundo acaba ali na favela aonde eles moram. Eles se acomodam e acham que está bom” (Manuela, 28/05/02).

Esse depoimento nos faz lembrar o que Pais chama atenção quanto à corrente que ele denominou de Classista para entender a juventude: “a reprodução social é fundamentalmente vista em termos de reprodução das classes sociais”(Pais,1996, p.44). O importante dessa corrente é perceber que os jovens podem pertencer a mesma classe social, mas vivenciam situações diferentes e particulares. Não existe homogeneidade cultural ou mesma maneira de se viver entre a juventude. Os interesses são diferentes. No depoimento acima percebe-se nitidamente que alguns jovens estão interessados em frequentar a escola para obter conhecimento e posteriormente ter a perspectiva de uma “vida melhor”. Outros não, nas palavras da jovem Manuela “*acham que o mundo acaba ali na favela aonde eles moram. Eles se acomodam e acham que está bom*”.

O depoimento abaixo de outro jovem pesquisado retrata de maneira pertinente o que foi exposto acima:

“(...) são dois gêmeos que eu conheço desde os três anos de idade, eles moram do lado. Nós sempre estudamos juntos até o terceiro ano. (Ensino Médio). Eles também têm 18 anos e um deles nunca trabalhou. Eu não me enxergo na posição dele. (...) eu sempre gosto de ter dinheiro no bolso. Se eu quero sair para qualquer lugar, eu tenho dinheiro. Já gosto de comprar roupas, eu gosto de ter minha independência. Ele se sente bem dependendo dos outros, cada um é um, não é? (...) eu acho que mais tarde ele vai se

arrepende disso aí. Eu falo para ele e ele me ignora. Não estuda nada. Acabaram o terceiro ano e fica o dia inteiro parado” (Gilson, 22/05/02).

O jovem pobre no Brasil em geral insere-se precocemente no mundo do trabalho, antes mesmo de completar o curso obrigatório fundamental. Já o jovem de classe média ou rica pode freqüentar a escola até a conclusão do ensino superior. É uma pequena parte da juventude brasileira que só ingressa no mercado de trabalho depois de passar pelo sistema de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus.

Existe uma outra parcela da juventude brasileira que ingressa no mundo do trabalho após se habilitar profissionalmente no nível técnico. São estudantes das escolas técnicas federais, estaduais e particulares que, após concluírem as oito séries do ensino fundamental, optam por se profissionalizar. A maioria desses jovens vai para o mercado e dá por terminados seus estudos.

A partir dos dados pesquisados, percebe-se que os jovens vivenciam o lazer e o namoro de forma restrita, limitada. Suas rotinas são cansativas: somam, entre tempo de estudo ou trabalho, de 12 a 13 horas, além de 2 ou 3 horas gastas com o deslocamento diário. No entanto esses jovens vivenciam suas realidades com bom humor, fazendo brincadeiras e dando muitas risadas que expressam momentos felizes apesar das adversidades que a vida lhes impõe.

As famílias reconhecem que os filhos são jovens e os percebem como tal, conforme depoimentos abaixo:

“Eu digo: Gilson, vai passear. Chama os seus amigos e vai se distrair. Você está muito nervoso, tenso e vai descansar um pouco. Joga bola. A vida não é só trabalho e escola, vai se divertir também” (Pai do Gilson, 23/10/01).

“Nos finais de semana, a gente deixa elas saírem um pouco com o pessoalzinho da igreja. Elas, às vezes, vão para lanchonete, festinhas e até

show. Só agora é que estamos nos acostumando com a idéia. Às vezes elas saem com o pessoal da empresa, eles fazem churrasco no clube. A gente não pode impedir que elas se divirtam, afinal são meninas tranqüilas, dá para confiar e temos que deixar elas viverem a sua adolescência. É assim que elas crescem e amadurecem” (mãe da Alice, 16/10/01).

“Minhas filhas tiveram que aprender o que é a vida muito cedo, elas não puderam viver a fase da adolescência. Aqui em casa tinha muitos problemas, nossa vida é muito difícil. A adolescência é uma fase de descobertas e sonhos, mas elas tiveram de trocar o sonho pela realidade. Isso foi uma pena” (mãe de Manuela, 12/10/01).

A compreensão das empresas, em relação aos jovens que contratam, inclui o reconhecimento de que a disciplina para o trabalho é algo importante a ser adquirido:

“Dentro de uma organização existem regras, normas e existe convívio com outras pessoas. Regras, normas tornam as pessoas mais disciplinadas. As pessoas precisam ser disciplinadas. Acho que a disciplina é uma virtude que a pessoa pode adquirir. Ele não precisa nascer com ela, mas pode ser ensinada e pode ser aprendida. O cara disciplinado é imbatível” (Diretor de RH da empresa C, 04/05/01).

Na fala do assistente de recursos humanos, pode-se perceber que o jovem é valorizado como força de trabalho de fácil manipulação, além de ser de baixo custo para a empresa:

“contratar jovens é interessante para a Companhia por ser mão de obra barata e de fácil relacionamento. Eles chegam aqui muito tímidos, a gente vai treinando, ensinando e eles sempre demonstram vontade de aprender. São

jovens humildes e de fácil relacionamento” (Assistente de Recursos Humanos da empresa C, 18/05/01).

Compreender os jovens pobres e suas representações sobre as diferentes esferas da sociedade, onde exercitam suas relações sociais, na condição de jovem, constitui elemento chave na caracterização das culturas juvenis atuais, presentes no cenário da sociedade brasileira.

3 Família: desenraizamento, percursos e expectativas

É difícil defender
só com palavras a vida
(ainda mais quando ela é
esta que vê, severina).

João Cabral de Melo Neto
(2000, p.79/80).

Este capítulo tem por objetivo o estudo da família enquanto elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade. A proposta de análise baseou-se no referencial teórico de Engels, ampliando a discussão sobre o conceito, com a perspectiva de autores que concebem suas transformações ao longo da história, numa abordagem ampliada das relações sociais de classe, étnicas e de gênero (Bilac, Durham, Sarti, Goldani e outros).

Busca-se, ainda, trabalhar com a questão de representações sociais, observando as interações ocorridas entre jovens, famílias e empresas do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho*.

Por fim, são analisadas as trajetórias de duas famílias pesquisadas, para proporcionar uma ilustração real de suas vivências.

Vale ressaltar que os nomes das pessoas de cada família pesquisada foram omitidos e que, no relato das trajetórias, foram adotados nomes fictícios para seus autores.

3.1 A Família, Uma Discussão Teórica

Segundo a concepção materialista, para haver desenvolvimento da sociedade e das instituições sociais, faz-se necessária a produção e reprodução da vida cotidiana. Ou seja, para haver produção é necessária a “produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupas,

habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem próprio, a continuação da espécie”. (Engels, 1976, p.08).

O grau de desenvolvimento de uma sociedade em determinado momento histórico é avaliado por meio do desenvolvimento do seu trabalho, dos produtos adquiridos, e, como consequência do trabalho, da riqueza desta sociedade e também da família.

Engels, analisando as investigações de L. H. Morgan, verifica que, a partir da intervenção do homem na natureza, objetivando o domínio na produção de alimentos para a sobrevivência da espécie, deu-se em paralelo, o progresso da humanidade. “Todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos directo, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência” (Engels, 1976, p. 31).

Nesta perspectiva de análise, a família desenvolve-se juntamente com o desenvolvimento da sociedade. Para Engels, debruçando-se sobre os trabalhos de Morgan, a família “é o elemento activo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado” (Engels, 1976, p. 41).

O referido autor, com base na contribuição feita por Morgan nas suas investigações, faz uma retrospectiva histórica do desenvolvimento da família, retrospectiva esta que vai desde a fase primitiva do desenvolvimento da humanidade, passando pela Barbárie até a Civilização. No primeiro estágio da história da humanidade, denominado Selvagem, imperava no seio das tribos a promiscuidade, o comércio sexual, de modo que cada mulher pertencia a todos os homens e cada homem a todas mulheres. Neste estágio selvagem, o matrimônio era grupal, conhecido também por famílias consangüíneas.

Posteriormente, surge a família Punaluana, na fase denominada de Barbárie, em que o homem já havia deixado a infância do gênero humano, passando à domesticação e criação de animais e ao cultivo de plantas. Surge a agricultura. Quanto às uniões, eram ainda grupais, mas já havia indícios de uniões por pares, o que veio finalmente se consolidar na fase da Civilização.

É importante perceber, ainda nesta fase da Barbárie, que a hereditariedade era passada através da mãe, pois podia não se saber quem era o pai, mas, com certeza, conhecia-se a mãe.

Por fim, iniciou-se a fase da família Sindiásmica, em que as uniões eram por pares e de longa duração. Teve início, nesse período, a monogamia e a transição para a fase da civilização. Antes, na Barbárie, só se produzia para a sobrevivência das famílias. Porém, com o início da domesticação dos animais e a conseqüente criação de mananciais de gado, porcos, ovelhas, burros e outros ocorreu a acumulação de riquezas, que cresciam ao longo dos anos.

Todas essas riquezas foram passadas para a propriedade particular das famílias que criavam e cultivavam plantações e animais, caracterizando a propriedade privada e a divisão na própria família do trabalho. Papéis sociais de gênero entre os cônjuges foram estabelecidos, cabendo ao homem prover a alimentação e os instrumentos de trabalho e à mulher o cuidado com os filhos e a casa. Inicia-se o processo de família patriarcal, que se estendeu por um longo período na nossa história.

Como foi dito anteriormente, a transmissão dos gens era feita, na fase da barbárie, através da mãe. Houve, nessa nova fase da civilização da humanidade, a passagem para a filiação masculina, com o direito herdado do pai. Os filhos advindos de uniões estáveis, monogâmicas, principalmente por parte das mulheres, poderiam herdar o patrimônio do pai. A monogamia é resultado da concentração de riquezas e, para isso, era necessária a monogamia da mulher.

O fim do matriarcado imprime o desenvolvimento acelerado da monogamia, conforme falamos acima. Essa família monogâmica baseia-se no predomínio do homem; a paternidade é indiscutível. Ao homem reserva-se o direito à infidelidade conjugal e, quanto ao papel da mulher, espera-se dela a fidelidade e muita tolerância para com os atos do seu marido.

Segundo Engels, a origem da família monogâmica não decorreu do amor sexual individual, mas das questões econômicas: “a monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até os nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem estar e o desenvolvimento de uns se verifica à custa da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade” (Engels, 1976, p.86).

No Brasil, uma referência sobre os estudos do tema família é a contribuição de Gilberto Freire (1975) com o seu livro *Casa Grande e Senzala*. O autor analisou o modelo tradicional de família patriarcal inserida em determinadas regiões do nordeste brasileiro, onde predominava a agricultura canavieira. Esse modelo de família da sociedade brasileira teria existido, de forma generalizada, nos períodos Colonial, Imperial e da Primeira República.

Bilac acrescenta algumas características a esse modelo de família: “a família tradicional é geralmente caracterizada por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta fertilidade, extrema autoridade dos pais sobre os filhos, assimetria de status entre marido e mulher, acentuada estabilidade conjugal e, principalmente, manutenção de laços de parentesco com colaterais e ascendentes altamente significativos, comumente ligados à partilha da mesma residência” (Bilac, 1978, p. 17).

A mulher, na obra de Freire, possuía características de docilidade, meiguice e principalmente passividade em relação aos papéis desempenhados pelos homens. Eram denominadas de Sinhazinhas com suas atividades voltadas para o lar (a casa grande). Já na região Sul do país, as mulheres, dentro do mesmo contexto de famílias patriarcais extensas, eram denominadas de Bandeirantes; eram mais ativas diante da necessidade de substituir os seus maridos (Bandeirantes) que saíam em caráter militar de colonização. Elas administravam suas fazendas, controlavam seus escravos, além de assumir as

funções cotidianas do lar. Constituía-se um modelo mais ativo do que passivo em relação às Sinhazinhas do Nordeste. Porém ambas não perdiam o caráter submisso e subordinado à figura masculina. O processo de industrialização e urbanização ocorrido no Brasil trouxe mudanças significativas ao contexto familiar. Iniciam-se novos modelos na estrutura da população brasileira que alteram alguns aspectos concretos da vida social. A vida familiar não foi afetada apenas pela ótica econômica, mas por aspectos demográficos e sociais: a redução da mortalidade e da fecundidade e as novas temporalidades familiares.

Estabelece-se um novo sistema familiar com número reduzido de filhos (em média de dois a três), diferenciando-se do modelo anterior em que as famílias eram numerosas. A mulher passa a inserir-se no mercado de trabalho, objetivando ampliação do orçamento doméstico ou mesmo assegurá-lo. Aumenta-se o número de separações dos casais, das uniões consensuais, como também o número de mães solteiras. Não há mais uma forma única de trajetória e o ciclo vital da família não é compatível com o ciclo vital dos seres humanos.

Essas mudanças, em parte, são conseqüências do movimento feminista e da liberação sexual que acarretaram, ainda, transformações no relacionamento de gênero que não possui um “locus” único na família, mas apresenta-se numa dimensão superior da vida social.

O Brasil vivenciou uma estagnação do crescimento populacional mediante dois aspectos: primeiro houve a redução do processo de imigração que foi intenso nas décadas de 40 a 60. E segundo, houve um forte controle da mortalidade infantil. Esse fato obteve êxito graças ao controle das doenças infecto-contagiosas, ao saneamento básico nas áreas mais pobres da população e, por fim, à descoberta de antibióticos na década de 40.

Em 1965, houve o advento da pílula para controle da natalidade, o que teve grande influência sobre a taxa de fecundidade entre as mulheres. Dados

do IBGE retratam a taxa de fecundidade entre 1980/1990, da seguinte maneira:

Tabela 1: dados de fecundidade no Brasil

	1980	1985	1990
BRASIL	4.0	3.3	2.7
Norte	5.5	4.8	4.0
Nordeste	5.8	4.9	4.0
Sudeste	3.2	2.7	2.4
Sul	3.4	2.7	2.3
Centro Oeste	4.2	3.4	2.9

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa, departamento de população e indicadores sociais. Anuário Estatístico, 1995.

A taxa de fecundidade do Brasil continuou declinando na última década, chegando a 2,38 filhos por mulher em 2000, de acordo com os últimos dados do Censo Demográfico.

Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado coloca o Brasil em 69º lugar na comparação com as taxas estimadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 187 países. A Nigéria tem a maior taxa de fecundidade do mundo, com oito filhos por mulher, e a Letônia, a mais baixa, com 1,1 filho por mulher.

Entre as regiões brasileiras, a Sudeste tem a menor taxa de fecundidade de 2,1 filhos, e a região Norte, a maior, com 3,2 filhos por mulher.

A idade média da fecundidade também caiu nos anos 90, revelou o Instituto, de 27,2 anos em 1991 para 26,3 anos em 2000.

No Estado de São Paulo, a Fundação SEADE divulgou um estudo sobre a taxa de fecundidade nos anos 1990 e 2000.

Tabela 2: dados de fecundidade no Estado de São Paulo

Estado de São Paulo	
Anos	Fecundidade (filhos/mulheres)
1990	2,37
2000	2,16

Fonte: Seade

Observa-se também que, nas sociedades atuais, a necessidade das mulheres de se auto-realizar, faz com que busquem melhorias do nível escolar e a inserção no mercado de trabalho. Para essa realização, faz-se prioritário o controle da prole.

Pesquisa realizada pela pesquisadora Elisabete Bilac para a Fundação SEADE, em dezembro de 2002, com o título *Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo na década de 90*, revelou que houve considerável aumento da inserção da mulher no processo produtivo. Porém a forma como se dá o arranjo familiar tem relação direta com essa inserção laboral.

“O desemprego e a crise não afetam desigualmente apenas homens e mulheres, mas produzem clivagens de inserção também entre mulheres, profundamente marcadas por sua situação familiar e por sua idade” (Bilac 2002).

Mulheres jovens, que possuem filhos pequenos, sofrem mais discriminação quando vão ao mercado de trabalho do que suas pares que não possuem filhos pequenos. Ou seja, a taxa de desemprego é maior entre as jovens com filhos.

Esses dados mostram que a taxa de desemprego é mais elevada entre os casais jovens cujos chefes se encontram desempregados.

Os dados revelam, ainda, que famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, possuem taxa de desemprego quase triplicada e sua contribuição no rendimento familiar aumenta. Revelam também que a situação laboral feminina é melhor entre as mulheres jovens e adultas que moram sozinhas, Estas têm maior taxa de participação no mercado de trabalho e seus rendimentos são os mais elevados. A pesquisa ressalta que o fato dessas mulheres morarem sozinhas já identifica uma inserção diferenciada no mercado de trabalho, com maior qualificação profissional.

Observa-se ainda que no país cresce o número de uniões consensuais, porém não numa perspectiva de famílias nucleares patriarcais e monogâmicas. Surgem novos arranjos familiares numa perspectiva mais ampla de interação social com as demais instituições como, por exemplo, a igreja, o Estado e outras.

Bilac destaca nessa linha de raciocínio que “qualquer que seja o nível de análise da realidade social – nacional, regional ou local -, em se tratando de família, o fundamental parece ser considerá-la como um dos componentes de um dado sistema social, interagindo com outras instituições, outros grupos sociais, afetando-os e sendo por eles afetada” (Bilac, 1978, p. 19).

Vale dizer que qualquer estudo que se dedique ao tema família deve levar em consideração sua estrutura de classe e suas relações com as demais instituições sociais. A família, nesse estudo, traz relevância, ampliando a perspectiva de Engels de expressão econômica do modo de produção capitalista.

Hoje a família estabelece uma relação, uma configuração na qual as bases econômicas e sociais se inter-relacionam. Não existe um tipo de família; todas estão relacionadas com o contexto social em que se inserem. A família se reorganiza dependendo de sentimento e das condições sociais. É uma configuração que significa formas de alianças que referem outras possibilidades. Assim, afirma-se a idéia de interdependência do indivíduo com a sociedade, passando pela família.

Nesta pesquisa, adota-se o conceito de família elaborado por Goldani “(...) como um processo de articulação das trajetórias de vida e de seus membros, que se constrói e reproduz no contexto das relações de classe, étnicas e de gênero. Ou seja, a família não seria algo homogêneo e nem os papéis familiares seriam complementares. Assim, o ponto de partida é a família como algo multifacetado e com múltiplos arranjos” (Goldani, 1994, p.307).

Desse modo, a análise da família obtém novas dimensões, revelando-se como forma de apreender vivências cotidianas de diferentes situações de classe, etnia e gênero.

3.2 A Família, suas representações e o Projeto de Educação para e pelo Trabalho do COMEC

O tema família é reconhecidamente complexo e merece uma análise cuidadosa. Sem a pretensão de uma análise exaustiva do assunto, faz-se necessário ter a compreensão das representações e vivências das famílias dos jovens pesquisados, sobretudo para inter-relacioná-las com as representações dos próprios jovens e das empresas, revelando as relações sociais engendradas.

Para tanto, faz-se necessário compreender o que se entende por representações sociais. A Teoria das Representações Sociais tenta compreender a realidade social, como ela constrói a gramática das pessoas, levando-as à ação (Guareschi e Jovchelovitch, 1995).

Os relatos elaborados nas entrevistas são construções simbólicas da realidade social vivida e que estão recheados de características culturais, sociais e históricas.

Para Minayo, “(...) as Representações Sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. Portanto, devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem às situações

reais de vida. Neste sentido, a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas” (Minayo, 1995, p.109).

O Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC tem como premissa básica o trabalho com as famílias dos jovens assistidos pela entidade, uma vez que não é possível atender jovens efetivamente sem trabalhar com suas famílias. Desse modo, apresenta-se aqui parte de um documento oficial da entidade para ilustrar aos leitores um pouco da filosofia do trabalho. É importante lembrar que, nesse momento, não é feita nenhuma análise dessa prática institucional.

“Estabelecemos uma parceria significativa, ajudamos essas famílias a compreender e respeitar as mudanças que ocorrem com seus filhos. Nosso contrato promove a troca e proporciona condições favoráveis à revisão de posturas, facilitando a aproximação entre pais e filhos. (...) Sentimos que as famílias adquirem um novo olhar para a realidade. Quando provocamos a participação, as transformações ocorrem naturalmente. (...) Continuamente fortalecemos em nossas ações que o início da vida profissional desses jovens é uma etapa em seu processo evolutivo e que a família deve funcionar como referência facilitadora e acolhedora, para que seus filhos encontrem as condições adequadas para um desenvolvimento social saudável numa perspectiva emancipadora” (COMEC,2001).

Para finalizar, o COMEC toma emprestada a bela síntese de Fernando Sabino, que retrata o espírito com que trabalha:

A certeza de que estamos sempre começando,
A certeza de que é preciso continuar
E a certeza de que podemos ser interrompidos antes de
continuarmos.
Fazer da interrupção um caminho novo,
Da queda um passo de dança,
Do medo uma escada,
Do sonho uma ponte,

Da procura um encontro

(Serrão, M, 1999,p.37).

3.3 Cenários familiares: trajetórias, percursos e migrações:

As famílias dos jovens, objeto do trabalho, são migrantes de diferentes regiões do Brasil, oriundos de zonas rurais e que vieram para a cidade de Campinas-SP em busca de uma “vida melhor”, conforme depoimento abaixo:

“A gente veio de lá, eu tinha 18 anos e foi a época que tive de começar a trabalhar aqui. Viemos para cá pela vida sofrida, era roça para quem não tinha possibilidade de comprar maquinário para investir. Tem ano que você colhe e ano que você não colhe”
(Família de Alice, 16/10/01).

A maioria das pessoas que vive no campo subsiste em situação total de miséria. Cerca de 3,4 milhões de famílias de pequenos proprietários, meeiros, parceiros, assalariados e trabalhadores sem remuneração, que representam 53% dos habitantes do campo, estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, ganham menos de um quarto de salário mínimo per capita. (Dados IBGE apud Jornal o Estado de S. Paulo, 22/11/98).

Para Durhan, “(...) Quando o migrante diz que a vida na roça era difícil não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida rural” (Durhan, 1983, p. 114) no contexto político-econômico brasileiro, concentrador de renda.

Essas condições de vida precária e sofrida no campo, onde famílias inteiras são excluídas de um pedaço de terra em que possam plantar e de condições para produzir, fazem com que lhes reste a busca da cidade grande com o único objetivo de sobrevivência familiar.

A partir dos anos 30, e sobretudo na década de 50, inicia-se o processo de industrialização brasileiro, que foi caracterizado por uma elevada concentração da base produtiva na Região Sudeste do país. Trata-se de um

período de acelerado crescimento econômico que não foi desenvolvido conjuntamente com a distribuição de renda. Ao contrário, a pobreza no campo levou milhões de pessoas a migrar para as cidades industrializadas: “em três décadas, migrou para a cidade a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas. Nos anos 50 foram 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970)” (Santos e Silveira, 2002).

Segundo Perillo, no Estado de São Paulo, entre 1970/80, observou-se uma taxa de migração bastante elevada, 1,5 migrantes por mil habitantes. Entre 1980/91, observou-se, pela primeira vez, uma taxa negativa de -1,9 migrantes ao ano por mil habitantes e, nos anos 90, tornou a se apresentar taxa anual positiva de 1,5 migrantes por mil habitantes (Perillo, 2002).

A cidade de Campinas/SP apresentou maior volume de migração no Estado. Esta região respondeu sozinha por 53% da migração no interior e 28% da migração estadual nos anos 90 e exibiu a mais elevada taxa, de 10,4 migrantes ao ano por mil habitantes neste período (Perillo, 2002).

“Eu nasci em Minas Gerais na família de 10 irmãos, assim que eu nasci meus pais mudaram para Goiás, eram nove filhos. Vida dura, meu pai era marceneiro. Muita fome. Os meninos pescavam no rio para comprar farinha para o almoço. Tinha um tio que morava em Campinas e convidou o meu pai para vir para cá. Falou que aqui tinha emprego e a gente não passava fome” (Família de Manuela, 12/10/01)

O depoimento acima pode levar o leitor a lembrar da vida sofrida de tantos retirantes brasileiros. João Cabral de Melo Neto, no seu poema Morte e Vida Severina, retratou muito bem a vida do homem retirante do campo que busca a migração como forma de sobrevivência.

“Desde que estou retirando
só a morte deparei
e, às vezes até festiva;
só a morte tem encontrado
quem pensava encontrar a vida,
e o pouco que não foi morte
foi de vida severina

(aquela vida que é menos vivida que defendida, e é ainda mais
severina)”(Melo Neto, 2000, p.52 e 53).

As famílias pesquisadas aqui migraram para Campinas entre as décadas de 70 e 80. A tabela abaixo retrata as idades que tinham os migrantes na época das suas chegadas em Campinas e a respectiva escolaridade que possuíam (Tabela 3).

Tabela 3: idade e escolaridade no momento da migração dos familiares

		Idade	Sem Esc	Prim Inc	Prim Comp	Fund Inc	Fund Comp	Med Inc	Med Comp
Família de Alice	mãe	18						X	
	pai	16					X		
Família de Beto	mãe	14		X					
	pai	06		X					
Família de Célio	mãe	13			X				
Família de Dilma	mãe	-							
	pai	10			X				
Família de Gilson	mãe	-							
	pai	13				X			
Família de Manuela	mãe	09		X					
	pai	07		X					

Esses pais pesquisados, desde a chegada na cidade de Campinas, encontraram muitas dificuldades para estudar, significando que a possibilidade de ascensão social, por intermédio dos estudos, foi ficando cada vez mais para trás.

“A escola do interior era fraca pra caramba. Quando eu vim para Campinas estava na quinta série e não consegui nem acompanhar a terceira série” (Família de Gilson, 23/10/01).

É reconhecido que o ato de migrar já é concebido como perda, exclusão. Cabe aqui uma reflexão sobre o termo exclusão. Martins (2002) apreende esse termo como uma interdição de qualquer possibilidade de transformação social.

Para esse autor, “Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar ‘para

fora’, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir, ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O ‘excluído’ é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz e demorado, de exclusão – integração, de ‘sair’ e ‘reentrar’ no processo de reprodução social” (Martins, 2002, p. 46).

Diante da pauperização familiar, quando chegam nas cidades, os migrantes buscam a sobrevivência do grupo familiar, submetendo-se a qualquer tipo de trabalho. Martins reafirma essa perspectiva: “são migrantes, portanto, os que colocam temporariamente entre parênteses o sentido de pertencimento e voluntariamente se sujeitam a situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência” (Martins, 2002, p.144).

“Eu vim de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo. (...) Antes eu catava papelão com o meu pai(...) Depois eu comecei a aprender o trabalho de pedreiro, depois mudei de profissão e fui trabalhar de eletricista. Tenho uma par de profissão, sou encanador também”
(Família de Beto, 20/10/01).

Assim, há um relativo consenso de que uma parcela significativa dos migrantes se insere em atividades de baixa produtividade e/ou mal remuneradas. Esse fato pode ser explicado pela falta de capacitação da força de trabalho do migrante ou pela própria característica da inserção dos migrantes às próprias necessidades do capitalismo e/ou às especificidades deste modelo de desenvolvimento no Brasil.

Tabela 4: ocupação dos familiares ao chegarem em Campinas

Ocupação ao chegar em Campinas		
Família de Alice	mãe	Comerciarista
	pai	Metalúrgico
Família de Beto	mãe	Empregada Doméstica
	pai	Catador de Papelão
Família de Célio	mãe	Empregada Doméstica
Família de Dilma	mãe	Empregada Doméstica
	pai	Construção Civil
Família de Gilson	mãe	-
	pai	Feirante
Família de Manuela	mãe	-
	pai	Construção Civil

Ao longo da década de 90, o Brasil buscou acompanhar tendência internacional, transformando sua base produtiva num processo de flexibilização e racionalização do processo de trabalho. Como consequência, essas transformações trouxeram impactos negativos no nível de emprego e fizeram emergir um mercado de trabalho restrito, seletivo, precarizado.

As famílias vindas do campo detinham pouco tempo de escolaridade (dados expostos na Tabela3), o que as levava a se inserir no mercado de trabalho de forma precarizada, em serviços domésticos, na construção civil, como feirantes, caixa de supermercado sem registro em carteira, catadores de papelão, etc (Tabela 4).

Porém alguns dos entrevistados retomaram seus estudos e se inseriram no mercado de trabalho formal com diferentes trajetórias. Das famílias pesquisadas, apenas três apresentaram trajetórias profissionais que se

enquadram no conceito de *desfiliados*, desenvolvido por Castel (1998): A família de Alice, em que o genitor foi metalúrgico durante 21 anos e as famílias de Dilma e Manuela, que tiveram suas trajetórias de inserção no mercado formal de trabalho e desemprego, alternadamente.

Tabela 5: escolaridade e ocupação atual dos familiares

		Escolaridade Atual	Ocupação Atual
Família de Alice	mãe	7	Do lar
	pai	7	Metalúrgico
Família deBeto	mãe	2	Faxineira
	pai	1	Pedreiro/Motorista
Família deCélio	mãe	3	Do lar
Família deDilma	mãe	2	Empregada doméstica
	pai	4	Motorista
Família de Gilson	mãe	4	Monitora de creche
	pai	7	Metalúrgico
Família de Manuela	mãe	7	Funcionária Pública
	pai	2	Aposentado
<u>Escolaridade:</u> 0-sem escolaridade; 1- Primário Incompleto; 2-Primário Completo; 3-Fundamental Incompleto; 4- Fundamental Completo; 6- Ensino Médio Incompleto e 7- Ensino Médio Completo.			

É possível afirmar, relativizando, que a construção da sociedade salarial no Brasil inicia-se com aquisição de direitos para os trabalhadores brasileiros. Sociedade salarial, segundo Castel: “é uma construção histórica que sucedeu a outras formações sociais; não é eterna. Entretanto, pode permanecer uma

referência viva, porque realizou uma montagem não igualada entre trabalho e proteções” (Castel, 1998, p. 580).

Observa-se que nem todas as categorias profissionais tiveram acesso a esses direitos, mas algumas relevantes como metalúrgicos, bancários, petroleiros e outras contribuíram e lutaram por seus direitos trabalhistas.

Nos países centrais, essa construção da sociedade salarial favoreceu para que a classe trabalhadora ficasse fortemente vulnerável, conforme continua analisando Castel : “ Isso não impediu que a maior parte dos assalariados, durante os anos de crescimento, vivesse sua relação com o emprego através da certeza de controlar o futuro e fizesse escolhas que engajavam esse futuro, com investimentos nos bens duráveis, com empréstimos para a construção etc. Depois da mudança de conjuntura, o endividamento vai representar uma espécie de herança perversa dos anos de crescimento, suscetível de fazer numerosos assalariados caírem na precariedade. Porém, pode-se dizer que, antes disso, já estavam, sem saber, virtualmente vulneráveis: seu destino estava concretamente ligado à busca de um progresso do qual não controlavam nenhum parâmetro” (Castel, 1998, p. 503).

Essa possibilidade de “controlar o futuro” e de fazer investimentos nos bens duráveis pouco atingiu esses pesquisados. Suas trajetórias de vida foram pautadas na incerteza e no medo, sem grandes esperanças. Reafirma-se a sociedade do medo e da incerteza. O receio de ser excluído constitui a sociedade da banalização, da desigualdade social. O indivíduo é “coisificado” e visto como objeto e não sujeito de direitos (Castel, 1998 e Martins, 2002).

No presente momento histórico, é elevado o número de trabalhadores que vivenciam o processo de precarização profissional. Conforme Antunes, “(...) a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista” (Antunes, 2000, p.119).

“Ele é um homem que trabalha desde os 8 anos de idade. (...) Ele ficou 8 anos na Mercedes, sempre foi metalúrgico, foi um homem que pouco mudou de serviço. Trabalhou 9 anos na Velcon e foi mandado embora por questões de greve, petista é fogo! Ele foi mandado embora por ser “cabeça de greve”. Passou 2 anos desempregado, fazia “bicos” com o irmão, foi um período muito ruim aqui em casa” (Família de Manuela, 12/10/01).

O emprego estável vivenciado pelo genitor da família da Manuela durante 8 anos na Mercedes Benz e 9 anos na Velcon (ambos como metalúrgico) deixa de existir. O trabalhador passa da situação de empregado para desempregado ou com vínculos novos e alternativos do trabalho. Neste caso, especificamente, é possível retomar o conceito de *desfiliação* do Castel (1998). Para ele, o desemprego não é o mais dramático: o que caracteriza a precarização social é o trajeto de vida do trabalhador – ora passa a ser inserido no mercado de trabalho, seja como autônomo, precarizado, ou sub-empregado, ora vivencia o próprio desemprego.

Neste sentido, são muitos os trabalhadores que vivenciam o processo de exclusão ou desfiliação, contextos estes que contribuíram e contribuem para o aumento do fosso social: a concentração de renda beneficia poucos; ao mesmo tempo muitos vivenciam pobreza.

“(...) Agora que voltei a trabalhar, eu não posso faltar o meu trabalho, fiquei parado muito tempo, eu precisava desse emprego. (...) Fiquei seis anos desempregado. Meus trabalhos em qualquer dessas empresas que trabalhei não passou de dois anos. Um era três meses o outro era um ano. (...) Por último, passei seis anos desempregado sem carteira registrada, mas fui trabalhar por conta” (Família de Dilma, 28/10/01).

Neste sentido, o desemprego vivenciado por muitos anos assume o papel disciplinador do indivíduo. “A constante ameaça do possível desemprego, do retorno a uma situação de profundas dificuldades que constantemente os

espreita, tende a determinar que o sentimento de medo da perda do emprego assegure a homogeneização do grupo de funcionários” (Segnini, 1988, p.60). Neste caso pesquisado, observa-se muito agradecimento pela nova oportunidade de trabalho, ocasionando uma postura subserviente, disciplinada e adaptada ao trabalho.

“ (...) Agradeço às pessoas que gostam de ajudar os outros como é o meu amigo que lembrou de mim e como o meu chefe que acreditou no meu amigo e acreditou em mim, não é? Não é qualquer empresa que emprega o funcionário que está há tanto tempo afastado do serviço. Fico muito contente com tudo isso que aconteceu na minha vida. Essa é a história que acontece comigo e que aconteceu. Essa é a minha história” (Família de Dilma, 28/10/01).

Apesar dessas famílias chegarem às cidades e enfrentarem condições precárias de existência, consideram que nestas sobrevivem melhor do que se permanecessem no campo. A vida no campo tinha uma estrutura rígida com pouca possibilidade de mobilidade social: só lhes restava vender a sua força de trabalho nas plantações que, no caso das famílias pesquisadas, eram plantações diversas de arroz, algodão, amendoim, café.

“ Infância acho que nem tive. Era só trabalhar na roça, plantava arroz, café. Colhi café até nos dias de se mudar para cá. (...) Desde pequena sou criada fazendo também serviço de casa. Desde os sete anos já fazia tudo, almoço, janta, tudo, tudo. Na roça a gente ia junto com meu pai e minha mãe desde muito pequenos. Era vida difícil demais” (Família de Alice, 16/10/01).

A cidade chegou a atrair o homem do campo por oferecer possibilidade de mobilidade social. A vida urbana constitui-se como perspectiva de se viver melhor e obter conquistas, nem que seja depois de um longo tempo e que venha a favorecer futuras gerações (filhos ou netos).

“ Nós viemos para Campinas porque a minha mãe dizia que aquilo não era vida. Nós bebiam água de poço; era puro verme. Em vista da gente os filhos da gente podem dizer que estão no céu. Era difícil demais! Ferro de passar só de brasa, era difícil” (Família de Alice, 16/10/01).

Segundo Martins, “o que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês não está simplesmente em sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor de força de trabalho” (Martins, 2000, p. 121).

Essas famílias pesquisadas trazem nas suas narrativas de vida a história das “vidas severinas”: desenraizamento, pobreza no campo, a busca de melhores condições de vida na cidade.

O capitalismo exclui para incluir, faz parte da sua lógica societal para que haja a reprodução do próprio capital. Continua Martins, “há duas portas para se entrar nessa sociedade. Uma é a porta mais geral da transformação de todos em produtores e consumidores de mercadorias. Tudo tende a ser reduzido à mercadoria. Essa redução de tudo a produtores e consumidores de mercadoria significa que todos, para se integrarem na sociedade capitalista, devem ser transformados em trabalhadores ou, então, em compradores de força de trabalho. Em segundo lugar devem ser todos transformados em consumidores dos produtos produzidos por essa mesma sociedade. Se falarmos em exclusão, em termos absolutos, como se costuma falar nos grupos populares, ficamos diante de um absurdo completo. Isto é, as pessoas estariam sendo incorporadas para trabalhar, mas não estariam sendo incorporadas para consumir. Nesta sociedade, não há como sobreviver sem se tornar consumidor, ainda que consumidor de menor riqueza do que aquela em cuja produção se esteve envolvido” (Martins, 2000, p. 120 e 121).

O genitor da Família da Dilma, a genitora da Família da Alice e a genitora da Família da Manuela, ressaltam os arranjos familiares que estes

migrantes trabalhadores engendraram face às dificuldades para consumir e obter, inclusive, moradia.

“Somando, somando, as minhas rescisões me deram condições de construir essa casa” (Família de Dilma, 28/10/01).

“As dificuldades eram que a gente morava na casa dos fundos da minha mãe. Eram dois cômodos. Nós construímos lá para nos casar. Mas com duas filhas a casa ficou pequena, e aí dá aquele desespero. Até agora nós construímos essa casa para a gente, mas hoje está pequena novamente” (Família de Alice, 16/10/01).

“Residimos aqui há vinte anos. Viemos para cá quando a filha mais velha tinha nove meses. Não tinha luz nem água. Compramos o terreno à prestação” (Família de Manuela, 12/10/01).

Essas famílias, originárias de grupos sociais mais pobres, se inseriram na lógica societal através da venda da sua força de trabalho de maneira precarizada e muitas vezes sem nenhum vínculo empregatício, sobrevivendo de forma autônoma, por conta própria. Deixaram para trás as suas raízes, foram expulsas do campo, mas realizaram trajetórias com muitas lutas e resgate das próprias vidas, objetivando a construção do novo.

Aqui cabe a inclusão do entendimento de Milton Santos sobre pobreza pelo fato de ser condizente com as realidades vivenciadas por essas famílias: “a pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. (...) os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades. Nessa condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual. A memória seria sua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento” (Santos, 2003, p. 132).

Essas narrativas de lutas para a sobrevivência do grupo familiar, proporcionaram para a terceira geração - os jovens pesquisados - novas possibilidades de realizações familiares.

3.4 Expectativas: Possibilidades de construções de novos caminhos por meio dos filhos

As famílias relatam que não “tiveram infância, nem adolescência”, conforme depoimentos abaixo:

“Infância a gente não teve de jeito algum” (Família de Célio, 29/10/01).

“ Adolescência, nem sei. Acho que nem tive. (...) Era só trabalhar na roça, plantava arroz, café, até nos dias de se mudar para cá. (...) Desde pequena sou criada fazendo serviço de casa. Desde os sete anos já fazia tudo, tudo, almoço, janta, tudo, tudo. Na roça a gente ia junto com meu pai e minha mãe desde muito pequenos” (Família de Alice, 16/10/01).

Essas famílias pesquisadas construíram suas trajetórias pautadas na precariedade das condições de vida, caracterizada pela ausência de direitos e muita pobreza. Todos os pesquisados (exceto uma mãe) relataram que começaram a trabalhar ainda quando crianças diante da necessidade de complementação do orçamento familiar. Vários estudos denunciam a relação entre condições de vida das famílias com a exploração do trabalho infantil. Pesquisa suplementar da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - sobre o trabalho infantil, realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, divulgou que, em 2001, o Brasil tinha 2,2 milhões de crianças de 5 a 14 anos de idade trabalhando. A atividade agrícola continuou absorvendo 43,4% das crianças e adolescentes que trabalhavam.

O próprio ato de migrar constitui o desejo de mudança e da construção de uma vida melhor. É nesse contexto que o *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* do COMEC se insere. É na brecha econômica e social que a migração deixou nas trajetórias dos pais com suas histórias de vidas sofridas que o Projeto se estabelece. São pais cheios de expectativas de virem a se incluir socialmente e de não reproduzirem as suas histórias nas trajetórias dos filhos.

“Eu acho que é oportunidade. Ele tem mais oportunidade do que a minha. Eu não tive nenhuma. Então é diferente” (Família de Célio, 29/10/01).

Diante dos contextos familiares descritos acima, a escolaridade surge como uma possibilidade de criar o novo, criar novos caminhos. Estabelece-se uma relação direta entre escolarização e a perspectiva de um bom emprego.

“Se eu tivesse estudado mais teria oportunidade melhor não seria operador simples de fábrica. Eu falo, se você quer ser alguém e quer ter alguma coisa tem que estudar e almejar coisa melhor” (Família de Gilson, 23/10/01).

As expectativas de escolarização e capacitação profissional para esses filhos que se inserem no *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* do COMEC, vendendo a sua força de trabalho, fazem com que esses pais não percebam que os próprios filhos poderão estar reafirmando o não direito à adolescência.

Neste sentido, a escolaridade adquire o significado de um projeto maior de longo prazo, capaz de garantir uma vida melhor para os filhos. Os pais desejam que os filhos alcancem o que eles não conseguiram; e este desejo é captado pelos próprios adolescentes:

“A única coisa que eles querem é que a gente estude e que a gente se dedique para poder crescer na vida” (Manuela , 28/05/02).

“A gente almeja uma faculdade, já que eu não consegui fazer, gostaria que eles fizessem, seria o meu sonho” (Família do Gilson, 23/10/01).

No entanto alguns entrevistados voltaram a estudar enquanto adultos, tentando uma interação melhor. O autor do primeiro depoimento abaixo não continuou os seus estudos por questões de saúde e o segundo concluiu o ensino médio e prestou concurso público municipal. (Trajetória analisada posteriormente).

“Fiz o segundo grau e o primeiro ano do técnico quando cheguei em Campinas” (Família de Alice, 16/10/01).

“Eu estava fazendo o supletivo na UNICAMP para terminar o segundo grau” (Família de Manuela, 12/10/01).

A inserção dos filhos no trabalho por intermédio do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* do COMEC faz com que os pais mudem a sua concepção acerca do que é o trabalho, uma vez que para eles o trabalho, no caso rural, representa sofrimento, algo punitivo, conforme se vê no relato abaixo:

“Meu Deus, muita diferença. Aquilo não era trabalho, era só sofrimento. Graças a Deus que minhas filhas não precisaram passar por isso. Elas fazem outro tipo de trabalho, elas gostam do trabalho delas, é diferente. Nós viemos para Campinas porque a minha mãe dizia que aquilo não era vida (Família de Alice, 16/10/01).

Observa-se que as trajetórias ocupacionais das famílias, oriundas da zona rural, vão do trabalho rural ao industrial e deste ao trabalho no setor de serviços. A inserção dos filhos na vida ocupacional, no setor de serviços do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho*, apresenta-se aqui como a possibilidade de não representar o Trabalho apenas sofrimento, mas prazer:

“Elas gostam do trabalho delas” (Família de Alice, 16/10/01).

Apesar dos pais reconhecerem que o trabalho proporciona o prazer, é sabido que ele traz cansaço e estresse para seus filhos. Porém tudo isso faz

parte de uma missão que está posta nas representações acerca do valor moral do trabalho. O filho trabalhador terá que se adaptar e procurar fazer o melhor que pode.

“ (...)Ela está cansada. Ela trabalha o dia todo, eu acho que o trabalho faz bem para ela, ela está aprendendo. Seja duro, mas está aprendendo. Mesmo que seja difícil ela tem que tentar aprender, então eu diria que você tem que tentar resolver por mais difícil que seja. É como uma missão que te deram e você tem que tentar cumprir. Você tem que se esforçar ao máximo para fazer o melhor que sabe. E o ponto negativo é esse que eu estou lhe falando, o cansaço. Ela cansa mas, não for por aí, você não atinge os seus objetivos” (Família de Dilma, 28/10/01).

Aqui é oportuno lembrar o que Weber (2000) fala acerca do Espírito do Capitalismo, a obrigação que o indivíduo possui em relação ao seu trabalho: “E, na verdade, esta idéia peculiar do dever profissional, tão familiar a nós hoje, mas, na realidade, tão pouco evidente, é a maior característica da “ética social” na cultura capitalista, e, em certo sentido, sua base fundamental. É uma obrigação que o indivíduo deve sentir e que realmente sente, com relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importando no que ela consiste e particularmente, se ela aflora com uma utilização de seus poderes pessoais ou apenas de suas possessões materiais (como “capital”)” (Weber, 2000, p.33 e 34).

O Projeto de Educação para e pelo Trabalho do COMEC tem como um dos seus propósitos discutir a inserção dos adolescentes no mundo do trabalho e refletir, juntamente com os familiares desses jovens, as transformações neles ocorridas. Apesar de ser uma inserção assistida, discutida e acompanhada pelo Projeto, ainda assim há resistências desses familiares que não manifestam posicionamentos críticos sobre essa prática. Observa-se que esses pais estão mais interessados nos aspectos da inserção ocupacional com seus direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente por esses filhos

estarem em ambientes “protegidos” nas grandes empresas, além de desenvolverem funções administrativas sem grandes riscos ocupacionais, conforme depoimento abaixo:

“Você teve uma oportunidade boa, você trabalha num lugar bom, você tem que agradecer” (Família de Gilson, 23/10/01).

A postura desses pais dificulta a criticidade e as possibilidades de virem a enxergar as possíveis contradições desse processo. As questões relativas à exploração da força de trabalho do jovem, em substituição da força de adultos, as possíveis doenças ocupacionais, o estresse profissional e outras contradições dessa inserção profissional não são questionados por esses genitores.

Os pais trazem para a relação com os filhos um discurso comportamental de disciplinamento à ordem do trabalho, fazendo com que os mesmos não questionem nem protestem por eventuais dificuldades encontradas no contexto profissional.

“Eu já lhe disse que para qualquer lugar que ele for vai ter um chefe para lhe cobrar. Se você for limpar um banheiro vai ter cobranças. (...) É uma pirâmide, quem está em baixo sofre mais. (...) Não discuta com seu chefe. (...) Se você quer sair, que saia, dê lugar a outro que precisa e quer aprender. Se você não está contente sai fora” (Família de Gilson, 23/10/01).

Weber analisa o funcionamento do capitalismo, que busca fazer com que o indivíduo se conforme às regras de ação capitalista nas empresas e não questione para não ser lançado à rua: “a empresa dos dias atuais é um imenso cosmos, no qual o indivíduo nasce, e que se apresenta a ele, pelo menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele deve viver. Obriga o indivíduo, na medida em que ele é envolvido no sistema de relações

de mercado, a se conformar às regras de ação capitalistas. O fabricante que permanentemente se opuser a estas normas será economicamente eliminado, tão inevitavelmente quanto o trabalhador que não puder ou não quiser adaptar-se a elas será lançado à rua, sem trabalho” (Weber, 2000, p. 34).

A análise que Segnini elaborou a respeito dessa relação, no estudo realizado com as famílias dos jovens que estudam nos Centros Educacionais da Fundação Bradesco, é pertinente a essa discussão, uma vez que as realidades das famílias se assemelham em relação à postura adotada pelos pais: “não aceitar ou questionar o processo disciplinar a que estão submetidos seus filhos pode significar o rompimento da única oportunidade que teriam de alfabetização, alimentação, atendimento médico-dentário e, possivelmente, de um emprego no futuro” (Segnini, 1988, p.49).

No caso dos jovens do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* do COMEC, a expectativa dos pais é de que seus filhos sejam contratados ao término do projeto. Essa expectativa exclui dos discursos dos pais o questionamento de como esses filhos serão contratados. O importante é ficar na empresa e poder realizar os sonhos dos pais, referentes às suas expectativas de trabalho de qualidade e acesso ao consumo. Esses migrantes, que construíram suas trajetórias pautadas em trabalhos penosos, depositam nos filhos a possibilidade de um futuro melhor.

Desse modo, estabelece-se uma relação contraditória: essa inserção “protegida nas empresas”, de certa maneira, é confortável para os pais, porém esses jovens poderão cair na trajetória futura de *desfiliação*, ressaltada por Castel (1998).

Uma questão aqui indicada como hipótese para futuros estudos é o fato de que esses filhos, à medida que o tempo vai passando, vão se tornando cada vez mais diferentes desses pais; esta dissertação pretende apontar para as possíveis conseqüências dessas diferenças. A pesquisa não pretende discutir, mas “abrir as portas” para discussões posteriores. Depreende-se, dessa análise, que esses filhos vão, cada vez mais, ficar diferentes dos pais e não

será possível prever os resultados desse processo, o que suscitaria, ainda, posteriores pesquisas.

3.5 A trajetória do casal João e Maria: adversidades e harmonia familiares, possibilidade de convivência saudável.

Maria tem hoje 38 anos, trabalha como faxineira, sem vínculo empregatício. É descendente de pais nordestinos sendo avó paterna índia. Ela, visivelmente, lembra a etnia indígena.

“A mãe do meu pai era índia. Minha mãe é do Rio Grande do Norte e meu pai é da Bahia. Meu pai não sabia contar essa história direito para a gente. Ele foi criado sem pai e sem mãe. Ele só sabe contar que a sua bisavó foi pega no mato para casar e ela era índia também. Todo mundo fala que eu pareço índia” (Maria, 20/10/01).

Seus pais vieram para Campinas em 1974. Ela nasceu em Flórida Paulista e possui quatro irmãos. Seus pais eram trabalhadores da zona rural e, quando migraram para Campinas, o seu genitor foi trabalhar na construção civil como servente e sua mãe era do lar. Maria ressaltou que ambos eram analfabetos.

“Eles não estudaram nada” (Maria, 20/10/01).

Maria cursou até a quarta série primária, abandonando seus estudos.

João, 40 anos de idade, atualmente trabalha como assalariado, com vínculo empregatício no convento Sagrado Coração de Jesus. Ele faz a manutenção da instituição e também é motorista. Todos os membros da sua família são da cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo. João migrou para Campinas ainda quando criança e relata a sua infância como tendo sido

boa, apesar do sofrimento de catar papelão pelas ruas, juntamente com seu pai. Quanto aos estudos, possui uma trajetória de muitas dificuldades:

“(...) cabeça dura demais. Fiquei seis anos no primeiro ano e ainda por cima fui expulso da escola (risos). Era muito levado, aprendi sozinho, agora sei muita coisa. (...) Sei ler e escrever só não sei contas (risos). (...) Depois de passar para a segunda série eu desisti, fui trabalhar para ajudar a minha mãe” (João, 20/10/01).

João e Maria tiveram suas vidas marcadas pela inserção precoce no mundo do trabalho no qual o direito de ser criança foi usurpado. Assim como tantas outras meninas pobres, ela foi trabalhar como doméstica.

“(...) saí da escola e comecei a trabalhar aqui mesmo no Maria Rosa. Trabalhei numa casa lá em cima num bar. Trabalhei dois meses e saí. Aí peguei um serviço lá na cidade que minha tia arrumou para mim de babá. (...) Queria trabalhar, eu via todo mundo trabalhando” (Maria, 20/10/01).

O casal se conheceu quando ambos eram muito jovens, residiam no mesmo bairro, o Maria Rosa, e ainda continuam lá residindo. Casaram-se há 17 anos e tiveram dois filhos, Beto de 18 anos e B2 de 14 anos.

“Comecei a namorar, conheci o João (risos). Na verdade nós se conhece desde criança. Namoramos um ano e resolvi casar” (Maria).

(...) “Eu tinha 19 anos e João 20 anos. (...) Nós estamos casados há 17 anos e em dezembro faz 18 anos” (Maria).

Esse casal forma o modelo atual da família nuclear brasileira desfavorecida economicamente, onde a mulher concentra diversos papéis: é esposa, dona de casa e sobretudo mãe, inserindo-se profissionalmente em serviços precarizados, objetivando a complementariedade da renda familiar.

Dessa forma, é estabelecida uma relação de parceria e cumplicidade, na qual, o fato do marido não possuir vícios, constitui uma virtude.

“É um homem bom, não tem vícios nenhum. Nunca bebeu. É um bom pai de família, dá conselhos aos meninos. Não é um homem que vive em porta de bar na rua. Só dentro de casa” (Maria).

“Essa aqui não é uma mulher, é uma mãe para mim. É tudo para mim. Não tem como dizer. Faz tudo de bom. Tudo que ela faz para mim é ótimo” (João).

Enfim, o casal possui trajetórias de vidas sofridas, marcadas por migrações, fracassos escolares e inserções precoces no mundo do trabalho. *O Projeto de Educação para e pelo Trabalho* surge nas vidas dessa família, mais uma vez, como perspectiva de uma vida melhor; por isso deseja-se que os filhos participem dele. O Projeto só permite que um jovem venha a se inserir quando o irmão não estiver mais participando, ou seja, será um de cada vez. Os adolescentes vão para o curso de Educação para o Trabalho do SENAC e, posteriormente, para o grupo de treinamento do COMEC, no qual serão encaminhados para as empresas conveniadas.

“A professora falou que ele vai para a oitava série. Eu fui no SENAC, já peguei o papel para escrever ele no curso de Educação para o Trabalho” (Maria).

“Nós está fazendo o mesmo exemplo do Beto, você tem que fazer igual a seu irmão. Tudo o que ele tem hoje, tem computador que ele comprou com o dinheiro dele. A única coisa que a gente fez foi tirar para ele, mas é ele quem está pagando com o salário dele. Está vendo que coisa bonita? (João).

A questão que está colocada aqui é a expectativa dessas famílias quanto ao *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* pois, na realidade, ele apresenta contradições cujas conseqüências não estão sendo avaliadas por esses familiares.

3.6 Flora: de trabalhadora rural a funcionária pública municipal

Flora é oriunda de Minas Gerais. Assim que nasceu, seus pais mudaram para Goiás. Era uma família extensa num total de nove filhos. Aos nove anos de idade, migrou com seus pais para Campinas a convite de um tio que já residia na cidade:

“Tinha um tio em Campinas e convidou o meu pai para vir para cá. Falou que aqui tinha emprego e a gente não passaria fome”
(Flora, 12/10/01).

Seu pai era marceneiro e a sua mãe cuidava da casa e dos filhos:

“Minha mãe era mulher de fibra, corajosa. (...) Minha mãe tinha uma hortinha no fundo do quintal, vida de pobre. (...) Trabalhava muito, minha mãe era autoritária, ela mandava no meu pai e irmãos” (Flora)

A necessidade de trabalhar desde cedo na agricultura não impediu que os filhos cursassem a escola até a oitava série.

“Minha mãe falava: eu dou os estudos para vocês até a oitava série. Isto porque o governo assumia os estudos até essa série e ela poderia bancar o material escolar e o uniforme” (Flora)

Apesar da vida sofrida e das dificuldades em conciliar o trabalho na roça com os estudos, Flora foi a única dos nove filhos a concluir o ensino fundamental.

“Fui a única filha dos nove filhos que terminei a oitava série. (...) Sempre fui apaixonada pela escola” (Flora).

Flora conheceu o seu marido desde criança; eles moravam na mesma rua. A diferença de idade entre eles é de sete anos.

“Eu ia muito na casa dele. Ele é de uma família de seis irmãos, tudo homens. Eu ia lá. Eu devia ter uns nove anos e já olhava para ele. Olha só! (risos). (...) Minha mãe falava assim: - o que você vai fazer na casa de dona Mariana? Lá só tem homens e você é tão pequenininha. Eu dizia: Ah mãe! Vou falar com dona Mariana, ela é tão sozinha, só tem os meninos homens. Acha, que menina levada? Ficava conversando com ela de fato. Tinha dó dela ficar sozinha, moleque não pára em casa, ficava conversando, eu via ele. Ele brincava comigo. Dizia: nossa que menina bonita, quer se casar comigo? (risos). Me tratava como criança. De fato eu era criança, uns nove ou dez anos. Eu fui criada no meio da família dele” (Flora).

Aos quatorze anos de idade iniciou o namoro com o Francisco, terminaram casando e tiveram três filhas. Flora relatou que o relacionamento com seus pais e irmãos foi atribulado, cheio de brigas e sérios problemas de convivência. Esse relacionamento difícil fez com que ela saísse de casa e fosse residir na casa do Francisco e de seus familiares.

“Fui morar com o Francisco e engravidei logo depois (...) Depois de dez anos de casados eu percebi que somos casados com separações total de bens. Qual bens? A não ser as nossas próprias vidas e as vidinhas que vieram depois. O juiz não autorizou a gente casar, mas quando eu engravidei ele autorizou. Minha filha mais velha nasceu em maio e eu fiz dezesseis anos em junho” (Flora).

No início da vida conjugal, durante um curto período, residiu com sua sogra, mas logo o casal comprou um terreno num bairro distante do centro e foi, aos poucos, construindo sua casa que, até a data da entrevista, não havia sido concluída. Permanece, há vinte anos, no mesmo local.

“Quando vim morar aqui eu tinha dezesseis anos e ela, nove meses (...); compramos o terreno à prestação. Eu tinha dezesseis anos e ele vinte e dois anos. Duas crianças com um neném no colo com a cara e a coragem. Para trabalhar ele tinha que ir a pé até a cerâmica com chuva e lama nos pés. É muito distante” (Flora).

O casal teve mais duas filhas. Flora, apesar da resistência de Francisco, sempre incentivou para que todas estudassem. A filha mais velha do casal, no final deste ano, concluirá Educação Física na PUCCAMP. A filha do meio é trabalhadora contratada numa firma de comércio exterior e fará vestibular para Administração de Empresas. Manuela concluirá este ano o Ensino Médio e terminará o *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* do COMEC.

“(...) eu dizia para ele: Francisco vamos terminar a construção da casa, quando as crianças crescerem e chegarem na faculdade a gente não vai poder mais. Daí ele dizia: filho de pobre não faz faculdade. Só você inventa isso. A culpa era minha. Você não põe essas coisas na cabeça das meninas. Filho de pobre não faz, mas as minhas farão. Filha minha não vai ser camelo” (Flora).

Francisco teve uma vida profissional muito difícil, o alcoolismo o prejudicou ainda mais. Porém conseguiu se aposentar aos quarenta e quatro anos de idade como metalúrgico.

“Ele é um homem que trabalha desde os oito anos de idade. (...) Desde que aposentou não trabalhou mais. (...) Ver o meu marido em casa o dia inteiro na televisão e na pinga era muito ruim. (...) Foi demitido da Mercedes, ele era metalúrgico, faltava nove meses para se aposentar. Ele continuou pagando o INSS e se aposentou” (Flora).

Flora relata sua vida de casada com muitas brigas desde o início da relação, mas a situação piorou após a aposentadoria do marido, o que ocasionou a ociosidade, agravada pelo alcoolismo.

“Errou em parar de trabalhar. Se aposentou e ficou decepcionado, cansado. (...) Ele parou. De repente aqui dentro de casa a gente se viu numa situação (-pausa-) (...) o pai bebe, as crianças não agüentam mais. Todo mundo correndo, cansado, trabalhando, estudando num sufoco danado. Ele ainda bebe, chega em casa numa ignorância danada, briga, porrada. Dei um basta nisso (...) eu estou saindo fora, eu não tenho mais saúde, não agüento mais” (Flora).

Diante de tantos conflitos conjugais, Flora resolveu voltar a estudar, prestou concurso público na Prefeitura Municipal de Campinas para o cargo de recepcionista e foi aprovada.

“Até então só cuidava das meninas, nunca trabalhei (...) resolvi voltar a estudar (...) eu estava fazendo o supletivo na UNICAMP para terminar o segundo grau (...) daí saiu o concurso da Prefeitura, eu não tinha o dinheiro da inscrição. Perguntei para ele se ele podia me emprestar. Ele, não acreditando muito em mim. Ele sabia que eu sou uma pessoa doméstica, muito caseira. Eu, podendo ficar em casa, eu fico mesmo, não acho ruim. Ele me deu dinheiro, ainda me fez a pergunta se eu tinha certeza que iria gastar R\$ 30,00 de inscrição. Fiz a inscrição e continuei a estudar (...) fui chamada para trabalhar. Comecei a trabalhar na Prefeitura. Hoje tenho um bom trabalho, ganho bem, hoje estou com R\$ 800,00 por mês. E trabalho doze dias no mês, faço plantão de 12X36 no Hospital Mário Gatti (...); foi um desafio, eu nunca tinha trabalhado. Eu, com trinta e quatro anos, comecei a trabalhar, eu me senti perdida. Para você ter uma idéia, a minha pressão chegou a vinte e dois de tão insegura que eu ficava. Computador para mim era um bicho (...) nunca tive o apoio para sair para trabalhar, ele até hoje não quer que eu trabalhe, ainda mais é machista” (Flora).

Na perspectiva de gênero que reafirma o papel de provedor relativo à figura paterna, o caso pesquisado confirma a compreensão desse papel, presente em várias pesquisas sobre pobreza e rendimento. Francisco é aposentado, alcoolista e, segundo a própria Flora, machista, tentando impedi-la de trabalhar. A pesquisa de Sarti ilustra essa situação: “as dificuldades encontradas para manter o padrão de desempenho que se espera do homem na família pobre, por sua condição de trabalhador e pobre, faz com que a

dimensão da pobreza no contexto familiar apareça mais explicitamente no discurso masculino, já que os homens se sentem responsáveis pelos rendimentos familiares. É sobre ele que recai mais forte o peso do fracasso. É o homem quem falta com sua obrigação quando o dinheiro não dá” (Sarti, 1996, p.40).

No caso específico analisado, a genitora da Família da Manuela, como tantas outras mulheres, foi à luta, retomou os seus estudos e partiu em busca de seu primeiro trabalho, depois de adulta.

Observa-se ainda que a inserção da mulher no mercado de trabalho é também resultado das transformações advindas do mundo do trabalho e cada vez mais o salário feminino torna-se essencial ao orçamento doméstico.

Hoje, Flora reconhece que a sua trajetória de vida foi de muitos desafios e dificuldades, mas, por outro lado, considera-se uma pessoa feliz, apesar das adversidades que a acompanham desde criança.

“Eu tinha dito que não tinha o que reclamar da vida, tinha filhas maravilhosas (...) estou muito feliz com os resultados; foi tudo muito sofrido e doído, mas ser infeliz não é o meu dom”
(Flora).

Assim, neste capítulo, foi possível observar que o Brasil se mostra cada vez mais urbano, trazendo, na sua história, consideráveis transformações sócio-econômicas, culturais e étnicas que provocam alterações no comportamento dos indivíduos. A família é considerada como um espaço profícuo para a socialização dos seus membros, para o aprofundamento das relações de solidariedade, como também para a construção coletiva de estratégias de sobrevivência.

É consenso que a família constitui um “locus” privilegiado para o desenvolvimento humano, sendo reconhecida em documentos internacionais e também no Brasil, na Constituição Federal em seu Art. 227 e no Estatuto da

Criança e do Adolescente - ECA, Art. 19. Essas normas legais centralizam o direito que a criança possui em ser criada pela sua família e ao mesmo tempo, ressaltam a importância de ser esta família protegida e assistida, garantindo condições para que ela desenvolva, coerentemente, as suas funções.

A Constituição Federal no Art. 227 ressalta como direito da criança e do adolescente a convivência familiar e o ECA, no Art. 19, afirma que toda criança e todo adolescente possuem o direito de ser criados e educados na base da sua família e, excepcionalmente, em família substituta.

A família hoje, no Brasil, é o resultado das novas configurações familiares nas quais as bases econômicas e sociais se inter-relacionam. Elas são resultados da multiplicidade étnico-cultural da composição demográfica do Brasil. Não existe um modelo padrão de família. Configuram-se, assim, diversos arranjos familiares inter-relacionados com os contextos sociais em que estão inseridos.

Nesta dissertação, “a família é percebida não como o simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim como um processo interagente da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes. À família, novos membros se agregam; da família, saem alguns para constituírem outras famílias e enfrentar o mercado de trabalho. Nas famílias mais pobres, estas trajetórias e movimentos ocorrem, muitas vezes, de forma traumática, ditados pelas condições econômicas e a luta pela sobrevivência individual e familiar” (Kaloustian e Ferrari, 2000, p.13).

Cada família possui uma dinâmica própria e, no seio de cada uma, constroem-se valores culturais que podem passar de geração em geração.

Os relatos das famílias aqui pesquisadas expressam imaginários que são compreendidos como “criação incessante e essencialmente indeterminada (social - histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade e racionalidade’ são seus produtos” (Castoriadis apud Segnini, 2003).

As narrativas de vida dessas famílias pesquisadas trazem trajetórias de migrações do campo para a vida urbana que expressam a pobreza vivida num Brasil socialmente desigual e que se caracterizam pelo desenraizamento, pela pobreza no campo e busca de “uma vida melhor” no espaço urbano.

Como afirma Milton Santos, “(...) os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e luta” (Santos, 2003, p.132).

Eles, os migrantes, deixam para trás as suas raízes culturais e familiares na busca de ascensão social, restando-lhes apenas a venda da força de trabalho, mesmo assim precarizada e mal remunerada, geralmente sem vínculo empregatício.

Essa realidade é bem definida por Mattoso quando afirma que “o processo de industrialização e urbanização brasileiro manteve uma herança social também inigualável. No final dos anos 70, tínhamos uma complexa estrutura industrial e um mercado de trabalho urbano crescentemente integrado, mas com baixos salários, elevado grau de pobreza absoluta e altíssima concentração da renda (...) esta herança social vem de longe, do escravismo, da estrutura da grande propriedade rural e da solução conservadora dada à questão agrária” (Mattoso, 2001, p. 10).

Os migrantes pesquisados, ao chegarem a Campinas só conseguiram se inserir no mercado informal de trabalho devido ao baixo nível de escolaridade e à falta de qualificação profissional. São famílias que foram duramente atingidas pela situação de pauperização e a questão migratória se inscreve na busca e possibilidade de uma ‘vida melhor’.

Dessa maneira, apesar das dificuldades sociais e financeiras encontradas nos diferentes percursos dos migrantes, busca-se a sobrevivência e a mobilidade social através do retorno aos estudos e à qualificação profissional. Os pais projetam nos filhos, jovens objetos desta dissertação, a perspectiva de realizações e das expectativas dos próprios pais.

Nesse contexto, o *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* do COMEC surge como a política de *Inserção* caracterizada por Castel, em que se

buscam focar populações fragilizadas, recebendo os filhos desses pais, precarizados e pobres. A ONG – organização não governamental – COMEC estabelece-se como consequência da política do Estado de transferir para a sociedade civil sua atuação na área social, mesmo diante da realidade de cinco séculos de construção de uma sociedade concentradora de renda e socializadora de misérias, onde muitos vivenciam o estado de pobreza.

Tabela 6: índices de distribuição de renda no Brasil (1960-1990)

Distribuição de Renda entre Pessoas Economicamente Ativas com Rendimento – Brasil – 1960/1990			
Ano	50% mais pobres	10% mais ricos	10% mais pobres
1960	17,7	39,7	1,2
1970	15,0	46,5	1,2
1980	14,1	47,9	1,2
1990	11,9	48,7	0,8

Fonte: GONÇALVES, 1998, In: Mattoso, 2001.

O Brasil, na década de 90, teve o pior desempenho econômico do século que foi cerca de 1,5% ao ano, com considerável desestruturação produtiva e precarização do mercado de trabalho⁷ (Mattoso, 2001).

Na perspectiva dos familiares, a possibilidade dos filhos poderem participar do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho*, sinaliza a expectativa de inclusão social e não de reprodução das trajetórias familiares dos pais. Porém, ao mesmo tempo, esses jovens chamam para si a responsabilidade de um adulto trabalhador, queimando etapas de vida e, conseqüentemente, reafirmando o não direito à adolescência.

⁷ Precarização do mercado de trabalho – aumento de novas formas de trabalho (trabalho por tempo determinado, tempo parcial, sem renda fixa). Aumento do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho informal – “bicos”.

Outra questão a ser sinalizada é o fato de estar o jovem trabalhando no mercado formal de trabalho e, aos 18 anos, obrigatoriamente, ter que sair do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho*. Isso pode acarretar o início de uma trajetória de *desfiliação*, como ressalta Castel (1998).

Os familiares desses jovens, na sua maioria, possuem certa dificuldade de análise crítica com relação à inserção no mundo do trabalho por possuírem a concepção de trabalho como um dever moral e, na prática cotidiana, como meio para a conquista de acesso a bens de consumo e culturais.

É nesse contexto de consenso e contradições que cabe alertar para novas possibilidades de estudos sobre os filhos dessas famílias, pois, à medida que o tempo vai passando, tornam-se cada vez mais diferentes de seus pais. Não se conhecem, ainda, as possíveis conseqüências dessas diferenças e o que poderão acarretar.

Esta dissertação pretende alertar para a necessidade de políticas públicas para as famílias, de modo a dar conta de suas especificidades. Para isso, faz-se necessário um acompanhamento próximo dessa realidade para entender não só a questão intra-familiar, mas os aspectos relacionados à dinâmica macro-social das políticas sociais no Brasil.

4 Trabalho: a inserção ocupacional aos 16 anos, sua realidade e seus desafios

“A sociedade moderna burguesa não aboliu os antagonismos de classe. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas em lugar das velhas”
(Karl Marx).

A inserção do jovem no mercado formal de trabalho expressa contradições e consenso. As contradições existem na medida em que o uso da força de trabalho infanto-juvenil reforça a exploração desta população em substituição a do adulto. No entanto, no decorrer da pesquisa, após ouvir os relatos dos familiares e dos próprios jovens, percebeu-se que a dimensão do trabalho é maior, comportando, além da contribuição para o orçamento familiar, aspectos relacionados à valoração moral desse trabalho, à mobilidade social e por fim, ao acesso a bens de consumo, tanto materiais quanto culturais.

Neste capítulo, pretende-se comentar a percepção que os jovens, suas famílias e as empresas elaboram sobre o trabalho, qual o sentido que este possui no direcionamento das suas vidas e como enfrentam as transformações atuais do mundo do trabalho: precariedade e desemprego. Finalmente, pretende-se abordar a maneira como as empresas lidam com essa força de trabalho juvenil, quais interesses estão em jogo e como se estabelece o dia a dia ocupacional dos jovens pesquisados.

4.1 O que pensam os jovens, suas famílias e as empresas sobre a inserção aos 16 anos de idade no mercado formal de trabalho.

O que se observa ao longo desses últimos vinte anos é o aumento da quantidade de jovens que desejam trabalhar. O mercado de trabalho apresenta-

se recessivo com poucos postos de trabalho, na grande maioria, precarizados. Apresenta-se, assim, um contexto desfavorável para todos os trabalhadores que compõem a população economicamente ativa.

“No Brasil existe uma elevada taxa de atividade dos jovens – bem como a presença de quase três milhões de crianças com menos de 14 anos de idade no mercado de trabalho” (Pochmann, 2000, p.57).

A economia brasileira sofreu profundas transformações na década de 90 e com isso acarretou sérios problemas para o jovem que deseja trabalhar. A juventude constitui um dos principais segmentos sociais que mais sofrem as alterações econômicas e sociais do país.

A partir dos anos 80 e principalmente na década de 90, houve implantação de um novo modelo econômico que fez regredir as formas de contratação do trabalhador e aumentou consideravelmente o desemprego. O mercado de trabalho sofreu consideráveis mudanças e seu funcionamento ficou ainda mais desfavorável para o jovem.

Instaura-se, ao longo da última década, uma redução nos postos de trabalho com carteira assinada, acarretando a destruição de 3 milhões de empregos (Mattoso, 2001).

“Este contexto tem penalizado todos os trabalhadores, em especial os jovens que, diante da escassez de empregos, terminam por não dispor de condições de equidade em meio à concorrência do mercado de trabalho” (Pochmann, 1998, p.15).

Essa realidade atual diferencia-se do período da industrialização nacional e do crescimento econômico, entre os anos de 30 até 80, quando existia “maior” oferta de trabalho e condições para haver mobilidade social. É importante ressaltar que esse crescimento econômico não foi acompanhado de uma distribuição de renda para todos, gerando, conseqüentemente, uma realidade brasileira de profunda desigualdade social, com sérias dificuldades, inclusive, de inclusão ocupacional da população jovem.

Antunes descreve, como se segue, o processo em andamento: “iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (...) a isso se seguiu também intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (Antunes, 2000, p.31).

O contexto brasileiro tem penalizado todos os trabalhadores. Porém estudos mostram que segmentos de jovens, mulheres, negros e idosos são os que mais sofrem as transformações do mundo do trabalho. (Pochmann, 2000, Segnini 2000).

Geralmente a inserção dos segmentos sociais acima citados ocorre no universo de trabalho desregulamentado, precarizado. Segnini, (2003) em seu trabalho intitulado “*Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social*”, revela que a participação da mulher chefe de família na Região Metropolitana de São Paulo chega a atingir 25% da PEA e que a inserção da mulher pobre nos serviços domésticos continua a crescer tal como nos anos 90, constituindo, em 2001, 20% do emprego feminino na Região.

A remuneração das mulheres e dos jovens quase sempre é inferior a dos salários masculinos – adultos e o mesmo ocorre em relação aos direitos e condições de trabalho. Enfim, observa-se que o capital incorpora o trabalho do jovem e da mulher de forma desigual e diferenciada.

Nos últimos anos, a economia brasileira não conseguiu gerar posto de trabalhos com vínculo empregatício para todos os trabalhadores. Aos jovens restam alternativas ocupacionais que não exigem tanta qualificação: a construção civil, os serviços de limpeza, os trabalhos de garçons etc.

Segundo Pochmann, as ocupações que mais absorveram os jovens na década de 90 foram os postos de trabalho por conta própria (autônomos). A inserção ocupacional se deu sem vínculo empregatício, proteções sociais e

trabalhistas, com alta rotatividade, baixos rendimentos e elevada precariedade. Alguns exemplos dessa inserção autônoma pode ser conferida nos vendedores ambulantes, serviços gerais de limpeza, entre outros.

Na sociedade dos anos 90 há uma explosão do trabalho informal, conforme exposto acima. Esses trabalhadores informais possuem “lugar na cadeia produtiva, seja atuando no escoamento de produtos de todo tipo, realizado pelos vendedores ambulantes e de ponto fixo, seja na apropriação e na reciclagem dos restos advindos da produção, por meio de catadores de papel, papelão, metais, lixo, ou ainda na prestação de serviços diversos para o público ou para empresas. Isto não significa, porém, que esta inserção seja importante na geração de renda. Pelo contrário, ela é extremamente precária e, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, para a maioria dos trabalhadores informais ela se caracteriza por uma renda muito baixa” (Jakobsen, K et.alii, 2001, p.9).

São trabalhadores pobres que procuram ganhar a vida de qualquer maneira, geralmente com longas jornadas de trabalho e ganhos incertos, além de muito baixos.

“Segundo as pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, hoje, mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro desemprego, FGTS. (...) No Brasil, segundo Instituto Data Folha, seriam cerca de 24 milhões de brasileiros nessas condições, dos quais mais de 12 milhões trabalhariam sem registro em carteira porque se encontram desempregados e não conseguem outro tipo de trabalho” (Mattoso, 2001, p.16).

Tabela 7: distribuição de ocupados nas regiões metropolitanas brasileiras

	Dez.1989 (%)	Jun.1999(%)
Assalariados com carteira	59,5	44,7
Assalariados sem carteira	18,4	26,9
Conta própria	17,7	23,5
Empregadores	4,4	4,9

Fonte: PME/IBGE (in Mattoso, 2001, p.15)

Diante desse contexto de transformações no mercado de trabalho, os jovens encontram sérias dificuldades na concorrência com o adulto, em virtude do grande excedente de mão-de-obra na busca do trabalho assalariado com carteira profissional.

“No fim do século 20, o total de ocupados com idade entre 15 e 24 anos possui a cada 10 jovens quatro autônomos e seis assalariados, sendo quatro sem carteira e dois com carteira” (Pochmann, M, 2000, p.35).

Neste estudo, diante da situação conjuntural exposta acima, procurou-se saber a percepção do jovem sobre a inserção ao trabalho aos 16 anos.

Os jovens, objeto de estudos desta dissertação, são inseridos através do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho*, no mercado formal de trabalho, com vínculo empregatício. Possuem, portanto, direitos e deveres assegurados pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

“se você começa aos 16 anos, acho que é uma boa idade de se começar a trabalhar” (Manuela, 28/05/02).

A jovem pesquisada considera os 16 anos “*uma boa idade para se começar a trabalhar*”, conforme prevê a Constituição Federal no seu (art. 7º

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos). Porém, ao mesmo tempo, enfatiza que não é fácil trabalhar:

“eu acho que para todos os adolescentes é uma coisa difícil. Você não tem preparo, você não sabe nada. Você fica assustada”
(Célio, 03/06/02).

Dessa maneira, apesar das dificuldades, faz-se necessário ter o seu primeiro emprego para garantir a possibilidade de inserção futura num outro serviço ao término do Projeto.

“ (...) no começo é difícil, mas com o tempo você vai aprendendo. Você sai desse emprego e você tem condições de chegar num outro e não vai se assustar tanto. É uma oportunidade porque todo lugar pede experiência de um ano. Como é que alguém que nunca trabalhou vai ter experiência? Como você vai ter experiência se ninguém lhe dá emprego? É uma coisa a mais, ajuda você a entrar no mercado de trabalho. É importante, você aprende muito. Coisas que você não aprende só na faculdade, por exemplo”
(Manuela, 28/05/02).

A questão posta não é a idade mínima para o trabalho, mas a inserção social que esse trabalho proporciona, além da “vantagem” que os jovens reconhecem na oportunidade de vivenciar a sua experiência no mercado formal de trabalho.

Alguns dos jovens pesquisados trazem nas suas trajetórias de vida experiências anteriores de trabalho no mercado informal, seja sozinho ou conjuntamente com sua família.

“ (...) ele (o pai), trabalha de “bico” de serralheiro, antes ele fazia “bicos” em casa e eu até, antes de trabalhar, ajudava ele em casa pintando portão, essas coisas”(Manuela, 28/05/02).

Esse exemplo retrata o trabalho infantil dentro do grupo familiar como estratégia de sobrevivência coletiva.

“acho que o adolescente deveria se formar (...) é a partir da sua formação que você vai obter (...) é o que futuramente vai se realizar no mercado de trabalho” (Célio, 24/05/02).

Esse jovem ressalta a importância dos estudos em primeiro lugar para posteriormente pensar numa profissão que possibilite, futuramente, realização profissional. Conforme Pochmann, “o jovem requer espaço e oportunidade para viver o seu tempo, munido de condições suficientes tanto para ampliar o tempo de não trabalho, associado ao processo educacional, bem como uma melhor preparação para o ingresso em condições adequadas no mercado” (Pochmann, 2000, p.82).

Entrevistando o Jovem Gilson, foi lhe perguntado acerca da idade mínima para o ingresso na vida profissional. A resposta foi encontrada na situação de descumprimento da Lei em relação à proibição do trabalho noturno, insalubre, uma vez que, nos finais de semana e feriados, este jovem procurava fazer “bicos” num restaurante e pizzaria. O jovem relatou que costumava fazer esses “bicos” desde os 13 anos de idade como mais uma estratégia de complementação do orçamento familiar.

“eu levava para o lado profissional quando entrava lá. Eu sabia que estava ali para fazer o meu serviço e depois ganhar o meu dinheiro. Eu particularmente acho gostoso trabalhar de madrugada, mas não é um bom ambiente para o adolescente devido às conversas, o clima, pelo ambiente de trabalho. Eu sei que é errado beber álcool; o meu negócio é milk shake, mas sei que existem adolescentes de cabeça fraca e dependendo da ocasião pode se deixar influenciar, não é verdade?” (Gilson, 22/05/02).

Das representações das famílias a este respeito, durante entrevista realizada com o genitor do jovem que fazia “bico” numa pizzaria, foi observado que o fato de trabalhar aos 16 anos não constitui um problema:

“acho que o jovem de 16 anos tem que trabalhar” (Genitor do Gilson, 23/10/01).

Porém, ao falar sobre as atividades nos finais de semana e feriados do filho:

“Eu já disse para ele sair. Falo: Gilson, cai fora! (...) No bar o pessoal é o primeiro a entrar e o último a sair. Ainda falo para ele: você está muito estressado, você trabalha muito” (Genitor do Gilson, 23/10/01).

Nota-se indignação por parte do genitor por ser um trabalho sem vínculo empregatício e com uma carga horária muito extensa. Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar da Fundação IBGE denuncia que, aproximadamente, 40% dos brasileiros ocupados, com idade entre 15 e 24 anos, encontram-se submetidos a jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais.

“é só verbal mesmo. (...) Cada final de semana ele ganha R\$ 25,00 por dia. Ele entra às 16:00h e só sai às 01h00. Entra cedo para arrumar o bar, abastece o bar e só sai tipo depois da meia noite. É cansativo. Eu digo: cai fora, filho! Deita um pouco, descansa, dorme. Ele me diz que dormir é coisa de velho. Diz que não precisa dormir” (Genitor do Gilson, 23/10/01).

Pochmann ressalta: “quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional” (Pochmann, 2000, p.09).

Em se tratando dos jovens pesquisados que estavam participando ou tinham participado do *Programa de Educação para e pelo Trabalho*, é evidente que tanto para o segmento de jovens quanto para os seus pais, a idade dos 16 anos constituía-se em boa oportunidade de ingresso no trabalho,

podendo acontecer desde os 14 anos, principalmente se esse trabalho fosse assalariado, com carteira assinada e benefícios.

“veio a Lei do governo que aumentou a idade. Eu fiquei muito triste com isso, fiquei revoltado. Como que o governo tira o trabalho das crianças que estão começando e deixa o pessoal na rua para fazer o que quer? Roubar, não é? Ao invés de estar lá aprendendo alguma coisa, fiquei muito triste” (Genitor da Dilma, 28/10/01).

O depoimento acima retrata bem a insatisfação paterna mediante a Lei nº 10.097, de 15 de dezembro de 1998, que elevou a idade mínima para o trabalho aos 16 anos.

No entanto, uma das causas estruturais para que o jovem procure um trabalho é a ausência de uma política governamental para a educação que leve em consideração o desenvolvimento juvenil para além do aprendizado escolar e uma ação governamental eficaz que proporcione renda para suas famílias, evitando assim que esses jovens procurem o trabalho com o intuito de complementação do orçamento familiar.

Neste contexto de pobreza familiar dos jovens pesquisados, era comum os próprios pais buscarem encontrar um emprego para os filhos como forma de complemento da renda, como também para promover o desenvolvimento e levá-lo à maturidade. Não é de se admirar que as famílias prefiram que seus filhos trabalhem em locais e horários estabelecidos, a ficarem ociosos na rua. Assim, explica-se o valor simbólico do trabalho que segundo Dauster : “No trabalho, a criança está fora do tóxico e do roubo. É o cartão de crédito da vida”(Dauster, 1992, p.32). O depoimento abaixo ilustra esse contexto:

“eu achava que seria uma boa ela trabalhar num Banco. É por aí que a pessoa aprende mais, aprende outros conhecimentos diferentes (...) e achei que era importante para ela, então eu me informei no balcão lá e alguém me deu a informação de que eu

procurasse o COMEC que é na Abolição. Então eu fui, me interessei e fui lá. Procurei e tive a informação que era através de uma seleção, um cadastro. Foi aí que comecei ir sempre lá no COMEC para ver o dia certo da seleção. Deu certo que ocorreu a data certa, fui lá e consegui (...) eu diria que foi muito vitorioso da minha parte de ter conseguido colocar as meninas no trabalho. Eu agradeço não só a Deus, mas ao grupo todo que seria dona Doralice, o pessoal do COMEC que se empenhou de arrumar esse tipo de negociação com as empresas para que coloque esse pessoal para trabalhar” (Genitor da Dilma, 28/10/01).

“estava desesperada procurando um emprego para ele. Aí eu falei para o Célio: - você tem que ver se acha um lugar para você trabalhar. Só o dinheiro da mamãe não dá” (Genitora do Célio, 29/10/01).

Desse modo, a geração de renda por intermédio do trabalho assume lugar de destaque para o jovem oriundo de famílias pobres.

A empresa constitui uma organização capitalista cujo objetivo final é a obtenção do lucro. A mesma se encontra “inserida num modo de produção que assenta seus pilares sobre a desigualdade entre os homens: cria riquezas criando e recriando a pobreza” (Segnini, 1988, p.59).

O fato de procurar a empresa selecionar jovens de baixa renda já pressupõe a possibilidade de serem eles pessoas que poderão se adaptar mais facilmente ao trabalho, uma vez que não dispõem de alternativas que lhes proporcionem outros postos de trabalho com vínculo empregatício (no contexto social de desemprego e precarização do trabalho na sociedade). Aqui, faz-se necessário ressaltar, que ao fato de ter uma carteira de trabalho assinada é conferido “status”: sou um profissional, sou um trabalhador. Este conceito é bastante comum, principalmente entre a população que vive à margem dos seus direitos básicos.

Dessa forma, o trabalho assalariado assume um valor central na vida desses jovens e um meio de obter a mobilidade social e profissional.

A empresa, ao selecionar jovens pobres, exerce a função socializadora e moralizadora desses jovens aptos a realizar suas tarefas, de acordo com as normas determinadas pela própria empresa.

“Dentro de uma organização existem regras, normas e existe convívio com outras pessoas. Regras, normas tornam as pessoas mais disciplinadas. As pessoas precisam ser disciplinadas. Acho que a disciplina é uma virtude que a pessoa pode adquirir. Ele não precisa nascer com ela, mas pode ser ensinada e pode ser aprendida. O cara disciplinado é imbatível” (Empresa C, diretor de RH, 04/05/01).

Ao perguntar sobre os motivos que levaram as empresas a ter um *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* com jovens de 16 a 18 anos, obtiveram-se os seguintes relatos:

“Acho que foi visando muito o lado social e a preparação de mão de obra para suprir as próprias necessidades da empresa” (Empresa B, gerente, 29/05/01).

“Empresa A, na realidade, tem um compromisso além do cliente, além do acionista; tem compromisso com a comunidade. Ela participa de diversos programas que tenham algum vínculo com a comunidade, a título de meio ambiente e trabalho, alguma coisa que tenha relação com a instituição de caridade ou qualquer coisa que pensa nesse fundo social” (Empresa A, gerente, 25/04/01).

No contexto atual da sociedade, algumas empresas buscam desempenhar um papel de responsabilidade social, chamando para si a prioridade com a questão social. Elas buscam priorizar o desenvolvimento de projetos sociais diversos, exercitando a responsabilidade social.

Segundo o presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Oded Grajew, um dos critérios na hora de se investir em uma empresa é o seu perfil social e ambiental: “quando o empresário não se compromete com essas questões, o risco de seu negócio torna-se muito maior” (Grajew, 2001).

A gestão da empresa, portanto, deve agregar, como valor estratégico, práticas socialmente responsáveis. De acordo com indicadores do Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, isso significa uma permanente preocupação com a qualidade ética das relações que a empresa estabelece com seus colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, meio ambiente e comunidade.

“A empresa C tem um programa muito bem estruturado chamado “Portas Abertas” que tem muito sucesso. A empresa é aberta para todos os assuntos da sociedade a esse convívio com a sociedade” (Empresa C, diretor RH, 04/05/01).

Ao mesmo tempo, as empresas desejam a contratação desses jovens pobres por serem força de trabalho não qualificada para o desempenho de tarefas rotineiras, burocráticas.

“ A gente está necessitando de mão de obra que não seja especializada para aqueles serviços mais rotineiros (...) uma das razões era essa, em nos atender naqueles serviços não muito qualificados” (Empresa C, assistente de RH, 18/05/01).

Segundo Milton Santos: “(...) a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. Mas, se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade, como um todo, não tem quem a valha. Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiriam um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. Caber-lhes-ia, desse modo, escolher quais os

beneficiários, privilegiando uma parcela da sociedade e deixando a maior parte de fora” (Santos, M 2003, p.67).

Observa-se no discurso de um dos representantes da Empresa C que o fato de recrutarem jovens aos 16 anos para o trabalho, constitui, para aquele que é recrutado, uma oportunidade de vivenciar uma experiência profissional numa organização que poderá lhe trazer um futuro melhor:

“(...) a vantagem do ponto de vista dos meninos é que eles têm a oportunidade de ter um convívio com a organização, como funciona uma indústria para que eles tenham um futuro melhor”
(Empresa C, diretor de RH, 04/05/01).

Para um outro gerente pesquisado, o fato dos jovens terem apenas 16 anos não constitui problema, mas a questão das diferenças sociais e das diferentes estruturas familiares chama a atenção pelo risco de possuírem valores não condizentes com as normas existentes na empresa, levando a uma série de dificuldades que necessitarão de tempo para serem corrigidas. Somase a essas dificuldades o fato de ter o *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* um período determinado de 1 ano e 11 meses, o que dificulta o trabalho, uma vez que se leva tempo para “moralizar” esses jovens para o exercício do trabalho.

“(...) você vê um pouco mais de dificuldade para poder trazer para o nível que se tem por ideal. São adolescentes de diversos níveis sociais, diversas estruturas, diferentes estruturas de famílias que se torna um pouco difícil. Você pega a coisa desbalanceada (...) você leva um tempo para preparar toda essa garotada” (Empresa A, gerente, 25/04/01).

As empresas, quando chamam para si a responsabilidade de educar os jovens por meio de projetos sociais, recebem incentivos fiscais. Dessa maneira, a empresa educa os jovens para as suas necessidades, preparando o trabalhador para seus objetivos.

Segnini contribui afirmando que “as empresas muito grandes podem tomar essa formação a seu cargo se vêm nisso a vantagem de se aproximar de uma mão de obra particular e de formá-la segundo seus objetivos, no respeito e na submissão às relações de produção que elas representam concretamente” (Segnini, 1988, p.38).

A questão do *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* desenvolver-se num período determinado (1 ano e 11 meses), segundo um gerente pesquisado, constitui um empecilho para o processo de formação do jovem para o trabalho, ou seja,

“(...) você leva um tempo para preparar toda essa garotada e colocar num nível ideal. Muitas vezes acontece quando eles estão saindo, quando já se passaram dois anos” (Empresa A, gerente 25/04/01).

Na visão de uma jovem pesquisada, o fato do adolescente desligar-se aos 18 anos caracteriza rotatividade de trabalhadores e, conseqüentemente, redução de custos para a empresa.

“eu vejo vários COMEC’S que eram ótimos, faziam tudo direito e quando acabou o projeto foram mandado embora. Por quê? É muito mais barato para a empresa estar colocando outro COMEC do que colocá-lo como estagiário ou contratá-lo. É muito mais barato outro COMEC (Manuela, 28/05/02).

Essa questão acima descrita é polêmica diante das regras estabelecidas antes do jovem iniciar suas atividades no *Projeto de Educação para e pelo trabalho*. O jovem, ao ser inserido no Projeto, é informado previamente que sairá, obrigatoriamente, aos 18 anos.

A empresa queixa-se do tempo curto para uma melhor qualificação dos jovens, porém sabe-se que a função e as tarefas que esses jovens executam não necessitam de um grau elevado de qualificação. Percebe-se, ainda, que o jovem manifesta o seu desejo de continuar trabalhando e não ser “trocado” por outro jovem.

Segundo Castel, “a empresa, fonte de riqueza nacional, escola de sucesso, modelo de eficácia e de competitividade, sem dúvida. Mas deve-se acrescentar que a empresa funciona também e, aparentemente, cada vez mais, como máquina de vulnerabilizar, e até mesmo como ‘máquina de excluir’. E faz isso duplamente” (Castel, 1998, p.519).

Um outro ponto relevante a ser tratado é o da motivação que as empresas tem em procurar os serviços do COMEC. Uma das questões foi o receio de uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho.

Os jovens da Entidade COMEC estão com 16 anos completos e possuem registro trabalhista.

“A opção pelo COMEC foi no sentido de que nós queríamos uma empresa séria, não é? Nós trabalhávamos com outra entidade a qual percebemos que ela não tinha toda qualificação necessária para interação com esse programa. A “CIA” é uma empresa super séria, trabalha respeitando todos os processos de lei, todas as leis do país. Essa empresa que trabalhava não tinha os registros dos adolescentes, os adolescentes não tinham uma retaguarda a nível educacional, treinamento, ou qualquer outra necessidade que eles apresentassem, eles não tinham essa retaguarda. Eles eram agenciadores, não sei se é a palavra correta, alguém indica alguém que pega e passa para alguém. O COMEC acabou sendo o escolhido. O pessoal que participou da seleção tinha seus critérios e tinham alguns cuidados que nos dessem a garantia que estávamos fazendo a coisa certa. Ou a gente está aqui explorando menores? A gente poderia estar sendo acionado por..., poxa, vocês estão com uma empresa que usa os serviços de um menor, paga mal o menor, não tem registro em carteira, ou seja, a gente seria um co-responsável por isso. Por isso procuramos uma empresa com mais seriedade” (Empresa A, gerente, 25/04/01).

“O que nos levou a procurar o COMEC foi a partir não sei que ano saiu uma lei dizendo que todos os menores tinham que ser registrados. Essa entidade de Paulínia não registrava os menores.

Eles não tinham registro em carteira. Isso era uma grande preocupação nossa. Se existe essa legislação vamos ter que cumprir, então nós tínhamos duas opções: existia uma outra instituição em Paulínia que poderíamos atender e nós ficamos sabendo do COMEC através do trabalho que vocês vinham realizando com a Empresa A .

Quem começou esse trabalho na região foi a Empresa A . E nós vimos que era uma entidade séria, tal e iria nos ajudar. Esse motivo que acabou optando pelo COMEC” (Empresa C, analista de RH, 18/05/01).

“Eu acho que a opção pelo COMEC foi por ser uma instituição séria. Dessa forma, a opção pelo trabalho foi muito em cima da legalidade” (Empresa B, Assistente social 29/05/01).

“As empresas, geralmente as de grande porte, procuram trabalhar dentro do maior rigor no que se refere às determinações legais, temendo represálias da justiça trabalhista” (Castel, 1998, p.522).

4.2 Centralidade do trabalho na vida dos jovens e de suas famílias

Para Marx, é através do trabalho que o homem se realiza e se transforma também, desenvolvendo o seu potencial criativo.

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de

seu corpo, braços, pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (Marx, 1989: p.202).

O homem, ao intervir na natureza, no processo de trabalho, tem um objetivo final a ser atingido, que será o produto final do seus esforços no qual ele despende força física e mental, ou seja, sua consciência e seu processo criativo, além do seu corpo.

Antunes reforça a centralidade do trabalho na vida dos seres humanos: “a importância da categoria do trabalho está em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana.

Nesse plano mais abstrato, parece desnecessário dizer que aqui não estou me referindo ao trabalho assalariado, fetichizado, e estranhado (labour), mas ao trabalho como criador de valores de uso, o trabalho na sua dimensão concreta, como atividade vital (work)” e, referenciando a obra de Marx, “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” (Antunes, 2001, p. 167).

O trabalho assume amplitude que vai além do econômico, constitui uma referência cultural, psicológica e social na vida das pessoas. “O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última da sua vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio orientador do capitalismo” (Weber, M, 2000, p.33).

Segue o depoimento de uma mãe em relação ao trabalho da filha, que ilustra bem o valor e a centralidade do trabalho nas vidas dessas famílias, inclusive do trabalho fetichizado. Esse depoimento faz lembrar o “Espírito do

Capitalismo” obra em que Weber ressaltou a idéia do dever profissional na cultura capitalista. Independente das suas condições concretas de precarização que aumentam o desgaste, o cansaço do trabalhador, - o trabalho assume centralidade nas vidas dessas pessoas, vindo a direcionar, reger o caminho da sobrevivência humana. O ser humano passa a ser definido, reconhecido, a partir do trabalho que ele desenvolve.

“Quando ela entrou no trabalho, ela falou que não ia conseguir. Era muita coisa para fazer. Quando foi para sair a outra menina que trabalha com ela, ela reclamou dizendo que não ia dar conta. Ela tem muita vontade de ser alguém, ela é esforçada. Ela viu que tem que ser trabalhando, tem que se esforçar muito. A pessoa tem que fazer de tudo para não perder o seu emprego, mesmo que seja difícil. Se bobear tem milhões de pessoas querendo a sua vaga. O importante é fazer o melhor e querer crescer, ser alguém na vida e para nós pobres só trabalhando” (Genitora da Alice, 16/10/01).

4.2.1 Os motivos que levam os jovens a buscarem o trabalho: do mito à realidade.

Diante das adversidades no mundo do trabalho, procurou-se ouvir os jovens e saber quais são as suas representações acerca do trabalho e os motivos que os levaram a se inserir nesse contexto.

“É que eu quero ajudar eles. Eu vejo que eles estão pagando as contas lá em casa e eu vejo que está apertado para eles também (...) então eu quero estar trabalhando para isso, estar ajudando a pagar as contas, ajudando a comprar alguma coisa lá para casa, então é isso” (Beto, 23/05/02).

“Não é opção trabalhar. Na verdade o trabalho é necessário para mim. Às vezes eu penso não só em mim, mas também na minha família” (Célio, 24/05/02).

A falta de renda familiar contribui para inserção do jovem no mundo do trabalho. Porém, nos dois depoimentos acima, observa-se ainda a solidariedade com os pais.

Segundo Pochmann: “A colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil não deixa de expressar, direta ou indiretamente, as condições prévias da vida familiar” (Pochmann, 2000, p.31).

Sabe-se que quanto mais pobre é a família do jovem, mais cedo acontece o seu ingresso no mundo do trabalho. Porém essa inserção profissional do jovem não acontece apenas por uma questão puramente financeira; existem outros valores, descritos abaixo. Cabe aqui ressaltar o que alertou Leite (2001) quando questiona se realmente o trabalho do jovem é a única alternativa viável para ampliação do orçamento familiar e se essa estratégia é eficaz.

Para Marques, “(...) é muito limitado tentar compreender as causas da inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho, somente através da sua situação de marginalidade e pobreza”(Marques, 1997, p.71).

Os depoimentos dos jovens contribuem para ampliação das causas que os levam a trabalhar:

“(...) meu dinheiro? Eu gosto de comprar roupas, amo! (risos). Eu gosto muito de sair para o cinema, eu gosto de sempre estar me atualizando. Compro revista, jornal (...) é, às vezes guardo, nem sempre (risos), mas tudo bem” (Célio, 24/05/02).

“eu sempre gosto de ter dinheiro no bolso. Se eu quero sair para qualquer lugar eu tenho dinheiro. Já gosto de comprar roupas, eu gosto de ter a minha independência” (Gilson, 22/05/02).

A busca do trabalho pelo jovem vai além da pobreza familiar. A colaboração no orçamento da casa, a busca de autonomia, a possibilidade de aquisição de bens de consumo e bens culturais (ir ao cinema, comprar revistas, jornais etc.) fazem parte dos objetivos atingidos pelos resultados do trabalho (Dauster, 1992). Certamente, se o jovem não trabalhasse, não obteria essas conquistas. O trabalho para o jovem tem um caráter inclusivo: ele se torna “igual”, amenizando as disparidades sociais que o diferenciam.

“Você quer sair nos finais de semana e você não tem dinheiro, você não tem dinheiro para nada, entendeu? Você trabalhando tem o seu dinheiro, por menos que seja” (Manuela, 28/05/02).

O trabalho ainda assume a condição de socialização entre os jovens, é uma forma de fazer amigos, conhecer pessoas, construindo uma fonte importante de sociabilidade (Dauster, 1992).

“Lugar bastante alegre fora da contabilista, quando ela chegava lá todo mundo ficava quietinho. Mas sem ela lá era descontraído. Você olhava o tempo e já estava na hora de ir embora, então era agradável” (Beto, 23/05/02).

“Na empresa B, eu gostei de trabalhar lá, fiz bastante amizades” (Gilson, 22/05/02).

Observa-se que as famílias dos jovens também apoiavam essa busca profissional e os seus resultados:

“(...) ela se sente bem realizada quando compra suas coisinhas. Eu nunca tive essa chance, tinha que comprar comida,

comprar panela, coisas para casa. Eu nunca tive a vida delas, nunca pude sair para comprar roupas para mim. Tinha que ajudar a minha mãe. Eu fico contente com elas” (Família da Alice, 16/10/01).

“Minha obrigação é a do básico da casa, é minha e dele. O importante é se auto-investir. Não quero dinheiro delas, elas investindo nelas já está bom” (Família da Manuela, 12/10/01).

O primeiro depoimento é de uma mãe que, aos 18 anos, chegou na cidade de Campinas. Ela é do interior de São Paulo e seu relato faz pensar na diferença das gerações em termos sociais e financeiros, nas famílias que migraram para Campinas, em busca de “uma vida melhor”. Já, no segundo relato, percebe-se que, para alguns pais entrevistados, o fato do filho se “auto investir”, ou seja, comprar as suas coisas, já é contribuição para o orçamento familiar. É uma forma de auxílio indireto para o orçamento da casa, uma vez que pode realizar os desejos tão estimulados numa sociedade de consumo.

Vive-se numa sociedade que aceita passivamente o trabalho dos jovens pelas razões expostas acima e por acreditar em valores que marcam a desigualdade de renda e social.

“É melhor trabalhar do que ficar na rua” (Família do Beto, 20/10/01).

“Veio a lei do governo que aumentou a idade (...) como que o governo tira o trabalho das crianças que estão começando e deixa o pessoal na rua para fazer o que quer? Roubar , não é?” (Família da Dilma, 28/10/01).

Esses depoimentos expressam o senso comum, existente na sociedade, que se encontra cada dia mais violenta e perigosa. Portanto, não é de se espantar que os pais prefiram os filhos trabalhando em lugares e horários estabelecidos a estarem na rua, sujeitos à criminalidade e a todo tipo de violência.

O fato de que é melhor trabalhar do que roubar também é reproduzido pelo jovem:

“(...) ainda mais na minha idade que eu vejo que os meus amigos que tentam arrumar um serviço e não conseguem. É muito difícil (...) eu tendo serviço para ganhar R\$200,00 para varrer o chão eu faço, não tem problema é serviço digno. Você está trabalhando e não está roubando” (Gilson, 22/05/02).

A ameaça do desemprego e o receio das privações financeiras familiares faz o jovem se submeter a qualquer tipo de trabalho; conseqüentemente, é mais interessante estar trabalhando, seja de que forma for, precarizado ou não, do que ficar na rua ocioso ou se inserir na criminalidade.

Desse modo, além das necessidades materiais, o trabalho atende à construção de uma ideologia que engrandece o fato de se trabalhar, como se o trabalho fosse uma das atividades mais notáveis exercidas pelos homens. Além disso, ainda serve como remédio para todos os males e como precaução e prevenção ao mundo do crime e da marginalidade (Leite, 2001).

Se, na verdade, o trabalho tivesse as virtudes preconizadas, os jovens filhos dos ricos também estariam trabalhando. Jovens de classe média, nas suas diferentes hierarquizações, são cada vez mais ocupados com diversas atividades que complementam suas trajetórias de vida escolar; fazem cursos diversos, como computação, línguas, atividades físicas, que diferem consideravelmente dos jovens trabalhadores de origens mais humildes.

Para os jovens pesquisados, o trabalho, além de dignificar o homem, também lhes proporciona uma forma de ver a vida que amadurece, encoraja e faz crescer:

“(...) o trabalho lhe dá experiência de vida, conhecimentos muitos” (Dilma, 21/05/02).

“Acho que trabalhar é uma experiência tremenda sem discussão nenhuma. Amadurecimento, nossa! Você aprende a ver a vida de outro jeito, a vida de maneira mais adulta (...) eu acho que eu amadureci muito, muito, muito (...) acho que o trabalho dá uma dignidade maior, uma independência, você amadurece” (Alice, 03/06/02).

“antigamente antes de começar a trabalhar, eu não tinha coragem de chegar numa banquinha e comprar um chocolate. Eu morria de vergonha, só ia quando não tinha jeito mesmo (...) agora já vou, compro o chocolate e já pergunto se pode ser mais barato, entendeu? (risos)” (Manuela, 28/05/02).

Essa visão é compartilhada pela família que atribui a vivência do trabalho ao processo de amadurecimento e socialização do filho:

“já está bem diferente em tudo. Em todos os aspectos está um rapaz bem diferente. Ele é muito saído, antes não era. Conversa com as pessoas, antes ele ficava quieto. Agora não, ele conversa e fala bastante” (Família do Beto, 20/10/01).

“Ela passou por três entrevistas na Empresa B para conseguir ser a escolhida. Chegava em casa triste dizendo que ainda não foi dessa vez. Mas foi bom para treinar a forma dela se comunicar.

Apesar de ser falante, no meio das pessoas ela se cala. De repente ela chegou na adolescência e se fechou. Um exemplo muito simples é o fato dela numa lanchonete não gostar de fazer o seu pedido, tem vergonha. Não gosta de pedir nem um chocolate. Para mim foi muito bom até as entrevistas que ela teve de passar, foi muito bom para ela se desenvolver. Ela se desenvolveu bastante no ponto de se comunicar com as pessoas” (Família da Manuela, 12/10/01).

Percebe-se, dessa forma, que a experiência ocupacional pelo trabalho vai além do amadurecimento, enquanto pessoa, no processo de crescimento do jovem; constitui-se no caminho eficaz para a inserção social. O jovem, antes da experiência laboral, se sentia tímido, acanhado, excluído das relações sociais de troca. Posteriormente à vivência ocupacional, ele se reconhece inserido, participante das relações sociais onde poderá exercer os seus direitos e deveres de cidadãos.

O fato de ter o jovem participado *do Projeto de Educação para e pelo trabalho* lhe proporciona, segundo relato dos próprios jovens, vantagens, quando vão procurar novos empregos ao término do referido Projeto.

“Agora, por exemplo, quando fui atrás de outro serviço, não tem aquele medo, aquela insegurança, você confia mais no seu “taco”. Você sente que você é capaz. E isso tudo foi devido à experiência do trabalho (...) eu saí do projeto em fevereiro e já estou trabalhando. Para arrumar essa vaga acho que a minha experiência contou como vantagem (...) o pessoal que estava tentando o serviço na atendimento da Telesp celular não conseguiu por não ter experiência anterior. Eu levei muita vantagem por já ter trabalhado na recepção. Eles gostam que a pessoa já tenha uma prática (...) eu nesse caso levei vantagem ainda mais quando falo

que trabalhei numa empresa de grande porte como a Empresa B”

(Alice, 03/06/02).

“Ajudaria se eu tivesse concorrendo com pessoas que nunca trabalharam. Mas com pessoas que trabalharam geralmente ficaria mais nivelado, seria uma disputa gostosa de fazer, seria bom, mas ajudaria sim por você ter conhecimento a mais” (Gilson, 22/05/02).

Essa busca antecipada e precoce do jovem pelo trabalho, com o apoio da família, tem seus aspectos positivos acima relatados, mas faz com que o mesmo jovem queime uma etapa de preparação para o ingresso na vida adulta.

*“Na verdade, o tempo de adolescência é tempo de arriscar um sonho. Mas elas tiveram de trocar o sonho pela realidade. Vamos à luta, não dá para viver de sonhos...(pausa pensativa). De certa forma, você vai se adaptando à situação e vai reciclando o seu sonho, partindo para outros sonhos à partir de sua realidade”
(Família da Manuela, 12/10/01).*

O jovem assume, muito cedo, responsabilidades de adulto para si, desenvolvendo, de maneira prematura, papéis que deveriam ser realizados pelos adultos. O trabalho, ao transformar o jovem em trabalhador, coloca-o no mundo dos adultos precocemente, fazendo-o ter que abandonar sonhos juvenis e atividades juvenis, tendo que, obrigatoriamente, “acordar” para a realidade dos adultos.

Apesar de não poderem vivenciar naturalmente as fases que a adolescência lhes coloca, são inseridos socialmente pelo trabalho, ainda que dentro da lógica do capital, abandonando alguns sonhos juvenis, podendo satisfazer suas necessidades básicas e até realizar outros sonhos mediante a inserção ocupacional, como já foi citado anteriormente (ir ao cinema, comprar roupas, negociar preço de um chocolate, etc). Certamente, sem o trabalho,

esses jovens teriam dificuldade de realizar seus sonhos apenas com o dinheiro da sua família. Dessa forma, com os recursos obtidos com o trabalho, concretizam o sentimento de pertença a uma sociedade de consumo e, portanto, de reconhecimento social.

A juventude é um dos segmentos sociais mais pressionados pela lógica de uma sociedade excludente e seletiva. Ao inserir-se nesse contexto do mundo do trabalho, o jovem participa, com sua força de trabalho, no sistema de produção de mercadorias, mas não é pago tanto quanto um adulto.

Segundo Pochmann, “o funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Diante da constante presença de um excedente de mão-de-obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir funções, na maioria das vezes, de qualidade inferior na estrutura das empresas” (Pochmann, 2000, p.31).

“é muito cansativo, todo dia é a mesma coisa (...) aonde eu atuo só mexo com desenho, eu sei tudo sobre desenho, mas é um conhecimento que vai ser descartado com o tempo” (Célio, 24/05/02).

“era um serviço muito repetitivo e eu fiquei só naquilo. Eu queria ter visto outros setores, como não consegui, isso foi me dando desânimo, fiquei chateada foi me desanimando” (Alice, 03/06/02).

Esses depoimentos acima chamam a atenção para a forma de produção Taylorista, segundo a qual “a atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva” (Antunes, 2000 p.37) Ela ainda permanece viva nos dias atuais, apesar da própria empresa alegar ter um processo de rodízio nas tarefas cotidianas dos jovens:

“Temos um processo de rodízio. A cada período eles passam para outras áreas diferentes (...) eles passam por diversas áreas que sempre tem um adulto junto” (Empresa A, gerente, 24/04/01).

Os depoimentos dos jovens acima citados ferem o art. 69 do parágrafo segundo do Estatuto da Criança e do Adolescente onde consta:

Art. 69- O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Coerentemente com o disposto no art.69, um dos objetivos específicos do COMEC é “permitir experiência laboral, buscando o desenvolvimento das habilidades individuais na área de serviços administrativos, adequada à demanda do mercado de trabalho”. No entanto, a prática cotidiana do jovem, relacionada a um trabalho do tipo repetitivo, rotineiro e a sensação expressa de que esse conhecimento será descartado com o tempo contradizem tais orientações.

Dessa forma, o *Projeto de Educação para e pelo Trabalho* do COMEC não consegue dar conta do conhecimento descartável que o jovem adquire no seu contexto de profissional. Porém, por ser um Projeto de inserção profissional limitado, por tempo determinado, busca construir, conjuntamente com esse jovem, uma noção para além da situação momentânea que ele está vivenciando. Procura fazer um trabalho de consciência crítica em relação ao mundo do trabalho, ajudando-o a perceber a sua situação e a desenvolver a noção de criticidade com respeito ao lugar social que ocupa. Através desses encontros reflexivos, sistemáticos e grupais com um profissional da Entidade, o jovem é levado a pensar que modelo de sociedade quer construir. Para isso, utilizam-se dinâmicas de grupo e algumas “ferramentas” do psicodrama, como o teatro espontâneo e o próprio psicodrama pedagógico.

No caso do Brasil, ainda fica a seguinte indagação: qual a prioridade que terá o jovem no futuro? Ainda é possível afirmar a antiga frase de que o jovem é o futuro do Brasil? Qual o espaço profissional garantido para essa população que desponta no mercado de trabalho?

Abre-se aqui uma questão de necessidade de políticas públicas para os jovens excluídos do mercado de trabalho e da sociedade de uma maneira tão ampla que levou Castel a chamá-los de *inempregáveis e supranumerários*. Esses jovens de famílias pobres, não encontrando espaço na sociedade, poderão caminhar para um mundo paralelo a esse, que é o mundo do crime organizado. Essa falta de perspectiva de se viver em uma sociedade mais igualitária e justa poderá desencadear comportamentos anômalos que só contribuirão para o agravamento da violência. Faz-se necessária, mais uma vez, a definição de políticas públicas para a juventude, principalmente aquela excluída do sistema de ensino e do mercado de trabalho, com baixa qualificação profissional.

4.2.2 O jovem e sua relação com o desemprego

As taxas de desemprego são consideravelmente altas, no Brasil, para todos os trabalhadores economicamente ativos. Porém, “nos anos 90, a taxa oficial de desemprego juvenil no país apresenta uma tendência de elevação sistemática, pois passou do patamar inferior aos 6%, em 1989, para próximo de 16% da PEA juvenil em 1998. Em relação a 1980, a taxa nacional de desemprego juvenil era de 4,6%, o que significava 3,5 vezes menos do que a de 1998” (Pochmann, 2000. P.39).

Os jovens pesquisados, apesar de serem muito novos, já manifestam a preocupação em relação ao desemprego ou ao não-trabalho.

O receio da possibilidade de tornar-se desempregado, ou mesmo de trabalhar em condições precárias, faz com que os jovens vejam o seu trabalho de maneira fragilizada, uma vez que têm a certeza da duração temporária do

mesmo, já que o contrato é por tempo determinado. Nesse sentido, há baixa expectativa do jovem em relação à sua possibilidade de superar, pelo trabalho, dificuldades existentes em relação à pobreza, diferenças sociais, analfabetismo, violência, ou seja, o adolescente, sem perspectiva de um país melhor, passa a valorizar comportamentos isolados, atitudes individualistas que acarretam conseqüências para a construção de uma sociedade violenta e pouco solidária.

“Nessa semana foi mandado embora umas 12 pessoas lá da ferramentaria que eu acho que eles vão mandar todos, mandou uns 12 funcionários embora para pôr equipamentos no lugar. Agora só máquinas que precisam de um funcionário para apertar os botões” (Alice, 03/06/02).

*“sempre o medo de ser mandado embora rodeia a gente”
(Manuela, 28/05/02).*

Para Castel “o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém ainda mais importante, sem dúvida”(Castel, 1998, p.514).

Sabe-se que a juventude brasileira encontra-se desanimada e receosa, conforme pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas, através do UNICEF, citada por Pochmann: “a juventude brasileira encontra-se no segundo lugar no ranking do pessimismo, atrás apenas da Colômbia. Essa triste informação, relativa ao ano de 1999, advém da constatação de que para cada 10 jovens brasileiros, 7 acreditam que não vão ter condições de viver e trabalhar melhor do que seus pais” (Pochmann, 2000, p.5.6).

Entretanto, os adolescentes pesquisados, apesar de reconhecerem as dificuldades para sobreviver e as adversidades na luta pela vida, por serem

pessoas de origens financeiramente desfavorecidas, acreditam que, através dos seus esforços, poderão ter acesso a uma vida melhor.

“pessoas que não têm poder aquisitivo é difícil de crescer na vida, essa é a realidade” (Célio, 24/05/02).

“(...) você estuda, você trabalha, depende da força de vontade de você estar a fim de aprender, depende da força de vontade de querer crescer na vida. A vida não é fácil, você tem que lutar e lutar muito. Só Deus sabe o sacrifício” (Manuela, 28/05/02).

O trabalho para esses jovens pobres que residem na periferia possui um forte valor moral. Bourdieu (1998) denomina “*contradições de herança*” as possibilidades de que os indivíduos que residem na periferia não se envolvam com o mundo do crime e tenham o trabalho como perspectiva de uma vida honesta.

O medo de perderem o controle das suas vidas profissionais que há bem pouco tempo foram iniciadas e o fantasma do desemprego que os rodeia fazem com que o jovem e seus próprios familiares busquem caminhos que possibilitem trajetórias de vidas que os levem à esperança de uma vida melhor desejando que as trajetórias dos pais não sejam repetidas.

“Ele falou assim: eu sou operador de máquina, não quero ver você, eu não criei você para ser operador de máquina também. Minha mãe é a mesma leitura: - eu não criei você para ficar olhando crianças, quero que você e seu irmão tenham um bom serviço. Os pais sempre querem que os filhos, se não forem iguais, sejam melhores do que eles. Então eles esperam isso. Meu pai sempre fala: eu gostaria que você trabalhasse não todo sujo de óleo, mas numa mesa, limpinho” (Gilson, 22/05/02).

4.3 O ambiente de trabalho: esperança, conflitos e contradições

O ambiente profissional dos jovens pesquisados expressa em si muitas contradições. Inicia-se pelo aspecto motivador da convivência com pessoas diferentes que despertam a vontade de crescer e aprender mais, conforme depoimentos de pais, além da possibilidade de serem contratados ao término do projeto, aos 17 anos e 11 meses. Essa possibilidade aumenta se o jovem estiver cursando uma universidade, conforme mostramos no capítulo sobre juventude.

“ele ficou muito ambicioso, ele vê o engenheiro, tudo ali dentro, então ele acha que também vai, ele estando ali dentro vai ser um dia engenheiro estando ali” (Família de Célio, 29/10/01).

“eu tinha vontade de ficar lá, por isso tomei a decisão de fazer administração que estava ligado aos profissionais que eles precisavam lá (...) nessa expectativa de continuar lá foi que eu prestei o curso da PUC que não é nada barato” (Alice, 03/06/02).

Os jovens gostavam do seu trabalho, mas reclamavam dos baixos salários e do acúmulo dos serviços:

“Não ganhava bem. Era um trabalho que eu estava me sentindo bem, que eu estava satisfeita. (...) explorada eu não acho que é a palavra, mas tem um trabalho muito grande e o salário é pouco” (Alice, 03/06/02).

“Como eles dizem que não tem condições financeiras para contratar outro COMEC agora, então eu estou prestando serviços para dois departamentos” (Manuela, 28/10/02).

“Você trabalhando tem o seu dinheiro por menos que seja, até dá vergonha de olhar o seu “hollerit” (risos). Poxa, trabalhei tanto o mês inteiro e só ganhei essa miséria, não é?” (Manuela, 28/10/02).

As empresas, por sua vez, possuem o discurso de possível aproveitamento dessa força de trabalho, o que faz pensar no que Segnini (2000, p.14) alerta sobre a possibilidade da “proliferação do subemprego com a denominação de estágio”. Ressalta-se aqui a seguinte afirmação: A possibilidade de contratação do jovem na empresa constitui substituição de força de trabalho adulta pela juvenil.

“Tem aquele lado de você estar dando formação para esses meninos, não é? Nós já tivemos alguns casos desses meninos que após o término do contrato com a entidade com a qual agente trabalha de serem aproveitados aqui na empresa” (Empresa C, assistente de RH, 18/05/01).

“eu diria para você que também o estudo deles a gente cobra bastante e incentiva” (Empresa A, gerente 25/04/01).

“muitos desses meninos, que passaram hoje, estão como funcionários efetivos, exercem cargos nessa empresa” (Empresa B, assistente social, 29/05/01).

Durante a pesquisa foi feito um levantamento do *Programa* objetivando verificar o índice de aproveitamento dos jovens ao longo dos anos nas empresas e a situação encontrada foi a seguinte:

Na empresa A, desde o início do *Programa* em 1998 passaram 14 adolescentes e 4 foram contratados após término do *Programa*. Isso corresponde a 29% de aproveitamento da força de trabalho juvenil. Destes contratados 2 faziam faculdade.

Na empresa B que iniciou o convênio com o COMEC em 1995, passaram 97 jovens pelo *Programa* e, destes, 22 foram efetivados na empresa ao terminar o *Programa*. Isso significa um percentual de 23% de efetivações. Dos efetivados, 15 cursavam o nível superior.

Na empresa C que estabeleceu convênio com o COMEC em 1998, passaram 43 jovens e destes 19 foram efetivados ao terminar o *Programa*. Isso significa um percentual de 44% de aproveitamento da força de trabalho juvenil. Dos efetivados, 9 estavam cursando uma faculdade.

Diante dos dados expostos acima, observou-se um índice considerável de aproveitamento dos jovens. Porém, observa-se também que todos os efetivados ficaram contratados de duas maneiras: ou eram terceirizados por empresas empreiteiras ou ficavam com o contrato de estagiário sem vínculo empregatício. Para esta última solução necessitaria que o jovem cursasse uma faculdade.

No Brasil, segundo A Folha de S. Paulo, em maio de 1999, o desemprego atingiu mais de 10 milhões de brasileiros. “Na Região Metropolitana de São Paulo atingia 1,726 milhões de pessoas, isto é, 19,9% da sua população economicamente ativa (eram 12,2% em 1985, um total de 819 mil pessoas)” (Santos, 2001, p.219).

Na dinâmica da acumulação do capital não são todos os indivíduos que estão aptos para participar do processo de produção social; existem aqueles trabalhadores que ficam de fora e vão compor um excedente de mão-de-obra.

Apenas uma parte da força de trabalho é incorporada pelo desenvolvimento econômico.

Na história do desenvolvimento capitalista no Brasil, o pleno emprego, ou seja, a absorção da força de trabalho, na maioria das vezes, foi ocasional e de curto prazo. No período pós-guerra, durante as três décadas posteriores, observou-se um contexto social de baixa taxa de desemprego e um funcionamento favorável ao trabalhador no mercado de trabalho.

Porém, a partir dos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, tem-se no Brasil elevadas taxas de desemprego e a expansão de várias formas de sobrevivência da mão-de-obra excedente, acarretando a explosão do trabalho informal no país.

“Assim, com base nas informações apresentadas especialmente pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE e da Fundação SEADE para o ano de 1998, percebe-se que o excedente de mão-de-obra pesa relativamente mais entre as mulheres, o trabalhador de cor não-branca, com menos de 17 anos e com mais de 40 anos de idade, de menor escolaridade (abaixo de 1º grau) e nas atividades do comércio e da prestação de serviços, como ocupação de trabalho doméstico” (Pochmann, 2001, p.22 e 23).

Dessa forma, presencia-se na sociedade brasileira a explosão do mercado informal e a precarização das condições de trabalho para quem fica nos postos assalariados com vínculo empregatício.

Atualmente, na sociedade capitalista, exige-se novo perfil profissional dos trabalhadores, com características que venham atender à lógica do capital. O “bom” profissional é aquele que sabe assumir riscos constantes do mercado, é ágil, polivalente e, principalmente, sabe trabalhar em equipe (Sennett, 1999, Castel 1998, Antunes, 2000).

O jovens pesquisados trazem nos seus relatos um ambiente ocupacional tenso, caracterizado pela pressão, estresse, concorrência entre os trabalhadores.

Toda essa situação profissional em que os jovens estão inseridos fere o que o ECA preconiza em relação ao adolescente que, por encontrar-se em fase de desenvolvimento físico e psíquico, não poderia, por conseguinte, assumir responsabilidades profissionais sozinho ou ser colocado em situações de tensão e vexame.

“O trabalho, enfim, é estressante por ter toda hora problemas, problemas, tantos problemas e só você para resolver eles. Então acaba se tornando estressante (...) meu chefe não conversa comigo.

Puxa, se ele não está, como ele vem me criticar? Criticar o que estou fazendo, criticar o meu serviço e alguma coisa assim. Se ele não me acompanha, se ele pouco está vendo o que estou fazendo ou o que estou deixando de fazer” (Dilma, 21/05/02).

“O gerente X era ausente, não estava nem aí. Quando alguém fala alguma coisa para ele, ele talvez vá dar alguma atenção. Agora se depender de alguma iniciativa dele, você pode esquecer (...) é sem treinamento algum. Quem me orientou foi outro COMEC que depois passou a ser estagiária (...) aprendi no ‘tapa’. Nem a fraseologia da empresa que tinha de ser falada quando a gente atendia o telefone eu fui informada” (Alice, 03/06/02).

“Dá o seu sangue aqui, acabou o seu contrato, você vai embora e não tem saúde para procurar outro emprego” (Manuela, 28/05/02).

Essa fala faz questionar se um dos objetivos específicos do COMEC, que tenta ‘garantir que o ambiente de trabalho seja estimulador e educativo’, está sendo atingido. Outro relato sobre o qual também faz-se necessário refletir é o seguinte:

“O adolescente não está ali para aprender, ele vai aprender, mas tem que logo assumir responsabilidades, tem que rapidamente fazer tudo certinho. A pressão é grande e as cobranças também”
(Beto, 23/05/01).

Esse depoimento questiona a garantia do aprendizado de forma saudável pois não é preservado o desenvolvimento físico e psíquico do jovem, conforme preconiza um dos objetivos específicos do COMEC.

As empresas pesquisadas alegam que é interessante contratar trabalhadores juvenis pelas seguintes razões:

“ter vontade de aprender, vontade de crescer, principalmente esses jovens que vêm de famílias carentes, abre-se uma perspectiva de poder aprender; é um mundo diferente” (Empresa A, gerente, 24/04/01).

O trabalho, além de ser contraditório em si, mostra contradições entre empregado e empregador pesquisados, uma vez que os jovens alegam não terem sido acompanhados pela chefia e nem capacitados para a função, enquanto alguns depoimentos das empresas afirmam o contrário, conforme se transcreve a seguir:

“o adolescente, apesar de não ser funcionário da ‘CIA’, ele passa por um processo de treinamento naquelas funções que ele vai exercer (...) sempre tem um adulto responsável. Temos processo de rodízio. A cada período eles passam para outras áreas diferentes (...) eles passam por diversas áreas que sempre tem um adulto junto” (Empresa A, gerente, 24/04/01).

Aqui faz-se pertinente a seguinte pergunta: Qual o grau de importância que esses jovens possuem na dinâmica laboral? Existe o “olhar” diferenciado para o jovem que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é Sujeito de Direitos e se encontra em fase de desenvolvimento físico e psíquico?

Assim, neste capítulo, foi possível observar que no passado, nas décadas de 1930 a 1970, houve crescimento econômico, o que propiciou expansão do emprego e mobilidade social (período da industrialização no Brasil).

Diante desse contexto, o jovem encontrava uma taxa de desemprego relativamente baixa, embora maior que a taxa dos adultos. Mesmo assim, a inserção no trabalho era mais estável e mais favorável para todos os trabalhadores de maneira geral.

No Brasil, a inserção do jovem no mercado de trabalho reflete diretamente as condições de vida das famílias. Quanto mais pobres são essas famílias, mais rápido dá-se a inserção ocupacional.

Pochmann contribui afirmando: “o jovem de origem familiar pobre ingressava antes dos 16 anos no mercado de trabalho – geralmente nos segmentos da construção civil, pequeno comércio, agricultura e indústria -, o jovem de classe média tinha contato com o mundo do trabalho antes dos 20 anos de idade, tradicionalmente nos postos intermediários da grande indústria e dos serviços, bem como no setor público, enquanto o jovem de família rica só tornava-se ativo depois dos 20 anos, na maioria das vezes nos postos hierárquicos principais” (Pochmann, 2000, p.81).

Posteriormente aos anos 80, com a introdução do neoliberalismo no país, redesenhou-se o cenário do mercado de trabalho que atingiu a todos, em especial os mais jovens, as mulheres e os idosos. O desemprego cresceu muito, vários postos de trabalho foram fechados e expandiu-se o trabalho informal (ocupação autônoma) como estratégia de sobrevivência da população.

“Nesse mesmo período, observou-se a expansão do desemprego e de múltiplas formas de precarização do trabalho, bem como a flexibilização e

outras tantas mudanças relacionadas às empresas e ao trabalho” (Segnini, 2003).

O jovem necessita ser priorizado nesse contexto precarizado e excludente. Faz-se necessária a criação de políticas públicas que proporcionem aos segmentos mais vulneráveis (jovens, mulheres e idosos) oportunidade de vida melhor. Neste trabalho, enfoca-se a população jovem que necessita fazer a transição da sua inatividade para a atividade produtiva, de maneira protegida, pois não podem ampliar o tempo de preparação do processo educacional para, posteriormente, ingressar no mercado de trabalho qualificado, em condições de equidade em relação a outros jovens que são de classes mais abastadas.

Os jovens de maior disponibilidade financeira geralmente tendem a permanecer um tempo maior na escola e, conseqüentemente, postergam o ingresso no mundo do trabalho. Com isso, adquirem condições de galgar os melhores postos de trabalho ao contrário daqueles outros pobres que tiveram de trocar a escola pelo ingresso prematuro no mundo do trabalho.

5 Considerações Finais

O inexpressivo é diabólico , quem não estiver comprometido com a
esperança, vive o diabólico.
(Clarice Linspector)

Ao concluir esta dissertação, considero confirmada – com base nas referências teóricas adotadas e em função dos depoimentos colhidos – a hipótese de que o processo de inserção no mercado formal de trabalho dos jovens de 16 a 18 anos, oriundos de famílias de baixa renda, pela intermediação de projetos como o *Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC*, comporta uma riqueza de aspectos solidários e conflitantes, os quais não possibilitam uma compreensão unívoca dos resultados.

O contexto, caracterizado por um longo processo de precarização no trabalho, “uma nova questão social” na análise de Castel, se inscreve, no Brasil, na também precária sociedade salarial desenvolvida deste país, tanto em termos de direitos como de distribuição de renda. Na verdade, serve de pano de fundo, tanto para a existência da demanda dos jovens e de seus familiares por trabalho, quanto para a criação de instituições que concretizam a mediação com as empresas.

O trabalho apresenta-se central nas vidas dos jovens e de suas famílias. É encarado como um valor moral e um grande educador. O trabalho apresenta-se como mediador entre a esfera das necessidades – biológica e de realização pessoal – vivenciadas por este grupo e as empresas. Neste sentido, os jovens constituem um exemplo (mesmo que precoce) da classe-que-vive-do-trabalho.

Para eles, a inserção no mundo formal do trabalho, mediada pelo *Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC*, significa uma oportunidade de renda, embora marcada por contradições relativas à exploração em nome da aprendizagem, ao cansaço da dupla jornada estudo-

trabalho, com suas conseqüências prejudiciais ao desempenho na escola e à saúde destes e às condições do próprio trabalho que contraria, freqüentemente, as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente para sua realização. Para as famílias, tais oportunidades também os protegem do crime e, algumas vezes, podem garantir emprego após a conclusão do *Programa*, reforçando a possibilidade de acesso ao consumo, explicitada tanto pelos próprios jovens como pelas famílias.

Para as famílias, essas possibilidades evidenciam o modo mais seguro de inserção social dos filhos e representam ascensão social em relação às suas próprias trajetórias. Percebe-se uma nítida ascensão no mundo do trabalho, ao longo das gerações, via migração rural urbana, que pode se expressar na seguinte seriação: avós = trabalhadores braçais rurais analfabetos, pais = trabalhadores braçais urbanos, escolarizados (fundamental e médio) e filhos = trabalhadores urbanos no setor de serviço ou administrativo com possibilidade de chegar à escola técnica ou à universidade.

A mãe mais jovem entrevistada parece indicar essa tendência geracional de inserção mais elevada na estrutura ocupacional buscando serviços mais leves via maior escolarização, mesmo quando obtida tardiamente.

É desse desejo de ascensão social, via trabalho precoce, precarizado, associado ao estudo, que o setor empresarial retira dupla vantagem: mão de obra barata, escolarizada para tarefas simples e repetitivas e marketing social seguro via COMEC, mesmo que expressem, sobretudo, a possibilidade de estarem, de alguma forma, auxiliando os jovens a ter um futuro melhor.

Bibliografia

ABRAMO, Helena. 1997. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". In *Juventude e Contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED. Números 5 e 6.

ABRAMO, L. e LEITE, M.P. 2002. Novas institucionalidades e novas formas de regulação no mundo do trabalho. In *Proposições*. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação de Campinas, vol.13, n.1 (37) – jan/abr 2002.

ANTUNES, R. 1999. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 6ª edição. Campinas: Cortez, Ed. Unicamp.

_____. 2000. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo.

BALTAR, P., DEDECCA, C.; HENRIQUE, W. 1996. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. E., MATTOSO, J. E. L. *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta, pp. 87-108.

BIHR, A 1998. *Da Grande Noite à Alternativa: movimento operário Europeu em crise*. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo.

BILAC, E. 1978. *Família de trabalhadores: estratégia de sobrevivência*. Ensaio e Memória. São Paulo: Símbolo.

BOURDIEU, P. 1998. As contradições da Herança. In: Nogueira, M. A, Catani, A (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.6, n.1, jan/jun. 1989, p.1-23.

BUARQUE, C. 1990. A Desordem do Progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

CASTEL, R. 1998. *As Metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do Salário*. Tradução: Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes.

CARRANO, Paulo C. 2003. *Juventudes e Cidades Educadoras*. Petrópolis/RJ:Vozes.

Censo 2000. FONTE: Estimativa: IBGE. Contagem populacional e Projeções demográficas preliminares. Dados diretos: MS/FUNASA/CENEPI.

COMEC. 2001. *Projeto de Educação para e pelo Trabalho*. In: Seminário sobre Família da FEAC, Campinas.

COMEC. 2001. Relatório de Atividades, elaborado para prestação de contas a Vara da Infância e da Juventude de Campinas.

COSTA, A C. G. 1994. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil: trajetórias, situação atual e perspectivas*. Brasília/DF. Ed. LTr.

DAUSTER, T. 1992. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. In *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, número 82, pp. 31-36, agosto-1992.

DEL PRIORE, M. 2000. Apresentação. In: DEL PRIORE, M. (org.) *História das crianças no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto.

DIMENSTEIN, G. 1993. *Cidadão de Papel: a Infância, a Adolescência e os Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Ática.

DURHAM, E. R. 1984. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. 3ª edição, São Paulo: Perspectiva.

_____ 1983. Família e Reprodução Humana. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.03, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ENGELS, F. 1976. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução: H. Chaves. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Estatuto da Criança e do Adolescente (1999). Campinas/SP

FONSECA, C. 1997. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORI, M (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

FORRESTER, V. 1997. *O horror econômico*. Tradução: Álvaro Lorencini, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

FREIRE, G. 1975. *Casa Grande e Senzala*. 17ª edição, Rio de

Janeiro: José Olympio.

FUNDAÇÃO SEADE. 2002. Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo na década de 90. www.seade.gov.br/spmulher

GENTILI, P. (org.) 1995. *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes.

_____. 1999. Educar para o desemprego: A Desintegração da Promessa Integradora In: FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis, Vozes.

GOLDANI, A M. Retratos de família em tempos de crise. *Revista de Estudos Feministas*, ECO/UFRJ, 2º sem/1994, p. 304-335.

GRAJEW, O. 2001. 'Responsabilidade social diminui riscos de empresas'. In FOLHA DE S.PAULO On Line (internet), coluna Tempo Real em 12/12/01. São Paulo.

GROPPO, L. A. 2000. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL.

GRUNSPUN, H. 2000. *O Trabalho das Crianças e dos Adolescentes*. São Paulo: LTR.

GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S.(orgs.) 1995. *Textos em representações sociais*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes.

HARVEY, D. 1984. *Condição Pós Moderna*. São Paulo: Loyola.

IBGE e OIT. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 - trabalho infantil.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Contagem populacional e projeções demográficas preliminares. Dados diretos: MS, FUNASA, CENEPI.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulações avançadas.

JAKOBSEN, K. A. 2001. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, K. A, MARTINS, R., DOMBROWSKI, O. (orgs.). *Mapa do Trabalho Informal. Perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. Coleção Brasil urgente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 13-18.

KALOUSTIAN, S. M. e FERRARI, M. 2000. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) *Família brasileira, a base de tudo*. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.

LANG, A B. da S. G. et al. 1998. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. São Paulo: Humanitas.

LANG, A B. da S. G., SOUZA CAMPOS, M. C. S. de, ANTUNIASSI, M. H. R. et. al. 1997. *Família em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: CERU/Humanitas, Coleção Textos. Série 2, n. 7.

LEITE, E. 2001. Relatório de andamento de pesquisa.

LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., SANFELICE, J. L. (orgs.).2002. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Coleção Educação contemporânea. Campinas: Autores Associados – HISTEDBR.

MACHADO PAIS, A . 1996a. Jovens em trajetos de “exclusão social”: estratégias de sobrevivência. Comunicação. In: IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro.

_____. 1996b. *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

MARQUES, M. O. S. 1997. Escola Noturna e Jovens. In: *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: ANPED. Mimeo 5 e 6.

MARTINS, J. 2002. *A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MARX, K. 1984. *El Capital*, libro I, capítulo VI (inédito). México: Siglo XXI. Editores.

MARX, K. 1989. *O Capital*, Livro I, v.1, RJ: Betrand Brasil.

_____ (s/d). *O Capital*, livro III, v.6, RJ: Civilização Brasileira.

MATTOSO, J. 2001. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2ªed, 3ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo

MINAYO, M.C (1995). O Conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). Textos de representações sociais. 2ª edição. Petrópolis- RJ: Vozes. 1995. Vários autores.

MELO NETO, João Cabral de, 2000. Morte e Vida Severina e outros poemas para Vozes. 4ª Edição. RJ: Nova Fronteira.

MESZÁROS, I. 1987. *A necessidade do controle social*. Tradução: Mário Duayer. São Paulo: Ensaio.

MORIN, E. 2001. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez, São Paulo.

O Estado de S. Paulo, www.estado.estadão.com.br, 22 nov. 1998.

PERILLO, S. 2002. *Vinte Anos de Migração no Estado de SP: uma análise do período 1980/2000*. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto.

PERILLO, S e ARANHA, V. J. Trajetória da urbanização paulista. *São Paulo em Perspectiva*. V. 7, N. 3, Jul/Set 1993, São Paulo.

POCHMANN, M. “O Flagelo dos jovens trabalhadores” in Folha de S. Paulo, 22/02/1986.

_____ 1995. *Desigualdade e concentração de renda no Brasil*. São Paulo: DIEESE.

_____ 1998. *O Movimento da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: Uma análise regional*. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP. 24 páginas.

_____ 1999. Mudança na Ocupação e Formação Profissional, In: *Trabalho e Educação*. Revista do NETE. Jul/dez 1999. Jan/jun (2000) No. 06.

_____ 2000. *A Batalha pelo Primeiro Emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil.

_____ 2001. O Excedente de mão obra no município de São Paulo. In Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo, Fundação Perseu Abramo

QUEIROZ, M. I. 1988. Experimentos com Histórias de Vidas Itália – Brasil, In: VON SIMSON, O. de M. (org.). Enciclopédia aberta de ciências sociais, v.5. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

SANTOS, B.V.S. 1999. Pela mão de Alice: o social e o político na

pós-modernidade. Cortez, São Paulo.

SANTOS, M. 2003. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. 2001. *O Brasil: Território e Sociedade no início do séc. XXI*, 2ª ed. RJ: Record

SARTI, C. 1996. *A Família como Espelho – Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados.

SEGNINI, L 1988. *A Liturgia do poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: EDUC.

_____ 1997. *Desemprego e Terceirização: trabalho, Qualificação e Direitos*. Campinas: Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas a Educação. Maio. 1997.

_____. 2000. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, 14 (2).

_____ 2000. *Constantes Recomeços: Homens e Mulheres em situação de desemprego*. Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, maio 2000b.

_____ 2003. *Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social*. Campinas: Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação.

----- Sexo e Classe *Folha de S. Paulo*. Caderno Jornal de Resenhas Especial, 10 de maio de 2003.

SENNETT, R. 1999. *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

SIMSON, O *Curso de História Oral na Pesquisa em Educação*. Campinas. Faculdade de Educação da Unicamp, mar. 2000. Anotações de curso.

SOUZA, R. e ZAVALA, R. Permanecer na escola tira jovens do crime, diz pesquisa. *Folhaonline*
. www.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/sonosso/gd060301.htm

SERRÃO, M. 1999. *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo:FTD.

SPÓSITO, M. 2000. *Estudos sobre Movimentos Sociais, Juventude e Educação*. Trabalho apresentado como exigência para obtenção do título de Livre-Docente. São Paulo: DEDALUS – Acervo – FE.

TAVARES, M. C. 1999. *Destruição não Criadora: Memória de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record.

Tragédia brasileira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 de abril 2003. Caderno Cotidiano.

VEIGA, J. P. C. 1998. *A questão do trabalho infantil*. Coleção

Mercado de Trabalho, v.7. São Paulo: ABET.

WEBER, M. 2000. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.
Tradução: M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi.
15ª edição. São Paulo: Pioneira.